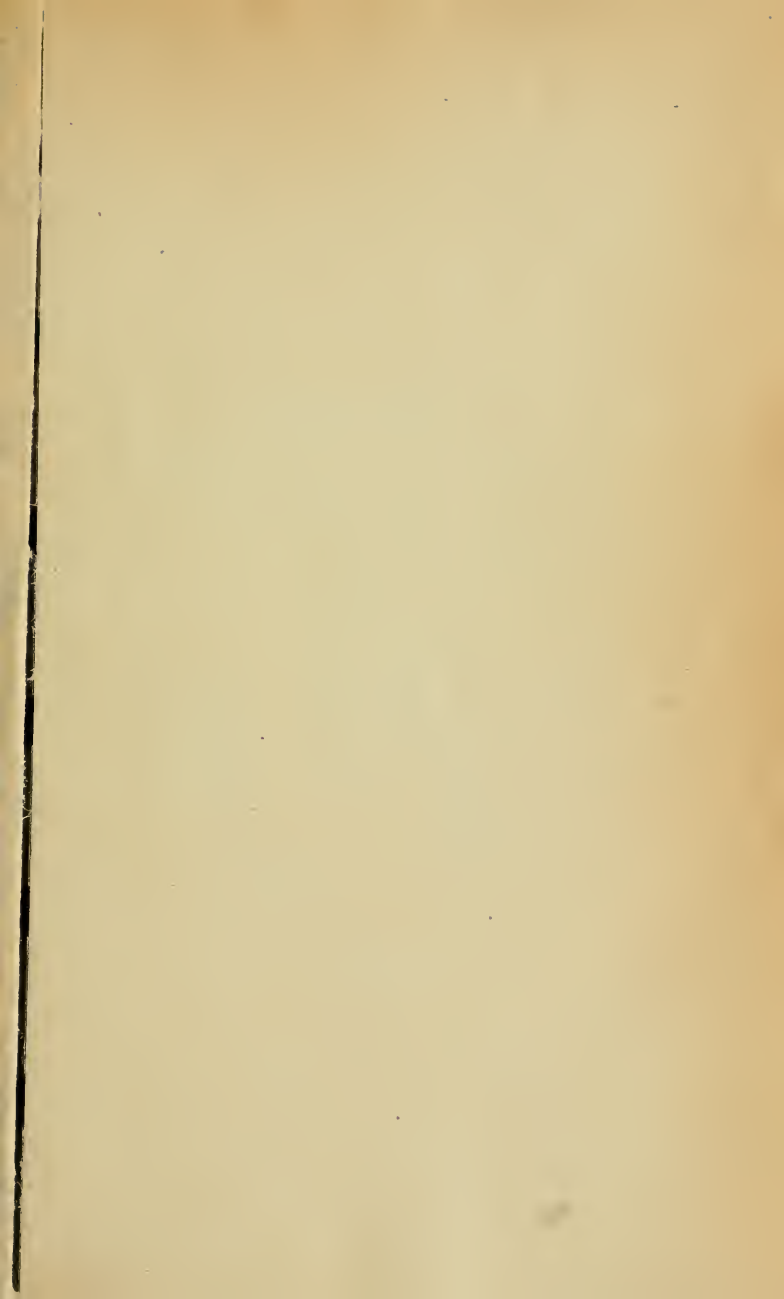


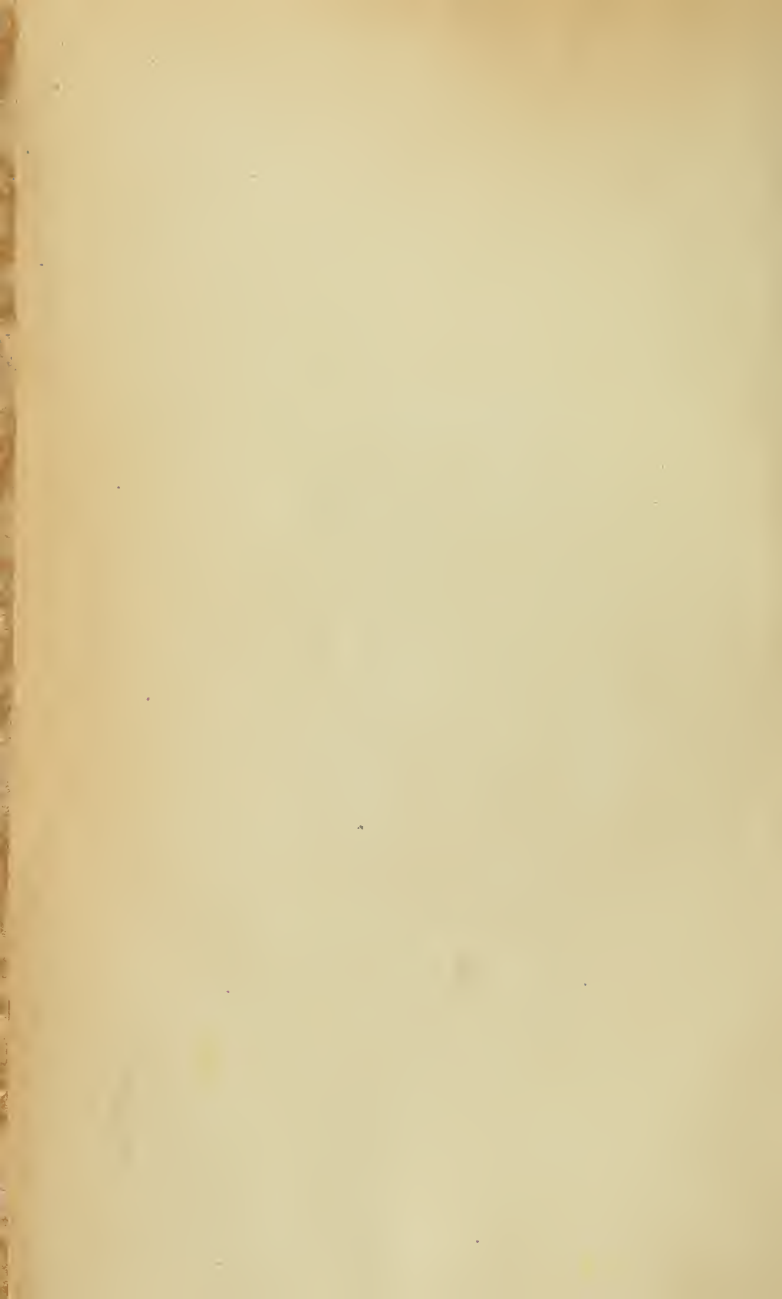


3 1761 07152571 1









A PRAÇA NOVA

□ □ POR ALBERTO PIMENTEL □ □



EDIÇÃO DA
« RENASCENÇA PORTUGUESA »
PORTO



DO MESMO AUTOR

- Do portal á claraboia*, 2.^a edição, 1913.
Memórias do tempo de Camilo, 1913.
Pena de talião, poema herói-cómico, 1913.
A côrte de D. Pedro IV, 2.^a edição, 1914.
Notas sôbre o « Amor de perdição », 1915.
O Arco de Vandôma, romance, 1916.

BIBLIOTHECA HISTORICA

II

A PRAÇA NOVA

□ POR ALBERTO PIMENTEL □



EDIÇÃO DA
«RENASCENÇA PORTUGUESA»
PORTO

DP
802
06P5



PREFÁCIO

MUITAS praças públicas recortavam o solo da antiga Roma; só uma, porém, foi honorificada com o título pomposo de *Forum Romanum*.

É que esta praça, tendo sido na sua origem um mercado, como tantas outras, converteu-se num centro de reunião, onde o povo discutia os negócios do estado e as variadas ocorrências da vida romana.

A cidade do Porto também possui uma praça que é, em menor escala, o seu *Forum* e que oficialmente tem mudado algumas vezes de nome. Contudo, na tradição, continúa a ser chamada «Praça Nova», posto que já seja antiga. E tamanha popularidade goza na sua primazia indiscutível, que os dísticos dos carros electricos a designam simplesmente por esta abreviatura gloriosa: *Praça*.

O *Forum* portuense começou, como o romano,

por um mercado, o da Natividade, e foi a pouco e pouco adquirindo o privilégio, que jamais perderá, de assembleia ao ar livre e de soalheiro político.

Em Roma, o *Forum* era imediato vizinho de outra praça, *Comitium*, poiso habitual do patriado, isto é, da aristocracia.

No Porto não ha propriamente uma classe nobre, mas o pasmatório dos Loios, paralelo a um dos lados da Praça Nova, substitue de algum modo o *Comitium*, porque os seus frequentadores representam, por via de regra, valores sociais e nomes conhecidos.

Pelo *Forum Romanum* tinham de atravessar todos os cortejos triunfais em marcha para o Capitólio.

No Porto ficaria incompleta qualquer manifestação de regosijo, de pompa, de ostentação pública, se não incluísse no seu itinerário a Praça Nova.

Em Roma o *Forum* era rodeado por sumptuosos estabelecimentos comerciais, entre êles escritórios de grandes banqueiros e de companhias poderosas.

Ressalvada, devidamente, a proporção aritmética e decorativa, há na Praça Nova, como também junto dela, muito cenário de vida financeira e tráfego mercantil.

O *Forum* tinha estátuas; a Praça Nova tem estátua.

Perto do *Forum* erguia-se o edifício vulgarmente chamado Curia, onde se reunia o senado romano. Na Praça Nova alinham-se, ainda que modestos, os paços do concelho—*Domus municipalis*.

Não longe da tribuna rostral, interposta ao *Comitium* e ao *Forum*, via-se o templo de Venus Cloacina, a que corresponde no Porto, em junção com a Praça Nova, a rua do Laranjal.

Exclusivamente sob o aspecto de centralização exhibitiva, a Praça Nova do Porto tem sido comparada, por escritores nacionais e estrangeiros, ao Chiado de Lisboa. Mas tanto uns como outros lhe reconhecem evidente superioridade quanto à beleza de situação.

Lady Jackson, que visitou Portugal em 1873, põe em relevo aquela superioridade quando fala da Praça Nova e das ruas de Santo António e Clérigos: «Esta parte do Porto pode chamar-se realmente bella, muito mais bella que o Chiado: na verdade, não conheço nada em Lisboa n'este estylo que a possa igualar. Se tomarmos a Praça Nova por um valle como foi antigamente, e as duas ruas que se levantam em frente uma da outra, cada uma com a sua eminencia coroada por uma bonita e antiga igreja, teremos assim um quadro muito attractivo que nos encanta pela surpresa ¹.»

¹ *A formosa Lusitania*, trad. de Camilo Castelo Branco, pag. 294.

Pinheiro Chagas, escritor lisbonense, não ficou menos agradavelmente impressionado em 1865: «Eis-me na Praça Nova, no centro da vida portuense, no Chiado da cidade invicta. De um lado sobe a rua de Santo Antonio, defronte empina-se a dos Clerigos. A celebrada torre ergue-se-lhe ao cimo, e campeia desassombrada, arrojando aos céos a sua airosa estatura! Que vida, que movimento, que agitação! ¹»

Agora oiçamos um homem de letras portuense —bem portuense porque nasceu numa rua famosa ² do antigo burgo—, oiçamo-lo com atenção, porque tinha viajado muito mundo, visto muitas cidades europeias, das mais pitorescas, das mais encantadoras, o que lhe permitia confrontar com integridade e com o bom gosto que era tão seu dele.

Refiro-me a António Augusto Teixeira de Vasconcelos.

«Eu tenho corrido meia Europa e ainda não vi em nenhuma terra de segunda ordem um pedaço de cidade tão bonito como a praça de D. Pedro, com a casa da camara, e os Loyos, e a Calçada dos Clerigos, e a rua nova de Santo Antonio, acabando, cada uma d'ellas, em um templo magnifico. Não comparem o Porto com Paris ou com Londres, que tambem Lisboa não pôde sof-

¹ *Contos e descrições*, pag. 48.

² A rua Escura, que um romance de Coelho Lousada celebrizou literariamente.

frer a comparação, mas com as outras cidades podem confrontal-o sem receio ¹. »

Realmente, as duas ruas, que declivam para o vale em que se confina a Praça Nova, são desafogadas, os seus prédios não se afrontam nem assombram uns aos outros. A igreja e a torre dos Clérigos desenham ao ocidente um lindo debuxo ornamental. As escadas, o patamar da pirâmide e meio frontispício da igreja de Santo Ildefonso adornam ao oriente o topo da íngreme rua de Santo António.

A Praça Nova, com o vasto edifício da família Cardoso e o quarteirão dos Congregados; com a estátua de D. Pedro, a casa da câmara e um palacête tão grave quanto singelo; com os seus cafés e outras muitas lojas de negócio, a Praça Nova, dizíamos, constitue, indubitavelmente, um originalíssimo trecho de cidade, daquela cidade tão cheia de natural encanto nas ondulações graciosas do seu panorama ribeirinho, tão rica de tradições históricas, tão activa e comercial, tão pujante e florescente.

Pode dizer-se, sem hipérbole, que a Praça Nova é o Porto, porque em si mesma concentra muitos *films* de animatógrafo cidadão: acidentes

¹ *Cartas de Paris*, vol. I, pag. 141.

Esta obra é uma reprodução de alguns dos folhetins que Teixeira de Vasconcelos publicára, e dela se tiraram apenas 60 exemplares. Fui obsequiado com um, pelo sr. dr. José Correa Pacheco, neto de Teixeira de Vasconcelos.

topográficos, monumentos, costumes, laboração, mundanidade, tudo quanto é preciso ter-se em conta para de relance apreciar o *facies* urbano na sua expressão normal.

Segundo este critério, os escritores que conheceram o Porto e conheciam Lisboa compararam a Praça Nova ao Chiado, mas eu ousou dizer que, nessa mesma base de apreciação, a Praça Nova, respeitados os devidos descontos, engloba dentro da sua área um índice social correspondente ao de tres estádios célebres de Lisboa: o Chiado, a Arcada do Terreiro do Paço e o Rocio.

Quere dizer, a Praça Nova é o termómetro onde o observador lerá com segurança a graduação quotidiana da vida elegante, da vida política, da vida literária ou da vida boémia.

Chega, porém, a ser paradoxal que, pela força da costumeira, esta Praça, o sítio mais animado e concorrido do Porto, seja reconhecidamente aquele onde o chão é mais húmido e o ar mais impregnado de bactérias.

ç A distância da superfície do solo à superfície da água subterrânea regula na capital do norte entre 26 a 30 e 2 a 3 metros.

Na Praça Nova, justamente, observa-se a distância mínima, isto é, pouco mais de 2 metros ¹.

¹ *Boletim mensal de estatística sanitaria*, Porto, ano V, janeiro de 1897. Estas sondagens foram feitas no terreno do laboratório municipal, que fica logo por detrás do edifício da câmara.

Pode asseverar-se que se está ali com os pés sôbre água ou, melhor talvez, com os pés dentro de água.

Guerra Junqueiro, não sem espírito e propriedade, costuma chamar à Praça Nova—*o poço*.

E, contudo, o autor dos *Simples* é um dos mais assíduos mergulhadores daquele pôço insalubre.

As análises bacteriológicas feitas pelo dr. Arantes Pereira provaram que o ar da Praça Nova é o que no Porto contêm maior número de germes atmosféricos. «Quanto mais nos aproximamos da Praça de D. Pedro, disse esse malgrado bacteriologista, maior é a inquinação do ar ¹.»

Todavia, os portuenses perdoam o mal que a Praça Nova lhes possa fazer pelo bem que lhes sabe demorarem-se ali.

Fui talvez audacioso indo pedir ao *Forum* do Porto, esse conspícuo lugar da minha terra, que me emprestasse o seu nome para servir de rótulo literário.

Mas eu quis fazer ainda mais um livro que fosse do Porto, e só do Porto, a começar na Praça Nova, por um esbôço da sua mesma história e a acabar em lembranças, casos, memórias truncadas, que não desdizem do título geral, porque sendo a Praça Nova o Porto, qualquer assunto portuense por ali passou ou ali teve éco.

¹ *Analyse microbologica do ar, contribuição para a hygiene do Porto* — Porto, 1894 — pag. 81.

Dada esta desculpa, parecerá menor a audácia. Sobretudo, se eu invocar também em meu favor a comovida saudade com que, nesta hora tarda, lanço os olhos sôbre o passado e o recorde longamente.

Nasci no Porto, criei-me no Porto, lá sonhei as melhores ilusões da vida, lá travei os primeiros combates com a realidade cruel, tudo isto não esquece mais, não pode esquecer-se nunca.

Nem admira que um portuense ame entranhadamente a sua terra, porque o Porto é uma cidade que se faz amar até dos estranhos.

Alexandre Herculano habitou-a apenas quatro anos, e confessava na velhice em voz alta, *coram populo*: «o Porto é a terra das minhas saudades¹.»

Outro homem do sul, um dos Malhões de Óbidos, quando do alto de Vila Nova relanceou a vista pelo conspecto da cidade, exclamou fascinado: «Por que não nasci eu ali?²»

Nasci eu. Estas duas palavras dizem mais e melhor que todo o prólogo.

Lisboa — Junho de 1910.

O AUTOR.

¹ Numa carta de 5 de junho de 1860. Eu encontrei-a no *Nacional*, do Porto.

² *Vida e feitos de Francisco Manoel Gomes da Silveira Malhão*, Lisboa, 1823, tomo III, pag. 202.

CAPITULO I

O BERÇO DA PRAÇA NOVA

*Fases históricas deste local nos séculos XV, XVI e XVII—
A primitiva Fonte da Arca, a sua construção modesta em 1608 e a sua reedificação monumental em 1682—
Passeios ou avenidas que a contornavam—Como os burgueses de intra-muros estimavam o logradouro desses passeios onde podiam refrescar-se, em noites calmosas, fóra das portas da cidade—Vida burguesa do Porto e aspecto do Campo das Hortas antes da fundação da Fonte da Arca—Elucidação incidental sobre uma pergunta do periódico O Tripeiro—A rua das Flores de Santa Caterina e a Porta dos Carros—Mercado volante junto à muralha da cidade, no Campo das Hortas, e sua transformação em mercado fixo dentro do mesmo Campo—Despeito dos burgueses por verem obstruido o seu recreatório nocturno—Ideia de riscar naquele Campo a Praça Nova das Hortas—Demolição da Fonte da Arca—Atitude dos barraqueiros do mercado fixo, dito da Natividade, que põem os pés à parede e não querem abandonar o local.*

O TERRENO que na cidade do Porto é hoje occupado pela Praça da Liberdade, vulgarmente Praça Nova, chamou-se, em tempos remo-

tos, Casal de Pai de Novais ¹, e depois Campo das Hortas.

Esta última denominação explica-se pelo aspecto do terreno na época em que lhe foi dada: era o de terras, extra-muros, applicadas a culturas hortenses; era o de orla viridente do arrabalde setentrional, que pelo sul entestava com a muralha da cidade ² e pelo norte se entranhava na sombra de muito arvoredos, principalmente laranjais ³, a dentro dum rincão onde a água alimentava alfôbres e lavadouros ⁴ campestres.

Sabe-se que desde o tempo do conde D. Henrique uma das hortas se chamava do *Hilario*, nome do arcediago que então a explorava; assim como também é sabido que no século XVII havia um lavadouro chamado *de Maria Manuela*.

A quem pertenciam os terrenos compreendidos no Campo das Hortas?

Certamente a uma das duas entidades que, alegando supostas doações feitas ao bispo D. Hugo

¹ Em Lisboa houve uma calçada com o nome de Paio de Novais, Pai de Navais ou Pai de Nabais. Correspondia, pouco mais ou menos, ao fundo do Chiado actual, e por aqueles onomásticos foi designada até 1755.

² Esta era a muralha que succedeu aos muros primitivos, começada no reinado de Afonso IV, continuada no de D. Pedro I e concluída no de D. Fernando.

³ Ainda hoje uma das ruas vizinhas do antigo Campo das Hortas conserva o nome de Laranjal.

⁴ A rua dos Lavadouros evoca a memória deste facto.

pela infanta-rainha D. Teresa e por seu filho, se diziam senhores de toda a cidade até onde ela tinha avançado.

Essas duas entidades eram a Mitra e o Cabido: eram elas que emprazavam todos os terrenos desabitados cobrando enormes fóros e pesados laudémios; eram elas que se locupletavam com portagens, ltuosas e outros mais impostos que oprimiam os cidadãos do burgo.

A Coroa interveio por vezes tanto em seu interesse como do povo; mas a Mitra do Porto respondia com altivez 'fulminando anátemas, que enchiam de terror os cidadãos recalcitrantes.

Para assossegar as consciências e pôr termo a um longo interdito, a Coroa, fingindo reconhecer a validade das doações régias, negociou com a Mitra contratos de indemnização pela cedência dos seus alegados direitos de jurisdição e senhorio.

E a Mitra, ao mesmo passo que recebia a indemnização, emprazava novos terrenos, cobrava as antigas rendas e impostos, sem respeitar a fé dos contratos.

Durou isto até ao século XIX ¹.

Junto ao Campo das Hortas havia terrenos que estavam na posse da Mitra, tal era a grande

¹ Decreto de 12 de agosto de 1832.

horta denominada Favall, que depois cedeu o lugar ao convento da Ave-Maria, respectiva cêrca, etc; mas o Cabido, por sua vez, achava-se investido no domínio directo do Campo das Hortas, com excepção da carreteira contígua à muralha e das obras exteriores da própria muralha, que estavam sob a gerência do concelho.

Esta circunstância depreende-se do Livro das Vereações de 1453, por onde consta que em 23 de junho do mesmo ano acordaram os vereadores aforar a Joham Pires, almuinheiro (hortelão) e a Johane Anes «a carcova que está ante as Hortas e a barbaqam (barbacã) junto com a porta da rua dos Carros» e do Livro das Pensões da Cidade, em 1464, consta outrosim que Joham Anes, alfaiate (certamente o mesmo) «tras aforada a carcova dalem do muro junto com a fonte da Arca, de que paga ao Concelho hum maravidi.»

Tanta insistência do alfaiate Joane Anes em ter direito a permanecer nas vezinhanças da fonte da Arca, muito procurada, avisa-nos de que a muralha da cidade servia ali de respaldo para a exhibição dum mercado volante, espécie de *feira da ladra*, em que a jubetaria popular figurava.

Vê-lo hemos a seu tempo.

O Cabido tinha emprazado parte do Campo das Hortas a Gonçalo Estêves.

Parece que o prazo seria de três vidas, a julgar pelos seguintes factos.

Tendo falecido Gonçalo Estêves, succedeu-lhe no prazo seu sôgro Afonso de Leão.

E por falecimento dêste, que provavelmente não deixou herdeiros, foi o mesmo terreno devolvido ao directo senhorio.

Mas ou porque o prazo não continuasse a ser de três vidas, o que a jurisprudência antiga permitia, conquanto não fosse essa a forma de enfiteuse mais usual, ou por qualquer outra causa admitida em direito, o certo é que encontramos novos contratos de emprazamento feitos com intervalos de tempo inferiores a meio século.

Tais são os contratos celebrados com Diogo de Vera, escudeiro, e sua mulher, em 1494; com Simão Machado, também escudeiro, em 1531; com Marçal de Barro, cidadão do Porto, em 1572; e com D. Isabel, filha de Estevão de Almeida Castel-Branco, em 1616.

Desde este último ano até ao século XVIII não sei quais seriam os enfiteutas.

Confluíam ao Campo das Hortas as águas de três mananciais, e uma, além de muito clara e leve, tinha fama entre o povo como eficaz para o tratamento da hidropisia. Mas vinha tanto à flôr do solo, que só a custo podia colhêr-se e em grande quantidade se infiltrava na terra, perdendo-se.

Saía junto à muralha da cidade; parece que ao sopé da barbacã.

O mesmo considerado architecto que construiu a igreja de Santo Eloi, e se chamava Ma-

nuel Garcês ¹, foi encarregado de elaborar um projecto com o fim de que tão apreciável água pudesse ter melhor encanamento e ser colhida com mais facilidade.

Para a realização desta obra abriu-se subscrição pública.

Manuel Garcês traçou o frontispício da Fonte, sem pompa—porque certamente os recursos da subscrição não permitiam outra coisa—mas alindou-o com três carrancas, a que deu um tal ou qual aspecto burlêsko ².

A inscrição era singela, também modesta como o frontispício:

EXPENSIS PVBLICIS — ANNO M.DC.VIII

Junto a esta Fonte, para a qual se descia por degraus de pedra, muitos e velhos choupos, plantados havia mais de cem anos, deixavam cair a sombra sôbre alguns bancos, onde podiam sentar-se, abrigados, os serviçais e aguadeiros enquanto esperavam sua vez.

¹ Grande architecto lhe chama a *Anacrisis historial* (II, pág. 74). Sousa Viterbo, no *Dic. hist. e doc. dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes, etc.*, não o menciona.

² Frontispício burlêsko diz a *Anacrisis historial*, vol. II, pag. 42. Crêmos que não seria todo o frontispício, mas apenas as carrancas.

A *Anacrisis historial* é um manuscrito da Biblioteca Pública do Porto, impresso sob a direcção do ilustre Bruno. Os dois primeiros volumes saíram em 1912 e 1913.

Não faltava pitoresco ao lugar, porque de mais a mais alvejou ali perto, entre as culturas hortenses, uma ermida de Santo António até que foi derrubada para se construir o convento da congregação de S. Felipe Néri.

A gracilidade do sítio e outras circunstâncias recomendáveis não passaram despercebidas ao senado da câmara, o qual foi autorizado, mediante contrato, a reconstruir com aparatosa grandeza, depois de 1680, aquela Fonte já popularmente chamada da Arca—por estar visível, junto ao sólo, a sua caixa de água.

Teve em vista o senado da câmara não sómente beneficiar as condições hidráulicas da Fonte, que por sua fama bem o merecia, mas também contorná-la de passeios lajeados onde o burguês esparecesse durante as noites de verão—com a segurança e tranquilidade que êle não lograra encontrar na antiga alamêda dos choupos.

Nessa quadra do ano o cidadão portuense, que de manhã e de tarde se afadigava na sua labuta comercial, estimava podêr respirar as brisas refrigerantes do arrabalde desde as Ave-Marias até que se fazia ouvir o sino de recolher ¹.

Ainda que os hábitos patriarcaes permitissem maior demora, que não permitiam, as noites do

¹ Segundo as *Ordenações*, o sino de recolher era tanguido durante uma hora inteira a começar às 9 da noite desde o principio de abril até ao fim de setembro e às 8 desde o principio de outubro até ao fim de março.

Porto, incluindo as de estio, toldam-se frequentemente de nevoeiros à medida que as horas avançam e às vezes logo às primeiras horas.

A mulher e as filhas do burguês não estimavam menos poder acompanhá-lo, sem maior apuro que os vestidos de trazer por casa, tanto mais que as damas do Porto pouco saíam então, como exceptuemos os domingos e dias de guarda, em que não deixavam de ir à missa com os seus melhores fatos, por isso chamados «de vêr a Deus».

Nesse tempo duas portas da muralha abriam sôbre o Campo das Hortas: a de Santo Eloi e a dos Carros: aquela mais antiga e esta, concluída em 1521, a de maior concorrência entre todas as outras, especialmente por efeito do trânsito da carriagem de carga. Logo diremos, em poucas palavras, a história desta Porta, segunda do nome.

Depois de 1680, época de que vimos falando, eram ali vizinhos recentes, extra-muros, os Congregados de S. Felipe Néri; e antigos vizinhos, dentro da muralha, tanto os Cónegos Regulares de S. João Evangelista, geralmente conhecidos pelo nome popular de Loios, como as freiras beneditinas do convento da Ave Maria.

As ruas de Santo António e dos Clérigos não tinham sido abertas ainda ¹, de modo que, ao nas-

¹ Estas ruas datam do século XVIII. A calçada da Natividade, hoje dos Clérigos, a que o vistoso templo que a domina viera dar vida e nome, ainda em 1757 tinha do lado

cente e poente do Campo das Hortas, inclinavam-se, em áspero declive, terras altas, montuosas, com os seus talhões de plantío na encosta e alguns moinhos-de-vento no planalto ¹, dispersos e sobranceiros ao arvoredado das quintas e ca-sais.

Os subúrbios não tinham perdido ainda aquele caracter aldeão, que por muito tempo a própria cidade havia conservado, intra-muros, em trechos de bucolismo nos hortos vicejantes e florídos.

Por êles, através de alguns séculos, foram rompendo praças e ruas novas, mas ainda agora, relegada a agricultura para as actuais cercanías, subsiste a tradição botânica em milhares de quintais e centenas de jardins dentro do Porto.

Dizia-me, certo dia, um alfacinha que esta cidade ocupava com seus jardins e hortejos um espaço, que fazia falta à edificação de muitos prédios e à abertura de muitas ruas.

Respondi-lhe que não quisesse êle privar o

norte raras casas em construção, as quais se defrontavam com a muralha da cidade, que seguia pelo lado sul.

¹ O planalto oriental correspondia, pelo menos, a parte das actuais ruas de Santa Caterina, da Alegria e de Santo Ildefonso; o planalto do ocidente correspondia ao terreno compreendido entre a antiga Porta do *Olival* e as Praças hoje chamadas dos Voluntários da Rainha e de Santa Teresa. Uma rua contígua a estas Praças conservou por muito tempo o nome de *Moinho de Vento* e comunicava com a das *Oliveiras*.

Porto daquilo que Lisboa lamentava não possuir em tanta abundância.

No século XVII o arrabalde mais povoado continuava a ser o de Miragaia.

No de Santo Ildefonso, alcandorado sôbre a vertente oriental do Campo das Hortas, constituiu-se uma freguesia rural, que em 1623 contava já 1150 almas, mas que mantinha ainda o seu aspecto rústico.

Uma das boas quintas neste arrabalde era a de Lamelas. Serão fragmentos seus, actualmente, alguns quintais da rua de Santo Ildefonso, da rua Formosa e em parte o leito da rua Passos Manuel.

A propósito... uma breve digressão.

O *Tripeiro* perguntou, num dos seus numeros ¹, qual seria a razão por que antigamente, no dia de *Corpus Christi*, a imagem de S. Jorge parava ante a casa de Lamelas, próxima vezinha da igreja de Santo Ildefonso.

Para tentarmos responder a esta pergunta temos que tomar de mais longe o assunto, segundo é narrado documentalmente por João Pedro Ribeiro ².

Uma carta régia datada de Lisboa em 1560 e dirigida ao juiz, vereadores e procurador da cidade do Porto, àcêrca dos abusos praticados na procis-

¹ Numero 11 (1908).

² *Dissertações chronologicas*, tomo IV, parte 2.^a

são de Corpus Christi, individualiza este: «Que no dito dia de Corpus Christi hûu anno vay a Porcissam fora da Cidade a hûua Igreja do Oraguo de Sancto Ylefonso ¹, que está em hûu Campo, e ali poem a o Sanctissimo Sacramento debaixo de hûu Carvalho, em quanto préguam, muy desacompanhado de gente por a mais dela ficar na Cidade comendo, e o outro anno vay a hûua Igreja do Oraguo de Sam Pedro ², que está nos arabaldes fora da Cidade, e por a Igreja ser piquena, poem o Sanctissimo Sacramento á porta dela debaixo de hûua Vela e a mais da gente fica na Cidade comendo e em desenfadamentos.» (2.^a edição. pag. 196.)

O rei manda que os destinatários da carta se concertem com o bispo para pôr côbro a este e demais abusos; noutra carta régia, de 23 de maio de 1561, proibindo alguns deles, deixa ao bispo a solução do que anteriormente especializamos.

Se, como parece, tinha ficado o costume de a procissão de *Corpus* parar diante da casa de Lamelas, vezinha da igreja de Santo Ildefonso, pode aquela paragem explicar-se talvez pelas seguintes razões ou por qualquer delas:

a) a força da tradição quanto às paragens marcadas no antigo itinerário;

¹ Elyfomso, doc. de 1561; Illeafonso, doc. de 1621.

² Pequena matriz da já então vasta freguesia de Miragaia.

b) o costume, também antigo, da procissão parar à porta de algumas famílias em cuja presença eram exibidos trebelhos e danças. (Documento de 1607).

A força tradicional desta procissão era tamanha, em virtude de sua mesma antiguidade, que tendo o rei querido obstar a que passasse pela Ribeira, lugar imundo onde se fazia o mercado do peixe, e por outras *ruas indecentes*, em vez de passar pela Rua Nova ¹, que *era a melhor* daquela cidade (Doc. de 1607), houve de transigir logo para evitar a «desconsolação» da procissão não passar pelas ruas costumadas (Doc. de 1608).

Finalmente, a circunstância de, segundo o regimento da procissão feito em 1621, terem nela o primeiro lugar os «hortelões e moradores da freguesia de Santo Illeafonso, com seu Rey, Emperadores, Usso, carro e montaria, etc.», bem pode significar uma compensação concedida a trôco da

¹ Rua Nova de S. Nicolau, a que D. João I apelidava «a sua rua fermosa». Chamou-se depois rua Nova dos Ingleses — e agora — rua do Infante D. Henrique.

Li algures que D. João de Almada e Melo deu impulso «à abertura» da rua dos Ingleses. Foi *lapsus calami*. Pode ser que êle lhe mandasse fazer qualquer modificação, especialmente quando, por sua ordem, a rua de S. João foi construída. Os ingleses residentes no Porto estabeleceram um grémio em três casas no mesmo sítio onde, em 1786, edificaram a Feitoria Inglesa. Assim se explica a denominação que a rua teve até que passou a chamar-se do Infante D. Henrique, no século XIX.

supressão do antigo costume que fazia parar a procissão no campo de Lamelas.

Está fechado o parentesis.

A vertente de oeste sôbre o Campo das Hortas parece ter sido um subúrbio menos agricultado e vivo que o de léste. Produzia muitos vimes e a mais de meia altura da encosta punha-lhe uma nota fúnebre o *Campo das Malvas*, que era ainda cemitério dos justicados e depois, no século XVIII, se apropriou aos grossos alicerces da igreja e torre dos Clérigos ¹.

No planalto da vertente rasgava a muralha da cidade uma das suas mais vistosas portas, chamada do Olival, dando saída para o amplíssimo campo, que já não tinha as celebradas oliveiras, às quais êle e aquela Porta deveram o nome, mas recebia boa sombra de três filas de árvores, álamos e negrilhos, plantados em 1611.

Se exceptuarmos a antiga reserva dos cordoeiros ², tudo ali eram terras de sementeira, apenas cortadas melancólicamente pelo Convento e igreja dos carmelitas descalços, pelo Recolhimento do Arcanjo S. Miguel ³, pela igreja, ainda incom-

¹ Sôbre o *Campo das Malvas* é muito interessante o que escreveu Firmino Pereira no seu erudito livro *O Porto d'outros tempos*, 1914.

² Já no século XIV aqui funcionava a cordoaria do bispo, que a ressalvou no escambo que fez com a câmara em 1328 sôbre o campo do Olival.

³ Vulgarmente Recolhimento do Anjo.

pleta ¹, que substituiu a ermida de Nossa Senhora da Graça, e pelo Colégio dos meninos orfãos.

Pinho Leal conta que desde o tempo de D. João I uma estrada, dita das Hortas, atravessava o Campo deste nome em direcção ao antigo Postigo dos Carros.

Se assim foi, aquela estrada não pertenceu ao número das obras que o mesmo rei, em vésperas do seu casamento no Porto (1387), mandou fazer, especialmente no interior da cidade, como a praça de S. Domingos e a rua do Souto, porque o Postigo dos Carros era mais moderno, datava de 1409 e tivera por fim dar serventia às casas da rua Chã e às vastas hortas que lhe ficavam próximas.

Mas é possível, pelo menos até à época em que foi aberta a rua do Bomjardim, já existente no século XVII, que alguma estrada, ou simples caminho, facilitasse a passagem do arrabalde norte para o interior da cidade por aquele Postigo, por a Porta de Santo Elói e pela antiga couraça da Fonte da rainha D. Teresa, que encostada à muralha trepava para a Porta de Cima de Vila.

Na minha infância chamava-se à actual rua da Madeira, que ainda hoje sóbe da estação de

¹ Quando, anos depois, o Padre Carvalho publicou a *Corografia* (tomo 1.º, 1706), esta igreja não estava concluída ainda.

S. Bento para a Praça da Batalha, chamava-se, dizia eu, «a calçada da Teresa» *tout court*.

Pois a Teresa era nem mais nem menos que a infanta-rainha esposa do conde D. Henrique: tinha-se perdido a origem histórica do primitivo nome daquela antiga couraça ¹.

Em 1518 el-rei D. Manuel—um dos reis que negociaram com a Mitra do Porto o senhorio e direitos da cidade—mandara erigir, no sítio denominado Faval, o convento da Ave-Maria.

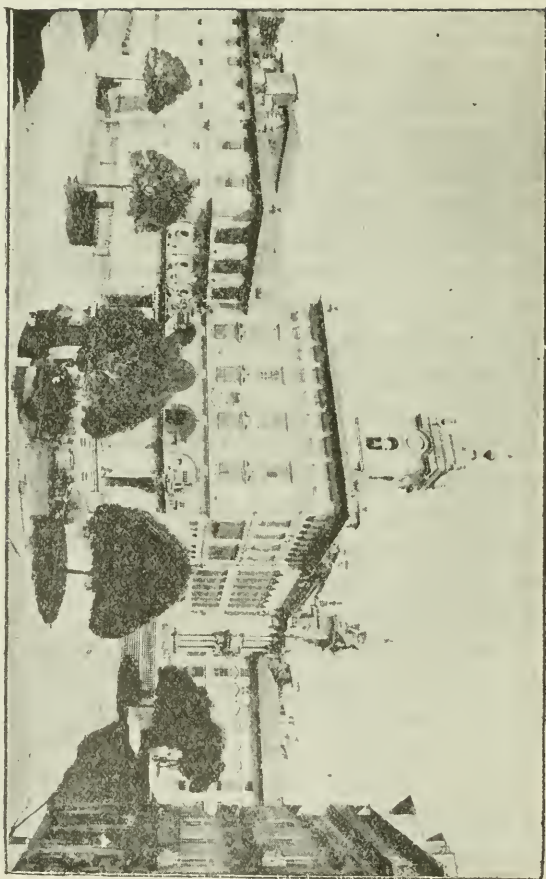
Este terreno era, já dissemos, um dos que a Mitra chamava seus. Mas o Bispo não protestou, porque tinha fechado contrato com o rei apenas quinze anos antes, e, sobretudo, porque esse contrato consignava à Mitra uma indemnização anual paga pelo rendimento da Alfândega.

As obras do convento da Ave-Maria continuaram depois da morte de D. Manuel; só em 1527 se concluíram.

E enquanto as obras duraram foi aberta, reinando ainda o *Venturoso*, a rua de Santa Catarina das Flores, depois simplesmente das Flores.

Era um considerável melhoramento material tanto em relação à largueza do transito, que até então se fazia por um bêco desde o largo de

¹ «Luego desde la Puerta de Cima de Vila se baxa por la Calçada de la Reyna Dona Theresa, y allí ay una fuente, etc.» *Anacr. historial*, vol. II, pag. 47.



Antigo convento da Ave Maria

S. Domingos até à ruela dos Caldeireiros, como ao desfôgo e evidência do convento.

A nova rua interceptou muitas hortas que andavam na posse da Mitra e algumas na do Cabido.

Deu-se-lhe o nome de Santa Caterina porque nos prédios da Mitra foi gravada a divisa do Bispo D. Pedro da Costa, que era a roda de navalhas alusiva ao martírio daquela Santa; e das Flores em memória das hortas e vergeis que ali tinham florescido abundantemente.

Nem o Bispo nem o Cabido se opuseram à abertura da rua por um simulacro de respeito aos contratos celebrados com a Corôa, para não darem motivo a que a indemnização deixasse de ser paga; e a Corôa mostrou-se ainda tolerante consentindo que tanto a Mitra como o Cabido fizessem emprazamentos para a edificação de prédios, sôbre cujos portais foram esculpidas respectivamente uma e outra divisa ¹.

Tal era a força do costume e o pavor das excomunhões, nos reis e nos povos.

Logo se edificaram os primeiros prédios da rua das Flores: um que mandou fazer Gaspar de Couros, e o outro «de formosissima fachada e bela obra»: este devia ser o interessante prédio manuelino, que eu muito bem conheci quando nele morava a familia Freitas Fortuna.

¹ *Anacrisis historial*, vol. II, pag. 29.

O qual prédio foi demolido na segunda metade do século XIX ¹; mas o eminente escultor Teixeira Lopes possui as principais pedras que formaram a fachada, e uma, contendo a figura de S. Miguel ², poderá vê-la agora o leitor no *atelier* do mesmo artista.

Um melhoramento pede outro. Por isso, também no reinado de D. Manuel e por indústria do corregedor António Correia—dê-se o seu a seu dono—foi tapado o antigo Postigo dos Carros e construída a Porta dêste nome, a pouco mais de cem passos do sítio em que estivera o Postigo.

A nova Porta dos Carros tinha um aspecto nobre, que se harmonizava com o do convento da Ave-Maria e o da rua das Flores.

Entre a embocadura desta rua e a Porta dos Carros mediava uma praça que se chamou Terreiro e era ainda um trecho do Faval; depois chamou-se Feira de S. Bento, porque ali se vendiam pão trigo e outros comestíveis.

No Campo das Hortas a carreteira cingia a muralha da cidade correndo, um pouco mais larga do que o antigo fôssó entulhado, desde a Porta dos Carros até à Porta de Santo Elói.

Durante o dia, a muralha, que era algum tanto

¹ Dois prédios modernos, n.ºs 150 a 160, preenchem o lugar que o prédio manuelino tinha ocupado.

² A divisa do Cabido era este arcanjo, subjungando um dragão com o pé e a lança.



*Rua de Santo Antônio. — Igreja dos Congregados em frente do local da antiga Porta dos Carros.
(Nuns restos da muralha, o mirante do convento da Ave Maria.)*

curva entre aquelas duas Portas ¹, transformava-se num mercado volante de que o algibebe Joane Anes seria talvez um dos fundadores no século XV. De ganchos de ferro, cravados nas pedras, pendiam fatiotas velhas e novas, roupas em primeira e segunda mão, assim como arquêtas repletas de várias miudezas úteis.

Os compradores ali atraídos e os transeúntes que passavam a Porta dos Carros e a Porta de Santo Elói eram já como que o fecundo núcleo da concorrência que depois havia de movimentar a Praça Nova, hoje mais do que nunca. As populações são como os formigueiros: encarreirando para um sítio não o abandonam de geração em geração.

Mas ao sol-pôsto esse espectáculo interrompia-se para continuar no dia seguinte.

O interior da cidade estava ainda longe, não menos que século e meio, da sua primeira iluminação pública ². E os habitantes, para afrontar a escuridão das noites, se porventura isso lhes era preciso, muniam-se de lanternas ou lampeões portáteis, de que ficaram modelos pelo tempo adiante em algumas casas portuenses.

¹ Por isso o era também a viela que passava dentro da muralha entre esta e a cêrca do convento de Santo Elói. Algo convexa, diz a *Anacrisis historial*, II, pag. 34.

² Foi autorizada por decreto de 5 de outubro de 1824 e as despesas da instalação adiantaram-nas os cidadãos patrioticamente.

Fóra de Portas as trevas cerravam-se profundamente quando a lua « não fazia o seu dever. »

No Campo das Hortas, depois que anoitecia, a alamêda de choupos mergulhava em tamanha escuridão que tornava perigosos, — portando inúteis — os seus bancos de pedra. E a muralha da cidade, despida do mercado volante, negrejava em todo o vulto da sua extensa ossatura de granito encarvoada de patina secular.

Sôbre a vertente ocidental apenas uma triste luz bruxuleava : era a lâmpada piedosamente acêsa no « Adro dos enforcados. »

A vertente oriental do vale e as terras que se internavam para o respectivo arrabalde jaziam afundadas em sombras caliginosas.

Imagine-se, pelo que temos dito, como seria bem recebida a anunciada reedificação da Fonte da Arca e a ideia de a contornar com bons passeios laterais, conjunto agradavelmente enxerido num trecho do Campo das Hortas.

Tanto mais que o senado da câmara, entusiasmado pela sua mesma lembrança, não se eximiria a despesas para levantar uma Fonte monumental, em harmonia com os recursos e progressos da cidade, já então muito importante pelo seu comércio e movimento marítimo.

Começou por ordenar, segundo a *Anacrisis*, que se demolisse, junto à primitiva Fonte da Arca, « uma torre da muralha » (ou talvez a barbacã) para

mandar abrir a rua larga dos Carros, depois chamada da Natividade como a calçada.

A essa rua deu-se um espaço que permitisse o trânsito de sejes, de carros, e de peões, ficando também convenientemente garantido o fácil acesso à Fonte; para isto, para que *huuiesse más ambito para lo ancho de la fuente* ¹, collocaram-na desafogadamente, a dentro do Campo das Hortas, entre sul e oéste, mais a oéste que ao sul, parecendo que a Fonte de 1608 estivera ao oriente.

Natural é que desejemos conhecer tanto a situação como o aspecto da nova Fonte da Arca.

O padre Agostinho Rebelo da Costa, natural de Braga, que residiu longo tempo no Porto e ali frequentou a tribuna sagrada, apenas nos fornece uma incompleta notícia desta Fonte na sua *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto*, publicada em 1788.

Rebelo da Costa nem sempre foi imparcial e muitas vezes é deficiente.

Quanto à falta de imparcialidade, vejam-se as justas acusações que lhe fez Tomás de Modessan na carta dirigida ao editor do *Jornal Encyclopedico* e reproduzida, com sensíveis incorrecções, nas *Antiguidades curiosas* de Monteiro.

Pelo que respeita aos escassos pormenores de certas informações suas (salvo um ou outro caso

¹ *Anacr. hist.*, vol. II, pag. 43.

de exagerado favor como quando fala da quinta do Pinheiro) tem: o leitor prova segura na seguinte notícia, em que dois adjectivos encomiásticos brigam flagrantemente com a pouquidão de seis linhas em dois curtos períodos.

« A *Fonte d'Arca* — diz o padre Rebelo da
« Costa — merece o primeiro lugar, tanto pelo que
« pertence á sua graciosa figura, como á abundan-
« cia d'agoa, que lança por quatro bocais de bronze.
« Em huma das pedras, que fórmão o seu mages-
« toso Frontispicio lêm-se gravados os seguintes
« versos :

« Divitias offert, argentea munera fundit,
« Thesauros populo consecrat arca suos.
« Solvitur in liquidum crystalus candida flumen.
« Qui sitit, accedat; non nocet unda, bibat.
« Hoc opus egregium cura obsequiosa Senatus
« Extulit, excelsus Thronus ut esset aquis ¹.»

«Anno Domini M.DC.LXXXII.»

Para que nenhum leitor possa ficar desconhecendo o teor da altissonante legenda, vamos dar uma tradução excelente, feita pelo sr. visconde de Castilho (Julio):

¹ Confrontamos esta inscrição com a cópia publicada em Fevereiro de 1833 pela *Chrónica Constitucional do Porto*.

Dons, riquezas de prata, esta arca offerta
ao povo, derramando os seus thesoiros.
Funde-se em rio o seu crystal alvissimo.
Sequioso, aproxima-te, e não temas
a lymphá deleitosa. Esta obra egrégia,
liquido throno, ergueu-a obsequiosa
do Senado do Porto a mão benéfica.

Ano do Senhor — 1682.

O padre Rebelo da Costa nem traduziu a inscrição nem se demorou junto à Fonte o tempo preciso para nos descrever miudamente a *graciosa figura* e o *magestoso frontispício*.

Pois fez mal. A sua ligeireza autorizou contradições e dúvidas àcerca dessa notavel Fonte, que êle, aliás, colocou em primeiro lugar. Sequer ao menos contou os bocais, e contou bem. J. M. P. Pinto equivocou-se quando, nos seus *Apostamentos para a historia da cidade do Porto*, informa que eram três.

E, quanto ao desenho da construção fontenária, o padre Rebelo da Costa guarda um silêncio menos prudente que o de Conrart.

Tivemos, portanto, de procurar melhores informações.

Não nos satisfizeram as da *Anacrisis historial* já algumas vezes aqui citada, obra composta pelo portuense Manuel Pereira de Novais, que foi monge beneditino no convento de S. Martinho de Compostela, e por isso a redigiu em espanhol.

Sabe-se que este frade nasceu setenta anos

antes (1611) de ser construída a nova Fonte da Arca.

Em tão avançada idade, e longe da pátria, escreve a este respeito na fé dos seus informadores como êle proprio declara ¹.

Começa por dizer que a Fonte é *magestosa fabrica, cosa nueba y de nueba y sumptuosa architectura*; um monumento que *no imbidia a ninguna obra de las antiguidades romanas*; e após uma página de erudição fradêsca, em que cita algumas construções maravilhosas de outros países e tempos, passa a descrevêr a Fonte, aliás com menor clareza do que descreveu a Fonte de 1608, que era a que tinha visto desde a infância.

Conhece-se que o terreno lhe fugia debaixo dos pés.

O leitor não ficaria formando um juízo provável da reedificação monumental da Fonte da Arca, nem eu também, se nos não acudissem ao embaraço a *Borbolêta Constitucional*, periódico portuense de 1822 ², e a obra que Henrique Duarte de Sousa Reis, official-maior da câmara municipal do Porto, deixou manuscrita.

Esta obra, em sete volumes, intitula-se *Apointamentos para a verdadeira historia da Cidade do Porto* e existe na Biblioteca Pública da mesma cidade.

¹ Vol. II, pág. 42.

² Numeros 147 e 246.

Sousa Reis acompanhou a narrativa da *Borbolêta Constitucional* espraiando-a com verdadeiro interesse de patriota ¹.

A nova e última Fonte da Arca revestia no seu conjunto a fôrma dum trapézio regular: ao norte o alto frontispício monumental; ao sul, um parapeito a que se encostavam duas escadas de pedra convergentes a uma espécie de porão, onde o tanque e as bicas jaziam talvez à profundidade de vinte palmos; ao nascente e poente os dois lados não paralelos, constituídos por espaçosos passeios empedrados, iguais ao que passava por detrás do frontispício, e daria, presumo eu, alguma comunicação para o santuário.

Todos estes três passeios, a que hoje poderíamos chamar as avenidas da Fonte, assentavam nos paredões do vão interior, o qual guarneciam com uma varanda de ferro intervalada de pilastras.

O frontispício monumental dividia-se em três *panneaux* sobrepostos.

No mais baixo, que se afundava entre os paredões do vão, quatro carrancas de pedra jorravam a água por outras tantas bicas de bronze.

¹ Além daquela obra, Sousa Reis deixou ainda outros manuscritos referentes à procissão de Corpus-Christi, a festas públicas tais como entradas de bispos e visitas régias, às cerimónias com que foi recebido no Porto o coração de D. Pedro IV, etc.

O do meio era preenchido pela lápide de mármore vermelho que continha a inscrição latina.

Do superior ressaltava uma larga sacada com varandim de ferro e duas grandes lanternas aos cantos.

Pousavam nela duas colunas de granito, bordadas de lavores, as quais, subindo, ladeavam um airoso santuário, onde a imagem de Nossa Senhora da Natividade era constantemente alumada pelas duas lanternas.

Sobresaiía ao santuário o brasão da cidade e do seu contôrno ramificavam-se grinaldas e festões, vistosamente trabalhados, cujos salientes recortes apoiavam pirâmides e estatuetas, dispostas alternadamente e dominadas pelas armas reais, como remate do entablamento.

O estilo deste terceiro *panneau* obedecia à redundante ornamentação que, nos fins do século XVII, anunciava a decadência da «renascença» a decambar para o «baroco.»

E, ao mesmo passo, nitidamente marcava a relação histórica e estética existente entre o *facies* monumental e a literatura da época: a poesia gongórica dos seiscentistas, a complicada eloquência asiática do grande Vieira, e ainda a espalhafatosa inscrição desta mesma Fonte.

Duas portas voltadas ao norte davam acesso aos passeios e duas portas voltadas ao sul conduziam aos patamares das escadas.



*Imagem de Nossa Senhora da Natividade
que estava na Fonte da Arca*

Desde que a imagem de Nossa Senhora foi entronizada no santuário, os vizinhos começaram a chamar à Fonte da Arca — Fonte da Natividade,

genitivo que depois se estendeu à rua actualmente alinhada com o grande prédio da família Cardoso ¹, ao largo em frente da Porta de Santo Eloi e à calçada que depois se denominou dos Clérigos.

Os burgueses de intra-muros, residentes perto da Porta dos Carros e daquela, tais eram os da próxima rua das Flores, além de outros, ficaram muito contentes com a sumptuosa Fonte, que sucedera à de 1608, e com o lindo *promenoir* que a marginava.

Nos primeiros tempos pareceu este melhoramento tão inocente quanto agradável, mas depois os factos vieram provar que não há paraíso terrial sem probabilidade de pecado.

O certo é que o sítio vitalizou-se grandemente de dia e à noite, ainda mais à noite que de dia, pela quantidade de gente que ali ia buscar água ou desfadadar-se, passeando.

De mais a mais, volvido tempo, começou a ser afixada no tronco de um dos antigos choupos

¹ Ainda em 1832 esta rua era chamada da Natividade. Um documento que acompanhou o decreto de 3 de dezembro daquele ano, pelo qual a cidade do Porto foi dividida em três bairros, para os efeitos da administração da justiça criminal e segurança pública, dizia: «Esquerda da rua das Flores (vindo da Ribeira), esquerda do Largo da Feira, Porta de Carros, *esquerda da Rua da Natividade*, em frente da Casa da Camara até ligar com a esquerda da Calçada dos Clerigos, etc.»

a lista dos destinatários da correspondência postal, o que foi bem recebido, porque ficava perto o correio ¹.

Ainda então não estava organizada a distribuição nos domicílios: introduziu-a entre nós o aviso régio de 12 de fevereiro de 1800, para as cidades e vilas de maior população e comércio.

Mas a serpente tentadôra foi-se insinuando no paraíso terrial do Campo das Hortas; melhor direi, as serpentes, o que é peor.

As quais serpentes não eram outras senão as mulheres que, depois do sol pôsto, iam com os seus cântaros e infusas buscar água à Fonte e ali estacionavam à espera de vez.

Os homens do povo foram-lhes na piugada arrastando a asa, de modo que do fundo do vão, onde as bicas jorravam, saíam palavras de calão obsceno, que ofendiam os ouvidos dos passeantes

¹ A *Borbolêta Constitucional* diz que o correio era «nas casas da esquina fronteira». Seria nos baixos do edifício dos Congregados, porque só em 1696 foi nomeado correio-mór do Porto João Soares de Carvalho, que estabeleceu a respectiva repartição na casa da sua residência, cuja principal fachada (com o brasão de família) dava para a viela, depois chamada, por aqueles motivos, rua do Correio Mór. Esta casa tinha capela, que se arruinou na ocasião em que caiu a muralla da cidade em frente da viela, e que por estar arruinada foi demolida. No seu lugar fez-se um pátio guarnecido de limoeiros, «que foi tomado para o publico no tempo do cêrco do Porto.» Tudo isto consta do *Opusculo consagrado á memoria de José de Souza e Mello*, Lisboa, 1839.

e davam a suspeita de que certos actos, não menos livres, se praticavam ali ao abrigo da escuridão.

A água lava as roupas, mas não limpa os costumes.

Que o digam os lavadouros e as fontes públicas.

Indignaram-se os bons burgueses do Pôrto com o tôrpe abuso que os impedia, e a suas famílias, de frequentarem à noite as avenidas da Fonte.

Os vendilhões do mercado volante tinham constituído uma confraria da Natividade, por devoção à imagem. Elegiam entre si os mordomos, que velavam pelas lâmpadas e flôres do santuário, e que faziam a festa da Senhora a 8 de setembro, com arraial na véspera.

Pois estes mordomos puseram-se à frente dos burgueses indignados pelos repetidos escândalos que se praticavam diante de um altar.

O certo é que o senado da câmara, querendo impedir tais abusos, mandou pôr nos patamares das escadas, que desciam para a Fonte, duas fortes cancelas de madeira, que se fechavam à noite e cujas chaves ficavam na mão de um dos vezinhos, o qual as podia facultar aos outros sob sua responsabilidade.

Mas, correndo já o século XVIII, novo contratempo veio inquietar os burgueses no logradouro das avenidas da Fonte, que para êles constituia já um hábito tão singelo como pacífico.

Homens de costumes inveterados e egoistas,

os burgueses gostam de que ninguém os perturbe no comodismo das suas regalias.

Nisto se parecem com os fidalgos e os ... gatos.

Aconteceu que no supradito século o Cabido mudou em prazos fateusins (aforamentos perpétuos) os prazos de vidas no Campo das Hortas, contratando com o reverendo Luís de Magalhães, arcediago de Oliveira, e com Bento Ferreira de Andrade.

O arcediago doou uma gleba do seu prazo à confraria de Nossa Senhora da Natividade e, por morte do Andrade, sua filha, D. Ana Francisca, religiosa no convento de Monchique, também doou à mesma confraria parte da gleba herdada do pai, impondo-lhe a obrigação de pagar o fôro anual de 240 reis ao Cabido.

Ficou, pois, a confraria mais florescente e, como era natural, mais ambiciosa. .

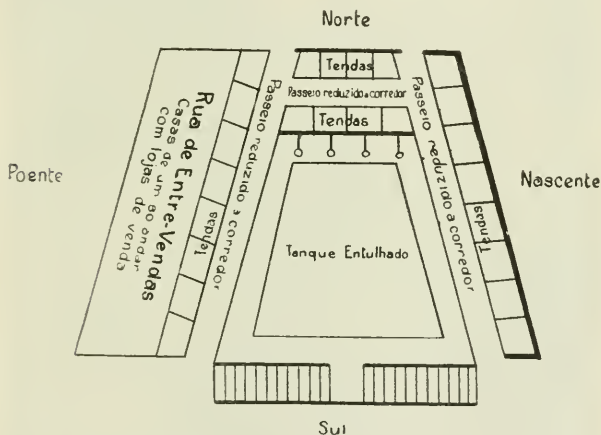
Ora o caso nefando consistiu em terem obtido os vendilhões do mercado volante que os mordomos da Natividade, devidamente autorizados, lhes subemprazassem algumas faxas das avenidas da Fonte para construirem barracas onde pudessem estabelecer o seu negócio.

A autorização do Cabido fôra concedida mediante a imposição dum fôro de vinte reis e laudémio de vintena.

A despeito do desgosto dos burgueses por lhes quererem dar à fôrça, em troca dum passeio recatado como recreio monacal, um ruidoso mercado, fixo dentro do Campo, a obra fez-se

de pressa e lojas abarracadas foram construídas, reduzindo a não mais que um simples corredor cada avenida.

Estas lojas recebiam a luz por frestas abertas nas paredes e por claraboias abertas nos telhados.



Planta do Mercado da Natividade, na Praça Nova das Hortas, depois de demolida a Fonte da Arca

Ao conjunto das lojas chamou-se pomposamente «a casa da Natividade», pois que a elas presidia, dominando-as do alto do santuário, a imagem da mesma invocação.

E propriamente o mercado também se ficou chamando da Natividade.

Assim, pois, o que tinha sido passeio amplo transformara-se numa passagem confrangida entre a varanda das avenidas e as lojas.

O gráfico, por nós aqui reproduzido ¹, mostra claramente a disposição daquelas avenidas, transformadas em corredor, e das lojas; e mostra também que o tanque e as construções anexas affectavam evidentemente a forma de um trapézio regular.

Fica, pois, explicada a origem do mercado da Natividade, que Pinho Leal, remontando-o a maior antiguidade, confundiu com o primitivo mercado volante.

Por escritura lavrada em 17 de fevereiro de 1721 o Cabido cedeu à cidade a porção de terreno que no Campo das Hortas ainda conservava em pleno domínio, para ser aplicada a uma praça pública, sob cláusula de poder o mesmo Cabido «na mais terra contígua á dita praça, pela face do norte para a parte dos Lavadouros e pela face do poente da parte da Fonte da Arca» construir «casas de sobrado com portas e janelas para a praça».

Por sua vez a religiosa de Monchique, D. Ana Francisca, fez desistência gratuita à cidade do resto da sua gleba.

Logo que se obtiveram êstes auxílios, o frontispício da Fonte, antes chamada da Arca, as escadas e o tanque foram demolidos, deixando aberto um grande fôso ²; a imagem de nossa Senhora foi deposta e recolhida na capela dos paços do concelho, vulgarmente chamada dos Réis Magos.

¹ Da *Borboleta Constitucional*, n.º 147, 1822.

² Como se verificará por um documento, de 1820, que reproduziremos no capítulo II.



Capela dos Três Reis Magos

Quanto aos salvados ornamentais da monumental Fonte apenas é conhecido o destino que tiveram três carrancas: foram adaptadas ao chafa-

riz da Praça de Santa Teresa e, muitos anos depois, levadas para o Museu Municipal, onde, felizmente, se conservam.

Riscou-se a Praça Nova das Hortas.

E o Cabido deu-se pressa em tirar proveito do terreno que ressalvara.

As casas construídas neste terreno eram abaracadas e, conforme a cláusula exarada na escritura de 1721, tinham um sobrado ou andar.

A pequena rua das Hortas já existia, aberta no largo da Natividade quase em frente da Porta de Santo Elói, e só depois se desdobrou na extensa rua do Almada ¹.

Aquelas casas de um só andar ficaram constituindo com o renque ocidental das barracas do mercado uma estreita rua, que se chamou de En-

¹ A rua chamada das Hortas chegava apenas até aos Lavadouros. Foi o governador das armas e justiças do Porto D. João de Almada e Melo que mandou abrir, na mesma directriz daquela, para o norte, a rua que o filho mais novo de D. João, o grande Francisco de Almada e Mendonça, corregedor e provedor da comarca do Porto, fez continuar até ao Campo de Santo Ovídio. A conclusão deste prolongamento correu com tamanha rapidez, que, tendo Francisco de Almada tomado posse do cargo em 1784, o chafariz que se vê na rua do Almada, entre a travessa da Trindade e o Campo de Santo Ovídio, tem a data de 1787.

Em homenagem aos dois ilustres Almadadas foi dado a toda a rua o nobre apelido deles.

Vejam-se, sôbre um e outro, os *Apontamentos biográficos do dr. Francisco d'Almada e Mendonça*, impressos na tipografia portuense de Gandra & Filhos, em 1839.

tre-Vendas, porque nas lojas das mesmas casas foram instalar-se outros vendedores.

A Fonte da Natividade desapareceu, pois, com todo o seu aparato, mas as lojas do mercado que a ladeava e as casas que, fóra dêle, alinhavam no arruamento de Entre-Vendas, não desapareceram.

Para conservar-se ali, recorreram os lojistas a longas e irritantes alicantinas forenses.

É agora ocasião de fazermos referência ao illustre escritor portuense Arnaldo Gama.

Êle coloca o mercado no *meio* da praça; e em *semi-circulo* ¹. Pelos documentos officiais de 1833, que publicaremos mais adiante, vêr-se há que não era no meio da praça o sítio do mercado; quanto à forma geométrica, o gráfico, impresso em 1822, mostra ter sido um trapézio regular.

Como foi que Arnaldo Gama, escritor escrupuloso, disse que o mercado estava dispôsto em *semi-circulo*?

Ver-me-ia hesitante entre duas informações incompatíveis, se não viesse esclarecer-me o testemunho de Teixeira de Vasconcelos, que ainda conheceu as construções daquele mercado, ao passo que Arnaldo Gama mal poderia lembrar-se delas, que foram demolidas em fevereiro de 1833, quando o mesmo Arnaldo Gama apenas contava cinco anos de idade.

Talvez que este erudito romancista tomasse ao

¹ *Um motim ha cem annos*, 1.^a edição, pag. 40.

pé da letra a expressão *em volta*, que—desviada da sua acepção rigorosamente geométrica para o sentido, muito frequente na linguagem usual, de um contôrno qualquer—se encontra em documentos officiaes daquele ano de 1833, por exemplo: «as pequenas casas, lojas e barracas que existem dentro, fóra e *em volta* do sitio da Natividade, etc.»

Outro erudito portuense, que eu desejei ouvir sôbre este assunto, o sr. arcebispo de Calcedónia, chamou a minha atenção para o facto do mercado do Anjo, autorizado por decreto de 20 de maio de 1833, ter uma configuração que, não sendo um trapézio regular, parece contudo ter sido suggerida pela do mercado da Natividade, segundo a fórmula que lhe dá o gráfico, ao passo que o mercado do Bolhão, mais moderno, foi iniciado na minha infância apenas com duas alas paralelas.

Teixeira de Vasconcelos, nascido em 1816, duas vezes se refere ao mercado da Natividade no seu romance *Roberto Valença*, publicado em 1848.

Da primeira vez chama-lhe «indecente barracão, que nós ainda conhecemos a deturpar á praça nova as honras de praça regular, e formosa ¹...»

E, mais adiante, consagra-lhe uma das notas com que interessantemente comentou o texto:

«Mal nos recordamos do tal barracão chamado *Natividade*: era o *Temple* do Porto—ao lado ou

¹ Pag. 68.

antes tendendo para o centro da Praça nova deturpava-a horrivelmente: dentro havia lojas de diversas fazendas ¹...»

Manifestamente este ilustre portuense quis designar pelo aumentativo «barracão» o conjunto das barracas e tendas.

Não define a sua fôrma geométrica, mas diz que tendia para o centro da Praça. Se fosse um semi-círculo, não precisaria Teixeira de Vasconcelos recorrer à vaga expressão que empregou. A lembrança do contôrno geral de qualquer construção perde-se menos facilmente que a do seu interior.

É feliz a comparação com o antigo mercado do *Temple*, onde os adeleiros de Paris se localizaram em barracões desde 1809 até ao segundo império, que mandou substituir os barracões por um edificio próprio, o qual foi demolido em 1904.

Sousa Reis, mais velho do que Teixeira de Vasconcelos, pois nasceu a 26 de outubro de 1810 ², também, num trecho bastante confuso, poderia fazer-nos hesitar, mas ele próprio diz logo a seguir: «as lojas das diferentes fazendas e miudezas que são delineadas na planta...»

Ora a planta dada por Sousa Reis é exactamente a que *A Borbolêta Constitucional* estampou e nós reproduzimos.

¹ Pag. 176.

² Faleceu a 27 de outubro de 1876.

Creio que o leitor ficará esclarecido quanto à fôrma do mercado.

Quanto à situação dele, que Arnaldo Gama diz ser ao *meio* da Praça, bastará ouvir o testemunho da pessoa que viu demolir o mercado e ao tempo da demolição escrevia na *Chrónica Constitucional do Porto* ¹ dizendo *que tinha sido levantado para o lado do sul no canto do poente da Praça Nova*, etc.

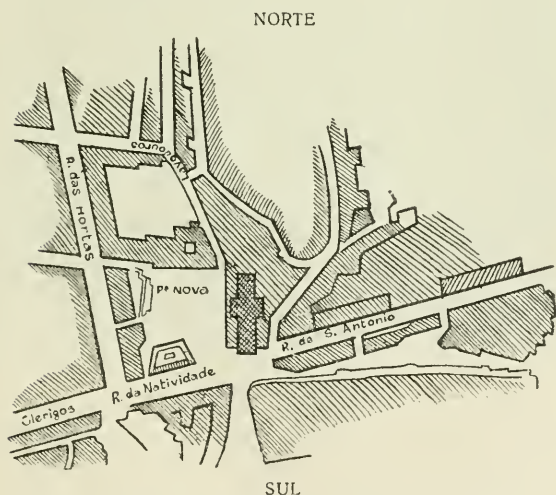
Isto é bem claro: ao *meio* não era, embora pudesse tender para o meio, segundo a vaga impressão de Teixeira de Vasconcelos; mas eu julgo que o colaborador da *Chrónica Constitucional*, escrevendo na hora em que o mercado estava sendo demolido, marca a situação dele com uma autenticidade que não sofre dúvidas.

Um facto recente veio confirmar tudo quanto a este respeito deixo escrito: foi o ter-se encontrado na Biblioteca Pública do Porto uma planta daquela cidade em 1813, a qual planta indica nitidamente o lugar e a configuração da Fonte da Arca, bem como, portanto, do mercado da Natividade, que lhe seguia o desenho.

As mercadorias expostas no primitivo mercado volante da muralha do Campo das Hortas tinham acrescido no mercado da Natividade o comércio de géneros alimentícios e o de bebidas nas casas da rua de Entre-Vendas.

¹ N.º 47, de 23 de fevereiro de 1833, na secção *Varietades*.

Ainda assim ficava livre dentro da Praça um espaço maior que o actual (1910), porque era mais estreita a via pública que a separava do convento dos Congregados ao nascente; e dos dois palacêtes que já no século XVIII se levantavam, ao norte, sôbre o terreno contíguo àquele que, para a banda dos Lavadouros, estava compreendido na reserva do Cabido portuense.



Trecho compreendendo a Praça Nova na planta do Porto por George Balck (Londres, 1813).

Os quais dois palacêtes eram os de Inácio Leite Pereira de Almeida Morais, fidalgo vimaranense, e o de D. António de Amorim da Gama Lobo, que também possuía uma quinta em Campanhã.

Quem das janelas de qualquer destes edifícios observasse então o aspecto da praça, veria ao fundo dela, na ilharga oéste-sul, o conjunto do mercado, desfeando-a certamente, como empacho que era, mas ocupando uma área relativamente pequena.

Tanto assim que no recinto da praça os dois regimentos de infantaria em serviço no Porto realizavam exercícios e paradas militares, com bastante largueza para as suas evoluções e para a afluência de curiosos que então, como em todos os tempos e cidades, não costumam perder este e quejandos espectáculos gratuitos.

Francisco de Almada, no arrojado intuito de atender a todas as conveniências da cidade, mandou construir fóra do perímetro da Praça Nova, mas á beira dela, um tanque e chafariz que preenchessem a falta da Fonte da Natividade.

Designou-lhes lugar no espaço compreendido entre a rampa da rua da Fábrica e a antiga viela da Polé, hoje entaipada, em atenção à hygiene pública, por duas portas de ferro, numa e noutra extremidade.

Conheci durante muitos anos o tanque da Praça Nova. Não sei que destino teve depois que foi retirado dali; sem embargo, vou repô-lo no antigo local, ante os olhos do leitor, graças a um desenho autêntico ¹.

¹ Feito por Joaquim Cardoso Vitória Vila Nova em 1833.

Os prédios, cujos andares dominavam o tanque, tem frente para a antiga rua das Hortas.



O tanque da Praça Nova

¿ Mas porque seria que Francisco de Almada, o Marquês de Pombal do norte como já lhe chamaram, que tanto edificou e tanto demoliu, não teve pulso para dar em terra com as sujas barracas e pequenas casas do mercado da Natividade?

Devia ser porque os barraqueiros e lojistas movessem em juízo sucessivas chicanas alegando

a posse do terreno ¹. Custa porém a crêr que o resoluto corregedor não encontrasse meio de triunfar. O que sei apenas é que a questão do mercado renasceu quinze anos depois da morte de Francisco de Almada, no seculo XIX, como havemos de vêr a breve trecho.

¹ Um decreto de 1833, que oportunamente reproduziremos na íntegra, diz que « havia *de muito tempo* uma questão entre os proprietários d'ellas (casas e barracas) e a Câmara da mesma Cidade... »

CAPITULO II

DA PRIMEIRA Á SEGUNDA ÉPOCA CONSTITUCIONAL

No principio do século XIX arde na Praça Nova das Hortas uma fogueira patriótica — As cinzas misturaram-se aos detritos das feiras que então ali se faziam — Poucos anos depois é esta Praça escolhida para sede da vereação portuense e definitivo tablado de manifestações políticas — Passa a denominar-se Praça da Constituição — Dão-se os primeiros passos para honrificá-la com um monumento comemorativo da revolução liberal — O espirito mundano, que principia a romper através dos hábitos patriarcaes, não se deixa atrair à Praça da Constituição, talvez por influênciã do conservantismo politico — Vem 1823 e anula 1820 — Vai pela água abaixo o nome de Praça da Constituição e o projecto do monumento — A Praça Nova fica desconstitucionalizada e retoma o seu antigo nome — Luminárias, foguêtes, vivórios pela restauração dos « inaufereiveis direitos » — Em março de 1826 quebra dos escudos pela morte de D. João VI — E em julho do mesmo ano grande animação e festança na Praça Nova pelo juramento da Carta Constitucional — Como os congregados e os loios se abstiveram de tomar parte nas manifestações de júbilo — Três anos depois, em 1829, mudam-se os papeis : os frades aplaudem às mãos ambas o espectáculo sinistro das fôrças da Praça Nova — A alçada e os mártires da liberdade — Depois das execuções, os carrascos vão lavar as mãos no tan-

que da Praça Nova — Em 1832 amanhece de novo a liberdade, a expedição de D. Pedro entra no Porto e as fôrças da Praça Nova são arrasadas.

EM 1809, quando o general Soult ocupava o Porto, formara-se em tôrno daquele general francês um partido que pretendia fazê-lo ascender ao trono de Portugal e que tinha como órgão na imprensa o periódico intitulado *Diario do Porto*.

As razões alegadas por esta gazeta, no seu empenho de destituir a casa de Bragança, eram ter a família real abandonado os portuguezes reduzindo o antigo reino a uma dependência do Brasil, que por sua vez deixára de ser colônia para ser côrte; e ter Soult sabido dominar « benignamente » a anarquia e o pavor que atormentáram as vésperas e os primeiros dias da segunda occupação franceza ¹.

Esta maneira de vêr encontrou algum éco não só dentro da cidade do Porto como tambem na província Dentre Douro e Minho, como se pudesse justificar-se qualquer propaganda contrária à dignidade e independência da pátria.

No Porto appareceu anónimo um folheto que navegava nas mesmas águas e se intitulava *Desengano proveitoso*.

Esse folheto, attribuído a um frade *grilo* (agostinho descalço) terminava assim: « Viva o senhor

¹ Soriano, *Historia da guerra civil*, Tomo II, pag. 182.

Duque de Dalmácia (*Soult*) rei de Portugal! Viva e reine para sempre em nossos corações!»

Inocência, no seu *Diccionario bibliographico* ¹, supõe que o autor do folheto seria frei António de Santa Bárbara.

Eu não concordo com Inocência, porque este frade, bacharel em filosofia e matemática, mostrou-se em 1820 liberal ² e não creio que possa amar a liberdade quem não ama a independência da sua pátria.

Logo que Soult pôde ser desalojado do Porto pelo exército anglo-luso, os intendentes da policia daquela cidade e de Lisboa publicaram editais ³ ordenando que todos os portuguezes que conhecessem os autores de *papeis incendiarios* contra a pátria e o trono, publicados «debaixo do intruso governo francês», os fossem logo delatar perante os mesmos intendentes para serem exemplarmente castigados.

Não sei se o autor do *Desengano proveitoso*, frei António de Santa Bárbara ou outro qualquer, teria sido denunciado e pessoalmente punido.

¹ Tomo IX.

² Em 22 de outubro de 1820 prégou na igreja dos beneditinos do Porto um sermão em acção de graças «pela desejada e muito feliz união da Junta Provisoria do Supremo Governo do Reino com o governo interino de Lisboa.» E em 26 de fevereiro de 1823 recitou uma oração na *Sociedade Patriótica Portuense*.

³ O edital do Porto tem a data de 5 de junho de 1809.

Penso até que não seria. Mas sei que o seu folheto foi apreendido e queimado de ordem régia ¹ no meio da Praça Nova das Hortas por mão do executor de alta justiça ².

Assim se explica a raridade do *Desengano proveitoso que um amigo da patria se propõe dar a seus concidadãos*, impresso em 1809 na tipografia de António Alvares Ribeiro (Porto, 4.º, 21 páginas). Apenas vi até hoje um único exemplar, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa ³.

Talvez que seja o mesmo exemplar que subrepticiamente chegou às mãos de um bom patriota alfacinha, a quem o ânimo não permitiu deixar sem resposta o tôrpe *Desengano* ⁴.

A queima de tão abominável folheto em plena Praça Nova é um *auto de fé* que nobilita as tradições desta Praça no princípio do século XIX, porque a fogueira chamejante rápidamente consumiu uma publicação afrontosa da honra e do brio nacionais, dando-se assim um bom exemplo de patriotismo aos espectadores, que não seriam poucos, nem indiferentes.

Nem haveria o trabalho de varrer as cinzas da papelada porque, nessa época, e ainda depois, a feira da erva, da palha, e da madeira em car-

¹ Isto é, por ordem do regente, em nome da rainha.

² Vide *Almanaeh militar illustrado* para 1890, pag. 61.

³ Volume de miscelânea, com a marcação III. 4. 59.

⁴ No mesmo ano de 1809 se publicou em Lisboa uma contestação a este folheto.

ros, que se realizava na Praça Nova, deixavam-na imunda de uns dias para os outros ¹.

A vereação portuense, certamente aborrecida de ter andado errante por diversos edifícios, obteve a provisão régia de 8 de outubro de 1815 que a autorizava a adquirir o palácio de Inácio Leite Pereira de Almeida Moraes, na Praça Nova das Hortas, para nele estabelecer definitivamente os paços do concelho.

Demorou-se a Câmara em usar da autorização e entretanto a Companhia dos Vinhos comprou o palácio ao seu proprietário em 13 de março de 1816. Dez dias depois, por escritura pública, a Companhia dos Vinhos trespassou-o à Câmara por 31:265\$960 reis ².

Este palácio, onde o tribunal da Relação tinha funcionado desde 1752, carecia de muitas obras para se acomodar ao seu novo destino.

Por isso a Câmara conservou-se na Casa Pia, enquanto elas não foram concluídas, e só no dia 21 de Agosto de 1819 assentou no edifício que, desde então até hoje, ficou sendo privativo da municipalidade: *Domus municipalis* ³.

¹ A feira da erva e da palha foi dali mudada para o Largo do Mirante (actualmente do Coronel Pacheco) e deste Largo, em 1823, para a Praça da Batalha. A da madeira em carros passou para a Praça da Trindade por edital de 28 de dezembro de 1838.

² Arnaldo Gama, *Um motim ha cem annos*, nota IX.

³ Um documento official, moderno, diz que este edificio

Sousa Reis, na sua obra manuscrita, que já mais longe citamos, diz que a estátua, que sôbre o frontispício representa o Porto com aspecto aguerrido, fôra feita pelo mestre pedreiro João da Silva, o qual a tomou de empreitada pela quantia de reis 243\$300, paga em duas prestações.

E, descrevendo-a, acrescenta: « a bellissima estatua do Porto feita de huma só pedra, tendo na mão esquerda o broquel com as primitivas armas da cidade portugalense, de que falla Bluteau na palavra *Porto, cidade de Portugal*, e na direita empunha huma lança; essa estatua he admiravel pela sua actitude na acção, e foi calculada a optica tão perfeitamente que a altura a que se acha ainda lhe augmenta o merecimento: he dignissimo feixo deste edificio. »

Ao bom patrióta Sousa Reis pareceu a estátua bellissima e digno remate dum palácio, que não sendo magnífico, é todavia decoroso e próprio da sua função, pelo que contentou os portuenses de 1819 e os seus immediatos sucessores.

tem servido de paços do concelho desde 1817. Será talvez a data da posse.

Em novembro de 1832, por causa dos projecteis de guerra, alguns dos quais atingiram a casa municipal, a Câmara funcionou no prédio n.º 199 da rua de Cedofeita; e em dezembro do mesmo ano, em virtude duma portaria, as sessões camarárias realizaram-se no prédio n.º 35 da rua da Torrinha. No fim de 1833 a vereação voltou ao edificio da Praça Nova. (Informação de Sollari Allegro).

Eu nunca a vi de perto, mas tenho uma vaga recordação de me parecerem as suas pernas desproporcionais ao tronco.

E quanto ao aspecto indumentário, não sei, não me lembro se terá quaisquer defeitos. Mas, se os tiver, são desculpáveis na época em que a estátua foi feita, porque ainda então não se atendia em obras de arte à exactidão histórica dos trajes, que só a escola neoclássica, fundada pelo pintor francês Luís David, impôs mais tarde como preceito irrefragável.

Ah! mas do que me lembro bem, muito bem, é da feliz expressão característica dessa estátua, tão vigorosa de brio, de altivez e dignidade cívica.

Olhar para aquela figura é como ouvir e conhecer os sentimentos e ditames heróicos da cidade « toda inteira. »

Uma cantiga das ruas traduz melhor do que as minhas palavras todo o simbolismo patriótico facilmente perceptível no — guerreiro — erecto sobre o frontão singelo da casa municipal:

O Malhão da Praça Nova
Tem uma lança na mão
Para matar os traidores
Que são falsos á nação.

Esta figura de pedra, encimando um edifício relativamente modesto, não vale menos na sua caracterização histórica do que o soberbo cava-

leiro — o homem de ferro — que se desenha sobre uma bela torre no *Rathaus* (sumptuoso palácio camarário) em Viena d'Austria.

O *guerreiro* do Porto é um burguês equipado para a defesa das regalias e fóros da cidade, que também é burguesa.

O seu gesto carece talvez da galanteria cavalleiresca dum mosqueteiro, mas acentúa energia e decisão.

Um ano depois que a vereação portuense começou a funcionar no seu edifício privativo, rebentou no Porto a revolução liberal: foi no dia 24 de agosto de 1820.

Por efeito dela organizou-se um governo provisório, o qual em dezembro do mesmo ano resolveu dar à Praça Nova das Hortas o nome de Praça da Constituição.

Um documento oficial, uma portaria a muitos respeitos interessante, e que por isso mesmo vamos copiar na íntegra, promulgou aquela resolução.

Diz o documento :

«Tendo a junta provisional do supremo governo do reino muito em vista dar aos habitantes da cidade do Porto manifestas provas da grande consideração em que têm (*sic*) os seus serviços e patrioticos esforços pela causa da nossa regeneração, por elles começada com tanto ardor e entusiasmo no dia memoravel de 24 de agosto d'este anno; e desejando ao mesmo tempo que fique para o futuro, e para a mais remota poste-

ridade, memoria indelevel que renove e desperte nos corações dos vindouros, não só sentimentos de amor da patria, mas de reconhecimento áquelles que tão valorosamente se expozeram para salvá-la: ordena que o campo de Santo Ovidio, onde na manhã do referido dia se ouviram pela primeira vez gritos de « constituição » e de « côrtes » e, onde já no anno de 1808 se ouviram tambem as primeiras vozes que nos libertaram da oppressão ¹, se chame para o futuro « campo da Regeneração »; *que a nova praça, onde se reuniram os bravos para estabelecerem a junta provisional do governo supremo do reino, se chame tambem « praça da Constituição »; que no logar accommodado da dita praça se levante um monumento executado em pedra, com desenho que melhor possa exprimir tão grande acontecimento; e devendo para esse fim dar-se á mesma praça toda a extensão de que ella é capaz e de que se acha privada pela desnecessaria conservação de pequenas casas que no fim d'ella existem edificadas, estorvando a serventia publica, e deturpando visivelmente o pros-*

¹ No dia 6 de junho de 1808 já no Porto fermentára um núcleo de revolução contra o domínio francês; mas, tendo-se malogrado, repetiu-se logo na tarde do dia 16, em pleno Campo de Santo Ovidio, sendo um dos seus fautores Joaquim José Moreira, ajudante de milicias. Esta patriótica reacção generalizou-se na cidade ao som de entusiásticos vivas ao príncipe regente. (Veja-se o artigo do sr. Pedro Vitorino no *Tripeiro*, n.º 5).

pecto dos nobres edificios que a cercam; a ill.^{ma} ¹ camara, pondo em pratica aquellas medidas, que já se acham de tempos a esta parte ordenadas para a compensação devida a cada um dos senhores, ou directos ou uteis, das mesmas casas, faça proceder pelo meio legal á sua adjudicação, para serem logo derribadas, entulhando-se o grande fosso que ha n'aquelle sitio, para ficar inteiramente livre de tão incommodo embaraço.

« As auctoridades a quem competir o tenham assim entendido e o executem pela parte que lhes toca. Palacio do governo, em 23 de dezembro de 1820 ». (*Seguem-se as assinaturas*).

A questão da permanência das barracas, já renovada em 1819, desde que a Câmara funcionava no edificio por ela adquirido, parecia ir chegar ao seu termo. Mas o que é certo é que ainda durou muitos anos. Os barraqueiros voltaram a embaraçar a demolição, que a Junta Provisional ordenára.

A Câmara Municipal, por sua parte, não tinha descurado essa grande questão das barracas e das casas ao poente, por isso que a junta das obras públicas (composta de vereadores e presidida por um cidadão respeitável) já alvitrára que fossem demolidas mediante indemnização a quem se provasse dever recebê-la.

¹ A câmara municipal do Porto teve o título de illustríssima e o tratamento de senhoria desde 13 de maio de 1804 até ao alvará de 11 de agosto de 1843, que lhe conferiu o tratamento de excelentíssima.

A esta providência alude o final da portaria.

Os barraqueiros diziam-se senhores de cada corredor ou passeio inteiro, como os lojistas se diziam proprietários das casas de Entre-Vendas.

Não o julgava assim, quanto aos barraqueiros, o colaborador da *Borboleta Constitucional* a que nos temos socorrido: este entendia que todo o terreno era público, por isso que em parte fôra doado à cidade e em parte a Nossa Senhora, cuja imagem deposta havia sido entregue à Câmara; e que só podia ser reclamada indemnização, não pelo terreno, mas pela demolição das barracas.

Quanto às casas a poente, reconhecia serem propriedade de particulares. O que é certo é que a portaria não teve outro efeito mais que o de ser entulhada a cavidade onde a fonte estivera.

Contudo o ano de 1820 merece que nos demostremos algum tempo a considerá-lo na sua relação com a história da Praça Nova das Hortas, a que a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino mudou o sinal onomástico.

Foi naquele ano que este recinto público logrou a honra de começar a ser o lugar escolhido para as manifestações políticas, de character mais ou menos revolucionário, certamente por estar já ali estabelecida a séde da municipalidade.

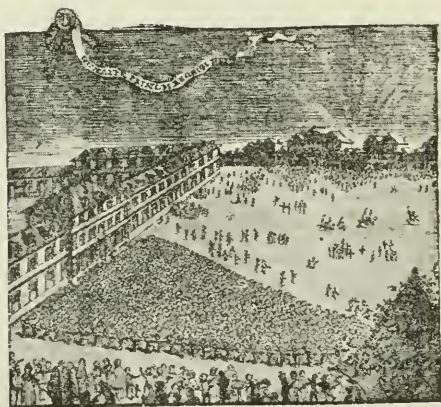
Um folheto existente na Biblioteca do Porto ¹ contém duas estampas que são valiosas unicamente

¹ No respectivo catálogo tem a marcação $\frac{N}{7-46}$.

por serem um comentário ilustrado à portaria de 23 de dezembro.

Intitula-se esse folheto. *Patriotismo por autonomasia, offerecido ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frei Vicente da Soledade Castro*¹, *Dignissimo Arcebispo Primaz da Bahia, deputado da Nação Portuguesa em Côrtes, etc. etc. etc. Sincero, e verdadeiro amigo da Religião, da Constituição e da Patria. Por um Cidadão Portuense, e Constitucional.*

Foi impresso no Porto em 1822, na tipografia de João Nogueira Gandra.



A tropa ouvindo a primeira missa na Praça da Regeneração em 24 d'Agosto de 1820

¹ Frade beneditino, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra.

Aliás Campo da Regeneração se ficou chamando, desde a portaria, o antigo Campo de Santo Ovídio.

Este último nome deveu-o a aquele vasto campo ao orago da ermida que os Agostinhos Descalços possuíram no seu hospício, vizinho da quinta do Figueiroa ¹, mais tarde quinta dos condes de Resende, que ainda em meus dias ocupava quasi todo o lado occidental do mesmo campo.

O Padre Rebelo da Costa fala da ermida e do hospício, mas não lhes assinala a topografia. É uma das suas censuráveis omissões.

No tempo do referido Padre a cidade do Porto estava dividida em três bairros: o da Sé, o da Vitória e o de Santo Ildefonso. Este último abrangia a Lapa e o Campo de Santo Ovídio.

Pelo decreto de 3 de dezembro de 1832 a ci-

¹ Manuel Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto de Miranda e Figueiroa, agraciado em 1824 com o título de visconde de Beire, foi pai da 4.^a condessa de Resende. A quinta do Figueiroa também era conhecida por quinta do visconde de Beire e dos Pamplonas. Em parte do seu antigo terreno passa hoje a rua Alvares Cabral, desde o Campo de Santo Ovídio (Praça da República) até à rua de Cedofeita. Do palácio e jardim dos Pamplonas, bem como da avenida do caramanchão, o qual se via da rua de Cedofeita, existem duas télas no Museu de S. Lázaro, pintadas por Jean Pillement, que, segundo informa o meu velho amigo José David, esteve por várias vezes em Portugal.

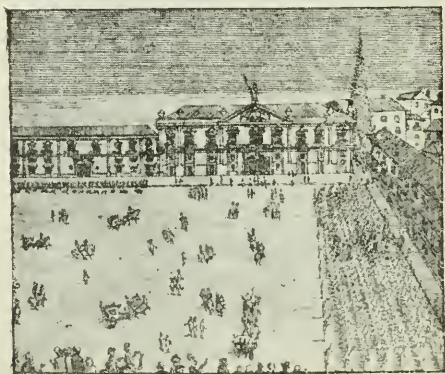
O visconde de Beire fôra inspector da Academia Portuense de Belas Artes até 1847.

dade foi dividida, para os fins de administração de justiça criminal e segurança pública, em três bairros: Santa Caterina, Cedofeita e Santo Ovídio.

Assim, pois, a capela dos Agostinhos Descalços tinha dado o nome não só ao campo mas também ao bairro. Quanto à situação da ermida, o Padre Carvalho vagamente informa na *Corografia* ficar na « estrada que vai para Braga. »

Oficialmente, o nome de Campo da Regeneração tem subsistido desde 1820; vulgarmente, o povo ainda diz Campo de Santo Ovídio e quartel de Santo Ovídio (o de infantaria 18).

Segunda estampa do *Patriotismo por autonomia*:



Praça da Constituição, aonde no mesmo dia concorreo a Tropa, Nobreza e Povo a dar o juramento de se unirem na Regeneração de Portugal convocando novas Côrtes

Mas não foi só nesse dia que a revolução liberal de 1820 encheu de brilho e bulício esta Praça. Os regimes novos são como a gente nova: gostam de festas e folia. A primeira época do constitucionalismo português durou pouco; mas enquanto durou, divertiu-se. E nesta mesma Praça foi que os liberais do Porto se divertiram mais.

Quando eles souberam, em 1821, que D. João VI tinha jurado no Rio de Janeiro as bases da Constituição que as Côrtes Gerais houvessem de fazer (quem jura no ar jura falso) prepararam rapidamente na Praça da Constituição um festival que durou quatro noites — as quatro primeiras noites do mês de maio.

Eu não me proponho especializar as ornamentações, as luminárias, os vivas, os foguetes, os versos, as canções e hinos patrióticos dessas quatro noites de festa, porque tudo isso daria matéria para um livro — gordo. Apenas quero referir que muitas senhoras concorreram à Praça da Constituição e ali estiveram sentadas sôbre alcatifa em dois grandes palanques e ali cantaram, em côro com o povo, e ali se conservaram jubilosas até verem partir de madrugada a marcha *aux flambeaux*, que foi estremunhar à força de vivório os corifeus da revolução. Archotada é que eu devia ter dito para lhe dar a côr e o pavio da época.

Logo no dia 4 de julho seguinte desembarcou em Lisboa D. João VI com a família real. Assim que este facto constou no Porto, confluíram à

Praça da Constituição as estrepitosas torrentes do entusiasmo liberal. Quem no-lo vai descrever é um devotado patrióta, um poeta cego, António Joaquim de Mesquita e Melo, a quem o amor da liberdade iluminava a alma em contraposição com a noite escura de seus olhos. Tinha ele então vinte e oito a vinte e nove anos, e uma inspiração, que não era altívola, nem rutilante, mas pronta, correnteia e sincera. Por estes predicados gozou no Porto estima e consideração. Oiçâmo-lo, pois :

Soou lá em Santa Cruz
O brado do acontecido ;
O monarcha lusitano
Volta ao reino engrandecido.

Volta ao reino, que deixara
A ser presa de francezes
E que sendo restaurado
Via ser presa de inglezes.

Aos aulicos dava a culpa
Um povo aos seus reis affecto,
Em transportes de alegria
Foi logo todo concreto.

O Porto, que a Portugal
O nome e o renome dá,
O promotor do successo, ¹
Que festejos não fará !!!

¹ Iniciador da revolução.

A *praça*, aonde se ostenta
Soberano cavalleiro, ¹
Esse logar de memorias,
Das festas foi o primeiro.

Aqui, musa, te renovo
Ardentes, devidas graças
Pela carta de poeta
De theatros e de praças.

Eu fui, por aito convite,
Nessa festa encantadora ;
Por convite, mas sem elle
Por gosto meu tambem fora.

Entrei pois no exercicio
De teu favor generoso,
Ao nivel com as senhoras
Em palanque magestoso.

Cantavam ellas, e em pé,
Hymno composto por mim ;
Angelico era o coro,
E o retornello era assim :

« Cantemos todos
O grande Rei
Que a justa lei
Jura seguir. »

A *praça*, em eu recitando,
Deserta me parecia ;
E ouvia, apenas callava,
Lizongeira vozeria.

¹ Referência à estátua equestre de D. Pedro IV. Estes versos foram publicados em 1883 no opúsculo intitulado *Um poeta nonagenario*.

Não tardou que chegasse o dia 24 de agosto, primeiro aniversário da revolução liberal. Os festejos dilataram-se por algumas ruas da cidade, mas a Praça Nova foi, como sempre, que levou a palma, ou não fosse « da Constituição ». *Noblesse oblige*.

Iluminação grandiosa, figurações alegóricas, versos, hinos, córos e foguetões alegraram mais uma vez « esse logar de memórias. »

No « palanque magestoso, » paralelo ao convento dos Congregados, lá estive, como nas outras noites festivas, o belo sexo constitucional a patriotar convictamente. Para sugestão de entusiasmo bastaria isto; que o patriotismo das senhoras, quando não é fingido, electriza quem o contempla. Pobre Mesquita e Melo, que só o podia ouvir . . . sem vê-lo palpitar.

¿Se os padres oratorianos quisessem ter aberto as janelas, o que aliás não quiseram, haveriam frêchado com olhares impudicos o eminente patriotismo feminino? Não, snr.. O escândalo seria maior. Teriam enviado às suas adversárias políticas algum despejo suspeito, bárbaros absolutistas!

Ora nenhuma das resoluções da Junta Provisional relativas à Praça Nova das Hortas—o crisma, a demolição das barracas, a construção do monumento comemorativo da revolução de 20—teve efeito perdurável.

Quanto ao monumento alguns passos foram dados no sentido da sua realização. Abriu-se

concurso para os projectos, e, em 5 de agosto de 1822, reunida a Câmara nos paços do concelho com os principais cidadãos — ao todo 187 pessoas — acordou-se em nomear uma comissão encarregada de recolher os votos que determinassem a classificação daqueles projectos. Também se decidiu lançar a pedra fundamental do monumento no dia 24, segundo aniversário da revolução triunfante.

Eram três os projectos apresentados, e foram classificados pela ordem da sua apresentação :

1.º, de Joaquim Rafael ¹, obteve 111 votos.

2.º, de João Francisco Guimarães, 34 votos.

3.º, também de Joaquim Rafael, 41 votos.

Ficou, portanto, aprovado o 1.º

Nomeada outra comissão que devia promover a subscrição pública, effectuou-se no dia 24, como fôra resolvido, o lançamento da pedra fundamental, constituindo-se para esse acto um pomposo cortejo, que do Campo da Regeneração se dirigiu à Praça Nova da Constituição por entre alas de povo, vibrante de entusiasmo cívico, e ao som de

¹ Era pintor de história. Publicou em folheto a *Descrição de hum modello para um monumento mandado fazer na cidade do Porto por portaria da junta provisional do governo supremo do reino de 23 de dezembro de 1820 a fim de perpetuar a memoria do glorioso feito da regeneração portugueza em 24 de agosto de 1820, deliñeado pelo portuense Joaquim Rafael, pintor de historia. Porto, na Imprensa do Gandra, 1821. Com licença, 7 páginas.*

vivas frementes, prolongados numa longa ressonância comunicativa.

Mas a razão não é para quem se talha: o monumento não passou da pedra fundamental.

E as barracas e as casinholas ficaram de pé.

A Praça Nova pareceu enfeudada desde essa época ao domínio dos políticos e dos patriótas portuenses, porque as outras classes sociais não a aproveitaram como lugar de recreio, que aliás seria propício a uma vida urbana já então menos caseira e patriarcal.

Temos a este respeito interessantes informações no poemeto do nosso António Joaquim de Mesquita e Melo — *A Defeza das mantilhas*.

A mundanidade começava a querer desnacionalizar os retraídos hábitos clássicos. Já uma voz se levantára ousadamente para condenar as mantilhas, porque « escondiam a formosura e gentileza das mulheres bonitas. » Em vez da « galhofeira bisca » já se admitiam a banca e o voltarête. Já iam sendo banidas as merendas. Já se permitiam valsas, gavotas e teatro. Já se não rezava o terço. Havia quem já se deitasse à meia-noite e se levantasse ao meio-dia. E as mulheres, que outrora apenas saíam para ir ao sermão e ao jubileu, já gostavam de ser vistas fóra dos templos; já desdenhavam a roca pelo piano; já tinham professores estrangeiros em vez de « sacros directores. »

O poeta Mesquita e Melo condena indignado todas estas modernices perturbantes e mais que

todas a que, pela voz subversiva de outro poeta, pedia o destêrro da mantilha tradicional.

Mas especialmente recordaremos aqueles dos seus versos, que nos indicam quais os passeios preferidos então pela reforma vandálica dos velhos costumes portuenses.

O leitor vai admirar-se de certo lendo este rápido trecho elucidativo :

Estupidos casquilhos apinhados
No *passeio do Carmo*, ou *Fontainhas*,
Girar vendo o durante ¹ exasperados,
Só querem vêr filó, rendas, sedinhas.

Pode hoje parecer inverosímil que, no primeiro quartel do seculo XIX, o *passeio do Carmo e as Fontainhas*, agora tão abandonados, fossem lugares frequentados por casquilhos e sécias.

Mas é verdade. Não podêmos pôr em dúvida o testemunho do poeta Mesquita e Melo, o qual poeta, ainda que cego, conhecia bem os usos e costumes do Porto.

Saibamos ao certo o que se deve entender pela expressão — passeio do Carmo.

Basta-nos, para o fazer, recortar duas linhas da carta de Modessan, já mais longe citada, quando lembra os progressos materiais que a cidade deveu ao governador das armas João de Almada e Melo.

¹ Tecido de lã empregado nas mantilhas de côca.

« A bellissima e amena sahida da Porta do Olival para o Carmo, e largo dos Ferradores ¹, e a extensa sahida de Cedofeita tem sido outros tantos objectos de beneficencia publica a quem via quasi invadiaveis estes sitios em certos tempos de inverno, chegando os carros carregados a procurarem uma volta de quasi trez mil passos para se virem metter na cidade . . . »

Portanto, o *passeio do Carmo*, graças a D. João de Almada, era todo o lajeado que decorria desde a Porta do Olival até à embocadura da rua de Cedofeita. Eu conheci parte desses largos passeios que vinham desde o largo do Anjo paralelos ao limite oriental do vasto e despido Campo da Cordoaria, onde lhes faziam álas alguns corpulentos álamos, e que daí seguiam desassombrados por diante da igreja da Graça. Dava-se-lhes na minha infância o nome de Passeios da Cordoaria — e ainda anos depois assim os designavam os almanaques portuenses.

O largo do Carmo é um dos sitios mais transformados desde o fim do século XIX até ao século actual.

A parede incompleta que devia ser a fachada ocidental da Academia Politécnica ocultava a igreja da Graça. A breve distância deste templo, para cujo pequeno adro se entrava por uma porta de ferro aberta na mesma parede, prolongava-se, no

¹ Actualmente Praça de Carlos Alberto.

rumo do sul, o velho casarão que, fundado para Colégio dos Meninos Orfãos, hospedou também, depois de acrescentado em 1803, a Real Academia de Marinha e Comércio.

Criada em 1837 a Academia Politécnica, ali foi estabelecida, e iniciou-se, no terreno contíguo, a construção de um edificio próprio, só agora terminado.

Em 1861, quando eu fiz exame de instrução primária, funcionava o Liceu Nacional no antigo casarão dos Orfãos.

Por uma passagem interior havia comunicação entre o Liceu e a Academia Politécnica, e à fachada nobre do novo edificio, voltada para o largo do Anjo, faltava ainda o remate, estando apenas concluída a fachada oriental.

Na rua que Modessan descreveu, ladeada por os *Passeios da Cordoaria*, perfilavam-se alguns prédios fronteiros ao Colégio dos Orfãos: lembro-me de três—um em que residiam o pai e irmãos do falecido dr. Vasques de Mesquita, e dois em cujos baixos eram as lojas do boticário António de Sousa Dias e do cerieiro José de Barros Freire.

Em frente das igrejas do Carmo e do seu terreiro, interposta a rua que daqueles templos recebeu o nome, havia um largozinho com uma casa térrea ao sul (a oficina do Lopes ferrador); e à ilharga ocidental desse recinto e da oficina abria-se, para o Campo da Cordoaria, a Viela do Assís—atalho estreitissimo.

As casas que desde a esquina da rua do Carmo contornavam a oeste aquele insignificante largo, incluindo a do médico Assís, ainda hoje estão de pé, e leves modificações tem experimentado.

Tudo o mais é diferente. Foi demolida a igreja da Graça, completaram-se as fachadas norte e poente da Academia Politécnica, desapareceram as casas dos Passeios da Cordoaria e a que, em frente das igrejas do Carmo, era a oficina do Lopes. A Viela do Assís sumiu-se sem deixar saudades a ninguém. Diante do largo do Carmo (muito ampliado) rasgou-se a clareira que patenteia as árvores e canteiros do jardim da Cordoaria.

Seja-me contudo permitido vincar, no canhenho das minhas lembranças, a página que diz respeito ao extinto Café da Graça, loja e sobreloja enconchadas na parede do edifício da Academia que fazia ângulo para o Largo do Carmo e para a antiga Praça da Farinha, depois chamada dos Voluntários da Rainha ¹.

Era um botequim de estudantes, onde passei não poucas horas em alegre convivência com os meus condiscípulos, sem nos importarmos com os caturras do dominó, mas importando-nos algum tanto com as lindas farinheiras e loiceiras que, de

¹ No momento em que estou revendo as provas deste livro, 1916, posso acrescentar que, posteriormente, se chamou Praça Parada Leitão, e tem agora o nome de Praça da Universidade.

canequinha em punho, iam ali fazer a sua provisão de café.

O chafariz de bronze na Praça dos Voluntários da Rainha, o alargamento do passeio lateral à igreja dos Terceiros do Carmo e ao seu hospital amplíssimo, assim como a transformação da Praça de Carlos Alberto em jardim público, completam o aspecto moderno deste trecho da cidade.

Quanto à alameda das Fontainhas, que se deve ao corregedor D. Francisco de Almada, essa, privada da sua clientela elegante de 1821, jaz num abandôno que chega a fazer dó . . . para não dizer indignação.

Já em 1853 dizia Gomes de Amorim: « Nem flores, nem outros cuidados tem merecido este passeio sombreado por alguns álamos que vão cahindo de velhos! »

Pois agora, em 1910, que miséria, que nudez, que abandôno e que . . . porcaria!

Mas deixemos a história galante do Porto e voltemo-nos para a Praça Nova da Constituição, que bem pouco tempo se há-de condecorar com êste título, porque a política armou aqui o seu tablado, e as mutações de scena na política são rápidas e contraditórias.

Em 1823, depois da *Villafrancada*, a obra das constituintes some-se por um alçapão de mágica.

Os absolutistas grados do Porto reúnem-se na noite de 3 de junho daquele ano em casa de José de Melo Peixoto Coelho e resolvem aclamar sole-

nemente, no dia seguinte, D. João VI como Augusto depositário de todos os «legítimos direitos de que perfidamente havia sido expoliado.»

Este ensaio geral correu bem e por isso, no dia 4, os mesmos grados absolutistas trataram de representar, muito seguros de seus papeis, a peça de grande espectáculo já devidamente anunciada.

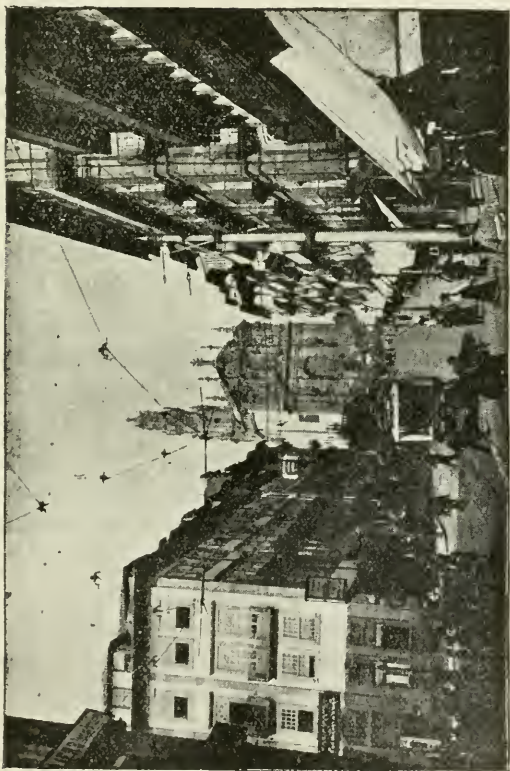
Convocados todos para casa de Francisco de Sousa da Silva Alcoforado de Lencastre, alferes de cavalaria n.º 9, dali se dirigiram ao Campo de Santo Ovídio, onde vozearam estrepitosos vivas ao senhor D. João VI, à rainha D. Carlota Joaquina e mais pessoas da real familia.

Confiado o governo das armas da cidade ao marechal José Joaquim da Rosa Coelho, intendente da marinha, seguiu o préstito à frente das tropas em caminho da Praça Nova já desconstitucionalizada, levando José Augusto Leite Pereira de Melo, coronel de milícias, o estandarte real.

E nesta Praça, pisando o mesmo terreno onde havia sido lançada a pedra fundamental do malogrado monumento, ratificaram a aclamação de D. João VI como rei absoluto, dando vivas à rainha Carlota e a toda a «dynastia da real casa de Bragança,» agitando na mão os chapéus, ao mesmo tempo que o coronel Pereira de Melo desfaldava o estandarte, e os Congregados de S. Felipe Néribatiam frenéticas palmas e berravam cavos aplausos nas janelas do seu convento.

Depois entrou o cortejo nos paços do conce-

lho, onde o bispo e a nobreza prestaram juramento de defender os « inauferíveis direitos » de



Igreja e calçada dos Clerigos

elrei « nosso senhor » e onde se constituiu uma junta de governo para funcionar interinamente até ulterior resolução do monarca.

Houve nada menos que quatro noites de luminárias, noites essas em que a Praça Nova, agora outra vez das Hortas, foi um lugar tão resplendente como concorrido, cheio de luz, cheio de gente, cheio de calor, porque se estava em junho, e cheio da esfusiante bimbalhada de todos os sinos mais próximos, entre os quais eram certamente os dos Congregados e Loios os que repicavam com maior fúria melômana.

Um aviso régio, datado aos 23 dias desse mesmo junho de 1823, mandou demolir o início do monumento do Porto.

Assim se fez; melhor direi, assim se desfez . . .

Morreu à nascença o mal sorteado monumento constitucional.

Na vida das nações três anos parece que passam tão de pressa como o volver de outras tantas páginas num livro, mórmente se o espírito público está agitado por violentas correntes de opinião, do mesmo modo que pode estar nervosa a mão de quem folheia o livro.

E contudo a história dum país, ainda que ele seja pequeno em território, é sempre um volumoso infólio, porque os feitos do povo podem comparar-se a uma adição de muitos sentimentos, embates e conflitos.

Voltemos três páginas na história de Portugal, correspondentes aos anos que decorreram de 1823 a 1826.

Na manhã de 18 de março deste último ano

saiu da casa da Câmara o bando que por ordem da vereação pregoava a morte de D. João VI, a ordenança do luto, e o dia em que havia de realizar-se a quebra dos escudos.

Era o primeiro acto da antiga «ceremónia do pranto.»

Os tambores rufavam numa cadência fúnebre e as cornêtas pareciam silvar agudos ais de saudade.

Logo ali na Praça Nova das Hortas parou o bando. Os tambores e cornêtas suspenderam suas toadas flébeis. E o porteiro da cidade leu em alta voz o pregão.

Depois as cornêtas recommçaram seus clangores lamuriosos, os tambores seus rufos lugentes e o bando moveu-se compassado para fazer ouvir o mesmo pregão em outras praças.

No dia 29, pelas quatro horas da tarde, já um piquete de cavalaria estava postado junto aos paços do concelho, bem como as bandas de música dos regimentos de caçadores 9, infantaria 6 e infantaria 23.

Meia hora depois organizava-se o cortejo, que o bando tinha anunciado, e principiou a desfilar. Na frente a cavalaria e as bandas. Seguiam-se duas alas de officiaes da vara com as partazanas enroladas em fumo, voltadas para o chão, e no meio d'elles o tesoureiro e síndico da Câmara, os almotacés, os sargentos dos corpos de infantaria, os vereadores com os escudos reais encostados ao

peito, o guarda-mór e o seu ajudante, o corregedor da comarca, o juiz de fóra do cível, o procurador da cidade, os escrivães da correição, da provedoria e do geral, o juiz do povo, procuradores e mestéres da Casa dos Vinte e Quatro, os . . .

Paremos aqui para não exaurir o fôlego do leitor, e apenas falemos duma figura primacial, que propositadamente deixamos para o fim por querermos acentuá-la.

Era o vereador decano, o octogenário fidalgo Melo, da quinta das Aguas Férreas, mirrado e glabro, montado num cavalo que arrastava pelo chão a longa gualdrapa de baêta preta. Dous criados, com a libré dos Sousas Melos, marchavam à estribeira. O cavaleiro empunhava a bandeira chamada do estoque, que era toda negra e tinha as armas da cidade cobertas de luto.

Esta personagem, ao sair o lumiar do edificio, clamou solenemente: «Chorai nobres, chorai povo, a morte do nosso muito alto e muito poderoso imperador e rei o senhor D. João VI, que santa gloria haja.»

O cortejo rodeou a Praça Nova das Hortas e entrou nela para formar em torno do estrado, onde o vereador Homem de Vasconcelos quebrou o primeiro escudo batendo com ele no pontalête, logo que o decano da vereação acabou de repetir o brado plangente: Chorai, nobres; chorai, povo...

Quatro meses depois já ninguem parecia lembrar-se de que D. João VI tinha falecido.

Ainda que a nobreza e o povo o houvessem chorado — o que é muito duvidoso pelo menos quanto ao povo — todas as lágrimas haviam sido esponjadas por grandes surpresas políticas.

Estamos no dia 31 de julho daquele mesmo ano de 1826. Vai ser jurada a Carta Constitucional no Porto. Saldanha, governador interino das armas, dirige-se, à frente dum fulgurante estado-maior, para a casa da Câmara. A Praça Nova reorgorgita de espectadores entusiasmados. Uma fila de sejes conduz os principais vultos do partido liberal para a cerimonia do juramento. As bandas regimentais executam o hino constitucional, que D. Pedro mandára do Brasil juntamente com a Carta, e que por ele havia sido composto, letra e musica ¹.

Os foguetes estralejam fortes, e dir-se-ia assustarem os Congregados de S. Felipe Néri, porque as suas janelas conservam-se fechadas... E os sinos não repicam. Mas que importa isso, o que importam frades e sinos, se não faltam vivas, girândolas, bandeiras, colgaduras na rua do Almada e na rua das Flores; se núvens de pétalas volitam no ar à passagem de Saldanha, « o campeão da liberdade, » e se esse memorável dia

¹ Sôbre ter vindo do Brasil este hino, veja-se *A musa das revoluções*, pag. 140, por nós publicada. Sôbre ter sido composto por D. Pedro, que tambem depois compusera o novo hino Constitucional, vejam-se os *Documentos para a historia das córtes geraes*, tomo I, pag. 232.

político, principiando na Praça Nova, será uma contínua série de festas, porque ao juramento seguir-se há a parada no Campo de Santo Ovídio, e depois o *Te-Deum* na Sé, e à noite récita de gala no teatro de S. João, e iluminações públicas, sendo as de Vila Nova de Gaia talvez as mais esplendorosas . . .

O que importam frades e sinos?! Três anos depois — os graves acontecimentos daquela época regulavam-se por triénios — três anos depois os frades, se não os sinos, responderão vitoriosos à nossa imprudente pergunta.

Sinistramente alvoreceu no Porto o dia 7 de maio de 1829. Duas forcas estão levantadas na Praça Nova, e dentro de poucas horas ali irão padecer morte afrontosa alguns dos liberais acusados de cumplicidade na malograda revólta de 16 de maio de 1828 contra D. Miguel.

Uma alçada, concebida segundo o teor pombalino, tinha-se reunido no Porto, sendo-lhe prescrito por carta régia o cargo de julgar em última instância, breve e sumariamente, todas as pessoas das classes civis e de qualquer jerarquia indiciadas como responsáveis naquela desastrosa revólta.

As despesas da alçada seriam cobertas . . . pelos bens dos próprios réus: o enforcado havia de pagar a corda.

Choveram denúncias sôbre a banca dos devassantes, umas inspiradas pelo ódio político, outras apenas por inimizade pessoal.

Um édito de 23 de dezembro de 1828 citara 95 réus ausentes, e outro, de 22 de janeiro de 1829, mais 71 réus.

No dia 18 de fevereiro a alçada mandou fazer os autos conclusos a 26 réus, assinalando-lhes cinco dias para dizerem de facto e de direito por intermédio de seus advogados.

A primeira sentença, muito longa, tem a data de 9 de abril.

Por efeito dela foram enviados à fôrca dez liberais, com baraço e pregão, no dia sanguinariamente trágico de 7 de maio, e executados segundo a mesma ordem por que vão referidos :

1.º Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, natural da cidade de Lagos, tenente-coronel que foi do batalhão de caçadores n.º 11 — 55 anos de idade.

2.º Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão, natural de Figueiró dos Vinhos e fiscal do real contrato do tabaco em Aveiro — 50 anos de idade.

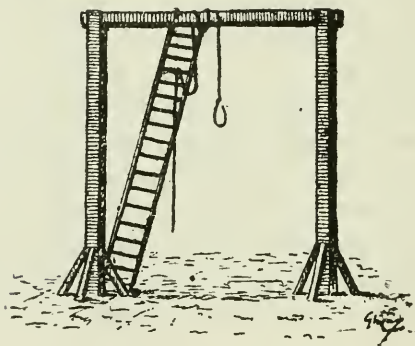
3.º Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, cavaleiro professo da ordem de Cristo, que foi desembargador dos agravos na Casa da Suplicação e corregedor do cível da côrte, natural de Lisboa, residente em Aveiro — 53 anos de idade ¹.

4.º — Manuel Luís Nogueira, natural de Bal-

¹ Gravito, na véspera do suplicio, dirigiu uma nobre e serena carta a sua filha.

tar, comarca de Barcelos, advogado que foi do número da Relação do Porto — 54 anos de idade.

5.º José Antonio de Oliveira da Silva Barros, natural da cidade do Porto e nela primeiro guarda-livros do real contrato do tabaco — 47 anos de idade.



Uma das fôrças da Praça Nova

6.º Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, que foi juiz de fóra na Vila da Feira, natural de Angeja e assistente em Aveiro — 26 anos de idade.

7.º Vitório Teles de Medeiros e Vasconcelos, natural de Ceira, tenente-coronel do regimento de milicias da Lousã — 44 anos de idade.

8.º José Maria Martiniano da Fonseca, bacharel em leis, natural da ilha da Madeira — 33 anos de idade.

9.º Antonio Bernardo de Brito e Cunha, cavaleiro professo das ordens de Cristo e da Con-

ceição, natural da cidade do Porto e nela contador da real fazenda — 47 anos de idade.

10.º Bernardo Francisco Pinheiro, capitão de ordenanças na Vila da Feira, nascido e residente na quinta das Airas — 60 anos de idade.

A leva de padecentes, descalços, amortalhados nas alvas, com os baraços ao pescoço, saíu das cadeias da Relação às dez horas da manhã.

Dela faziam também parte mais quatro liberais condenados a assistir às execuções e depois a cumprir degredo.

Estes que puderam ao menos salvar a vida, eram Francisco António de Abreu e Lima, fidalgo da casa real, natural de Viana do Castelo, corregedor que foi da comarca de Aveiro — 51 anos de idade — o qual, por embargos que opusera, foi aliviado da pena de morte no dia 6, quando já estava no oratório; José Ferreira Pestana, ajudante do observatório astronómico de Coimbra, natural da ilha da Madeira — 32 anos de idade; Manuel José Peixoto, cirurgião, nascido e morador em Oliveira de Azemeis — 30 anos de idade; Vitorino José da Silva Teixeira de Queiroz, capitão do regimento de milícias de Penafiel, nascido e residente no lugar da Quintã, concelho de Baião — 46 anos de idade.

O grupo horrendo dos quatorze « vencidos » era guardado por cavalaria e infantaria da polícia, e acompanhado pelos confessores e mais padres assistentes dos condenados a pena última; pela

irmandade da Misericórdia, de balandrau, com as tumbas e a bandeira; pelos oficiais de justiça, de capa e volta, e pelos dois carrascos.

Esta procissão canibalesca atravessou o largo do Olival, desceu a calçada dos Clérigos, e, pela rua da Natividade, entrou na Praça Nova. Não se pense que a sua vagarosa marcha se fez através dum público silencioso, gelado de pavor, ou que, durante ela, apenas se ouviam o latim resmoneado pelo clero e o pregão berrado alternadamente, a espaços, pelos dois carrascos.

Enganar-se-ia quem o pensasse.

As famílias constitucionais fecharam-se em casa ou fugiram do Porto.

Ficaram senhores da rua, para gozarem o « espectáculo » da marcha e das execuções, além da *multidão* sempiterna, os absolutistas fanáticos.

Por isso muitas bôcas se abriram para cobrir de impropérios os condenados, para rugir bramidos de vingança satisfeita e soltar vivas delirantes, estridentes, atroadores, a D. Miguel I.

Diz-se que os Congregados de S. Filipe Néri, assistindo das suas janelas ao suplício dos liberais, brindavam pelo « seu rei » e sopeteavam pão de ló dentro dos cális de cristal, açulando assim o entusiasmo selvagem dos espectadores.

Um jornal violentissimo, *O Correio do Porto*, expressou o sentir dos miguelistas exaltados considerando a sentença de 9 de abril como serviço a Deus, a el-rei e à sociedade.

Depois das execuções, os dois carrascos — um era o ferino João Branco, o outro fôra de Lisboa — cortaram as cabeças dos supliciados para, em cumprimento das sentenças respectivas, serem expostas durante três dias nos lugares do delito.

As dos réus n.^{os} 1 e 9 ficaram penduradas nas forcas da Praça Nova. E foram cravadas em altos postes: a do n.^o 5 no Campo da Cordoaria, a do n.^o 8 na Foz, os dos n.^{os} 2, 3 e 4 na cidade de Aveiro; as dos n.^{os} 6 e 10 na vila da Feira; a do n.^o 7 na cidade de Coimbra.

João Branco e o seu colega, quando concluíram « os trabalhos » de enforcamento e decapitação, já depois da uma hora da tarde, lavaram no tanque da Praça Nova as mãos retintas de sangue e arranhadas do atrito do cânhamo.

Nenhuma pessoa da familia Brito e Cunha, nas gerações que se tem succedido desde 1829, atravessou jãmais pelo meio da Praça Nova em homenagem de respeito pela memória do seu infeliz ascendente ali executado ¹.

Na manhã de 16 de junho, o caixeiro de negócio Luís Luzano, residente em Valença, que por acórdão de 6 de maio fôra aliviado da pena de morte, o negociante marroquino Samuel Sarfaty, de 23 anos, José de Azevedo, estalajadeiro, de 46 anos, e Inácio José da Rocha, sapateiro, residente em Lanhelas, termo de Caminha, todos compreen-

¹ Informação do sr. arcebispo de Calcedónia.

didos na sentença de 9 de abril, saíram das cadeias da Relação, nus da cintura para cima, guardados por soldados de cavalaria e infantaria e acompanhados por officiaes de justiça e pelos algozes, para serem açoutados nas ruas públicas.

O itinerario era muito longo, mas não foi esquecido nele a Praça Nova, lugar desde o dia 7 de maio convertido em palco de torturas e punições.

Desceu o prêstito a calçada dos Clérigos, parou na rua da Natividade, em frente da Praça, onde se ouviram o pregão e os açoites, e depois, metendo à rua da Porta dos Carros, seguiu, pela das Flores e a de S. João para a beira do rio.

Foi em Miragaia que os padecentes, sofrido o bestial castigo e escorrendo sangue, puderam enroupar-se.

Depois regressaram à Cadeia, porque tinham ainda de cumprir — o 1.º a pena de trabalhos perpétuos nas galés, e os restantes a de degredo, todos êles com perdimento de seus bens.

Outra sentença da alçada, datada de 1 de julho de 1829, condenou à pena de morte, numa das forcas da Praça Nova, Inácio Moníz Coelho da Silva, que foi capitão do regimento de milícias da vila de Guimarães; e a assistir a esta execução, devendo seguidamente cumprir degredo em Canda, o réu Manuel Teixeira Leomil.

D. Miguel, por carta régia de 16 de julho, comutou ao réu Coelho da Silva a pena de morte

noutras que houvessem de ser-lhe impostas pela alçada.

E, como consequência desta graça, não teve efeito a primeira parte da sentença relativa a Teixeira Leomil.

Em 21 de agosto chegou a vez de serem sentenciados os homens mais importantes do partido constitucional, que tinham vindo ao Porto a bordo do *Belfast* para servir de guias à patriótica mas desordenada revolução de 16 de maio e que, deixando falir o empreendimento por mesquinhas rivalidades de predomínio político, fugiram no mesmo vapor, abandonando às consequências do malôgro os correligionários que tiveram de expiar nos cárceres, no patíbulo, no degrêdo a sua dedicação partidária e abnegação cívica.

Aqueles homens eram o marquês de Palmela, Saldanha, o conde de Vila Flor ¹, o conde de Sampaio, o conde da Taipa, o barão de Rendufe e outros.

Deles, uns foram condenados, quando já estavam ausentes e salvos, a ser garrotados sôbre um alto cadafalso na Praça Nova. Decepadas as cabeças, os corpos seriam reduzidos a cinzas, e estas lançadas ao mar.

Os outros foram condenados a morrer nas forcas da mesma Praça Nova, devendo os seus crânios ficar expostos em altos postes na longa estrada de

¹ Depois duque da Terceira.

Matozinhos, junto à praia onde desembarcaram, até que o tempo os descarnasse.

E a todos eles, os malogrados liberais, foi imposta a confiscação e perdimento de bens para a fazenda e câmara real.

Por sentença de 18 de setembro também a alçada condenou à forca, na Praça Nova, João Henriques Ferreira Junior, solteiro, nascido e residente na freguesia de Santa Cruz de Albergaria-a-Velha, comarca de Aveiro — 29 anos de idade — e Clemente de Morais Sarmiento, solteiro, natural da cidade de Aveiro, 1.º sargento do batalhão de caçadores n.º 10 — 23 anos de idade ¹.

Este último era irmão do valoroso *Rato Sêco*, depois um dos bravos expedicionários do Mindêlo.

Pela mesma sentença foram condenados quatorze réus a ser conduzidos com baraço e pregão à Praça Nova, onde num cadafalso deviam morrer morte natural de garrote... se não tivessem tido a facilidade, que lograram, de poder ausentar-se como os seus eminentes correligionários da *Belfastada*.

Ainda pela mesma sentença foram condenados José de Sousa Bandeira (o futuro *Braz Tizana*), Joaquim José Marques de Melo, Adriano Augusto da Silva Pereira a assistir às execuções de todos aqueles réus e a degrêdo perpétuo.

¹ Em 1914 a Câmara municipal do Porto mandou colocar em placas de bronze, na base do monumento a D. Pedro IV, os nomes dos doze mártires da pátria, que na Praça Nova foram supliciados.

João Henriques Ferreira Junior e Clemente de Moraes Sarmiento, cujos embargos a alçada não atendeu, sofreram a pena última no dia 9 de outubro.

A cabeça do primeiro réu fôï para Albergaria-a-Velha; a do segundo para a cidade de Aveiro, onde ficou exposta no Largo do Pelourinho, frente à casa em que residia a mãe deste pobre rapaz martirizado.

Tal requinte de implacável crueza não foi único.

Lembremos outro. O capitão de Podentes, tendo sido preso na cadeia de Almeida, foi mudado para o Porto a fim de presenciar ali a execução de seus filhos, Jerónimo Dias de Azevedo (depois conde de Podentes) e Inocência Dias de Azevedo.

Só o deixaram voltar à prisão em Almeida, onde permaneceu até 1834, quando a pena última foi comutada a ambos os filhos na de degredo, que deviam ir cumprir depois de terem dado três voltas em roda da forca na Praça Nova, no dia 25 de setembro de 1829.

A estes factos se referiu Tomás Ribeiro quando, dirigindo-se ao conde de Podentes, anatematizou nas *Dissonancias*:

..... A vil ostentação
d'um supplicio mortal — algoz, fôrca, pregão,
descalço o condemnado, o povo, frades . . . — feras !
Festa de cannibaes ! tripudio de pantheras !
A victima eras tu, ousado liberal ;
O circo, — a Praça Nova ! . . . — O Porto ! o tão leal !

A alçada, por sentença de 25 de novembro de 1829, condenou mais dez réus, ausentes, a morrerem nas forcas da Praça Nova, podendo o povo matá-los livremente se os descobrisse e reconhecesse como sendo os próprios.

Os corpos decapitados das doze vítimas de 7 de maio e 9 de outubro foram conduzidos, pela irmandade da Misericórdia do Porto, ao *Adro dos enforcados*, que substituiu, desde as últimas décadas do século XVIII, o antigo *Campo das Malvas* e que correspondia ao terreno da actual rua da Liberdade onde a família Carlos Lopes edificou o seu prédio.

Os crânios de Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, António Bernardo de Brito e Cunha, José António de Oliveira da Silva Barros e José Maria Martiniano da Fonseca também foram mandados enterrar no mesmo *Adro* pela irmandade da Misericórdia, a qual, em 1836, no dia em que se completava o sétimo aniversário das primeiras execuções, fez trasladar aqueles e estes despojos mortais para um túmulo comum, no pátio lateral da igreja que à irmandade pertence, revestindo êsse acto a maior solenidade fúnebre.

No túmulo fôra gravada a seguinte inscrição :

*Aqui jazem
as ossadas dos martyres da patria
que no patibulo em praça publica
terminaram seus dias
a 7 de maio e 9 de outubro
de 1829*



Mausoléu dos mártires da liberdade no Prado do Repouso

No dia 18 de junho de 1878 foram estas ossadas removidas para o cemitério privativo da Misericórdia no Prado do Repouso.

O crânio do tenente-coronel de milícias Vitó-

rio Teles de Medeiros e Vasconcelos, levado pelo carrasco João Branco a Coimbra, ficou exposto sobre um pinheiro na Praça de Sansão. Passados três dias a respectiva irmandade da Misericórdia reclamou-o e fê-lo enterrar na igreja de Santiago.

As cabeças de Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão, Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Manuel Luiz Nogueira, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, executados em 7 de maio, e as de João Henriques Ferreira Junior e Clemente de Moraes Sarmento, executados no dia 9 de outubro de 1829, foram reunidas no cemitério de Aveiro dentro duma urna funerária, assente em pedestal de mármore.

Neste pedestal lêem-se os nomes e datas acima mencionados, bem como a seguinte apotéotica oitava de Mendes Leal:

Os ossos aqui tem, a alma no empyreo,
Seis illustres varões por quem fremente
A liberdade chora. Atroz delirio
N'elles puniu o esforço independente,
E heroes os fez com as palmas do martyrio.
Fique a sua lembrança eternamente
Nos nossos corações, na patria história:
Paz aos seus restos, aos seus nomes gloria.

Em 1830 a alçada do Porto continuava ainda funcionando e alguns réus deram «as três voltas» em roda das forcas da Praça Nova antes de serem lançados no fundo das masmorras, onde ficaram

jazendo — pôsto muitos deles tivessem sido condenados a degrêdo — até que o advento de D. Pedro os redimiui.

Mas voltemos, finalmente, estas negras páginas de horrores liberticidas, que o poeta Guilherme Braga temeiu vêr ressurgidos :

E como do passado a noite se renova
Sabei-lo vós tambem, forcas da Praça Nova,
Forcas de D. Miguel ¹.

Foi tão longo como sangrento o triênio de 1829 a 1832.

Chegou, porê m, o dia redentor em que

..... vem responder depois
á noite — 29, a aurora — 32 ².

D. Pedro, sem ter encontrado no mar ou na costa a esquadra de D. Miguel, e achando o Porto evacuado pelo exército realista — factos singularissimos nos anais militares do mundo — entrou nesta cidade, a 9 de julho de 1832, com a sua expedição de menos de oito mil homens.

Quando os portuenses liberais tiveram a certeza de que a expedição se aproximava e de que os miguelistas lhe não disputavam a entrada na cidade, puderam respirar por um mômto desopres-

¹ *Falsos apóstolos*, 1871, pag. 14.

² Tomás Ribeiro.

sos e exultantes... mas só por um momento apenas.

A maior parte das famílias absolutistas abandonaram o Porto, como em 1828 o fizeram as famílias constitucionais.

O povo, eterno folião inconsciente, correu à cadeia da Relação, como bem poucos anos antes ali corrêra para ver sair a leva dos mártires da liberdade, e auxiliou os presos políticos a arrombarem as portas. Derrubou a tiro os dois carrascos da alçada, e tripudiou especialmente sôbre o cadáver de João Branco, porque nas orgias populares há, muitas vezes, uma parcela de justiça espontânea. É que este algoz revelava ferocidade no cumprimento do seu humilhante dever.

Tambem o povo se deu pressa em ir arrasar as forcas da Praça Nova, desconjuntando-as a machado, fazendo-as saltar em estilhaços.

E, tendo-as reduzido a dois montões de lenha, correu a postar-se na rua de Cedofeita, na Feira das Caixas ¹, no Carmo, por onde já entrára na cidade a vanguarda da expedição, comandada por Schwalbach, e entraria D. Pedro com o resto do exército.

¹ Veja-se a nota a pags. 80. A antiga Feira das Caixas, depois chamada Praça dos Ferradores. Esta última denominação ainda aparece no Almanaque da cidade relativo ao ano de 1850; só durante este ano, ou pouco depois, seria substituída pela actual, de Praça de Carlos Alberto, em consequência de factos geralmente conhecidos.

Finalmente, ao meio-dia, um grito de entusiasmo saudou a aproximação do Duque de Bragança, que vinha cavalgando à frente das tropas.

Mas a breve trecho os verdadeiros liberais estremeceram numa surpresa de íntimo desalento. O exército era pequeno, mal equipado, vinha abatido por uma longa marcha, que realizara durante a noite, fulto de repouso e de provisões de bôca.

Pareceu que essa mesquinha legião seria facilmente destroçada pelo grande exército de D. Miguel, que dispunha de oitenta mil homens quando reunido todo.

Naquele primeiro momento os constitucionais do Porto não contaram com os prodígios dessa loteria militar chamada « a sorte das armas » e não se lembraram de que já era maravilhoso que D. Pedro tivesse chegado até ali sem que o inimigo o obrigasse a travar combate.

Por isso, em vez de contentes, ficaram sobressaltados, apreensivos, quase tímidos.

Por sua parte o Imperador sentiu-se evidentemente perturbado pela atitude dos portuenses, revelou na fisionomia a sombra de uma dolorosa impressão, mal atenuada pelo entusiasmo expansivo das senhoras que, debruçadas nas janelas, arremessavam flores sôbre os expedicionários.

Em geral a mulher admira todas as manifestações de coragem, especialmente a que é mais admiravel — o desprezo da vida. E a odissea aventureira daquele minguido exército pareceu às por-

tuenses a maior das coragens. Também é próprio das mulheres, pela delicadeza da sua sensibilidade, o horror às carnificinas, e as da Praça Nova em 1829 tinham sido monstruosas.

Um grande estadista nosso disse anos depois no Parlamento, e com razão, que não foram os homens de 1820 nem a Carta de 1826 que fizeram a liberdade em Portugal, porque tanto a Constituição de 22 como a Carta Constitucional caíram facilmente em 1823 e 1828: quem fez amar a liberdade aos portugueses foram os ministros de D. Miguel, as suas perseguições e atrocidades.

É uma profunda verdade.

CAPITULO III

DERROTA DOS BARRAQUEIROS E DOS MIGUELISTAS

D. Pedro, entrando na cidade, dirige-se logo à casa da câmara—A Praça Nova outra vez liberal—Os Congregados e os Loios abandonam os seus conventos—No mercado da Natividade ainda se conservam os pertinazes barraqueiros, mas o Imperador quer afastar esse antigo empecilho para aformozeamento da Praça—Documentação histórica sôbre este assunto—Um bom tiro de guerra à algibeira dos frades—Finalmente as barracas do mercado são demolidas e os seus proprietários recebem como indemnização apólices amortizaveis em 10⁰/₀ ao ano—Os adêlos e outros vendilhões vão pousar junto ao Postigo do Sol, donde passam, mais tarde, para os Ferros Velhos—Aspecto marcial da Praça Nova em 1833—História da peça de João Paulo Cordeiro contada por ela mesma—Heroísmo e dedicação dos portuenses pela causa liberal—É dado à Praça Nova o nome de Praça de D. Pedro—Um motim popular nesta Praça, ao qual se segue um motim militar.

D. PEDRO desceu a calçada dos Clérigos e foi appear-se à porta da Casa da Câmara, onde não encontrou os vereadores, que tinham fugido levando o cofre da municipalidade.

Vê-la outra vez liberal, a Praça Nova das Hortas, proclamando as franquias populares como nos dias alegres de agosto de 1820 e 1822, aclamando a Carta e a Rainha como em 31 de julho de 1826.

Os Congregados e os Loios abandonaram os seus conventos, cujas vidraças estão descidas e decerto escacadas. As últimas lascas das forcas já foram removidas para limpar a Praça, em cujo recinto apenas as barracas do mercado da Natividade parece zombarem ainda do vendaval de «vida nova» que veiu soprando desde o Mindelo, dispersou já as autoridades de roldão com as famílias miguelistas, e ameaça varrer tudo quanto seja antigo, estacionário, improgressivo.

D. Pedro recolhe dos Paços do Concelho ao palácio dos Carrancas.

Os soldados são distribuídos pelos quarteis e conventos, os oficiais aboletados nas casas particulares.

Foi preciso, desde as primeiras horas, preencher a falta das autoridades que tinham abandonado a cidade.

Assim, no mesmo dia da chegada, D. Pedro assinou um decreto criando a comissão municipal ¹. No dia seguinte encarregou interinamente das funções administrativas da comarca do Porto

¹ Por decreto de 28 do mesmo mês e ano tornou-se esta medida extensiva a todas as cidades e vilas já libertas ou que se fossem libertando «do jugo da usurpação.»

o presidente da Relação. No dia 18 nomeou governador do bispado Frei Manuel de Santa Inês, a quem também foi entregue o governo da arquidiocese de Braga, porque os respectivos prelados se haviam ausentado da séde das suas prelazias.

Medidas de natureza administrativa, medidas de carácter político (tais como a ampla amnistia decretada no dia 17 apenas com 9 restrições pessoais), medidas de ordem económica e financeira, organização da defesa militar da cidade — o mais importante e urgente de todos os assuntos — preocuparam logo a atenção de D. Pedro e do seu governo, exigindo deles um trabalho tão rápido como esforçado.

Mas outros negócios de interesse local não foram postos de parte ou esquecidos no decurso dalguns meses: mencionaremos em especial a antiga e enredada questão do mercado da Natividade.

Sendo este um episódio saliente na crónica da Praça Nova, vamos desde já continuar a sua história com alguns documentos que logramos encontrar na Torre do Tombo.

Faltam ali as minutas das portarias de 3 e 5 de dezembro de 1832, dirigidas à comissão municipal daquela cidade, mas prescindimos de solicitá-las do respectivo cartório, porque a seguinte consulta da mesma corporação é explícita consequência delas.

« Senhor: Para que se cumprão sem demora as beneficinas e saudaveis providencias adoptadas nas duas portarias, que a esta commissão forão expedidas pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino em data de 3 e 5 do presente mez, já a mesma commissão officiou ao Juiz de Fora do Civel d'esta Cidade remettendo-lh'as por Copia, a fim de que quanto antes proceda á avaliação dos predios particulares do Mercado dito da Natividade pelos peritos da Cidade com audiencia das partes, com a do Procurador d'ella, e a do Advogado da referida Commissão, para que depois d'avaliados, depois d'accordada a indemnisação que se deve fazer aos proprietarios dos mesmos, e salvo o direito de propriedade, se arrazem não só as pequenas *Casas, Lojas e Barracas*, que estorvão consideravelmente a serventia publica da Praça Nova, e deturpão visivelmente o prospecto dos nobres Edificios, que a cercão, mas mesmo tudo o mais que obstrue a sobredita Praça, e contribue para que ella não tenha aquella regularidade, e amplitude, de que é capaz, e de que tanto necessita.

« A esse mesmo fim já o Procurador da Cidade apresentou tambem perante o dito Ministro um Requerimento simples, justo e deferivel.

« A Commissão, Senhor, deseja o mais possivel, que a avaliação se conclua quanto antes o mais a aprazimento das Partes que ser possa, e *sem aquellas longas ambages que até aqui tão*

proprias erão do Foro Portuguez, e que tão nocivas se tornavão aos interesses das Partes, e á utilidade publica: e ella espera poder em breve ter a honra de fazer subir á Presença de Vossa Magestade Imperial uma nova Consulta sobre os melhores meios de se verificar a decretada indemnisação.

«Digne-se Vossa Magestade Imperial continuar a lançar Suas Paternaes vistas *sobre este importante objecto*, pois que só assim é que se poderá conseguir o *levar-se a effeito a amplitude, e aformoseamento d'aquella Praça, uma sem duvida das melhores da Cidade*. Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial. Porto: em sessão de 10 de Dezembro de 1832. (aa) Arnaldo Van Zeller ¹, Vice Presidente; José Pimentel Freire ²; Joaquim José de Sá Passos; José Joaquim Vieira de Sá; João Felis de Brito e Sousa ³.»

A ocasião era excepcionalmente feliz para li-

¹ Negociante no Porto. A sua familia, de origem holandêsa, estabelecera-se em Portugal desde o seculo xvii, por effeito da naturalização de Rolando Wanzeller, que foi contador-mór do reino.

² Tio materno do último vice-presidente da Câmara dos Pares, sr. conselheiro Eduardo de Serpa Pimentel. Foi nomeado Par em 26 de dezembro de 1844 e agraciado com o titulo de visconde de Gouveia em 10 de abril de 1848. Faleceu em 15 de agosto de 1853.

³ Torre do Tombo, papeis do arquivo do ministério do reino, maço 261.

quidar uma demanda que as alicantinas forenses haviam feito protelar.

D. Pedro governava em nome da Carta, o que quiere dizer que nos actos do seu governo seriam guardadas as formalidades legais nela prescritas ou indicadas; mas por baixo das páginas da Carta via-se aparecer a *manu militari*, isto é, o Imperador e o seu exército ocupando a cidade em tempo de guerra.

Tudo andava de pressa e a horas, como se os toques do clarim regulassem não só o movimento das tropas, mas também os actos da vida civil.

Pouco mais de um mês depois enviou a comissão municipal a nova consulta a que se obrigára pela de 10 de dezembro de 1832.

A avaliação judicial já estava feita, exceptuada apenas a daquelas construções cujos proprietários se haviam ausentado provavelmente por serem miguelistas façanhudos. Mas corriam éditos citando-os a intervirem no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de revelia.

«Senhor: Em cumprimento das Portarias expedidas pelo Ministerio do Reino, com data de trez e cinco de Dezembro proximo passado, e onze do corrente mez ¹ fez esta Commissão ava-

¹ A minuta desta portaria também falta na Torre do Tombo.

liar judicialmente as pequenas Casas, Lojas, e Bar-
racas, *que existem dentro, fora e em volta do sitio
dito da Natividade*, deixando apenas de ser com-
prehendidas nas Louvaçoens já feitas algumas ou-
tras mais d'entre ellas, que o não forão ainda por
estarem correndo por ora os Editos de nove dias,
que fındão ámanhã, contra alguns dos Proprieta-
rios auzentes, que por isso mesmo que o estão
cumprio que fossem citados por aquella maneira
na forma da ley para que no peremptorio termo
de vinte e quatro horas apresentem os seus Titu-
los, e nomeem Louvados, sob pena de serem elles
nomeados á sua revelia.

«Aquellas avaliaçoens já feitas com o abati-
mento da decima parte para concertos, mas como
de bens Dizimos a Deus, *importão, Senhor, na
quantia de onze contos cento e vinte e nove mil
e quinhentos reis, quantia essa que não poderá
subir muito mais, visto serem de mingado valor
essas poucas, que faltão para avaliar ainda pela
razão já exposta.*

«Parece á Commissão, que o meio mais oppor-
tuno que haverá para se pagar o total a que avul-
tarem taes Louvaçoens, será talvez o de se paga-
rem juros de cinco por cento, e darem-se annual-
mente dez por cento para amortisação do Capital
por parte do producto dos rendimentos *dos predios
urbanos dos Conventos abandonados dos Con-
gregados, e Santo Eloy, vistas as circumstancias
d'apuro em que se achão o Thezouro, e o Cofre*

da Junta das Obras Publicas, e visto serem tambem esses dois Conventos os que mais interessão na prompta demolição d'aquelles predios e aformoseamento da Praça Nova em razão da grande proximidade em que se achão com ella.

«Mas, a Convir n'isso Vossa Magestade Imperial, cumprirá então que nas Apolices, que se dêrem aos Proprietarios, se declare expressamente, que sobre elles é que recahirá o pagamento de quaesquer outros encargos, a que os ditos predios estejam sujeitos, taes como Laudemios e foros, se é que os devem solver, hypothecas, ect., ect., porque elles já forão avaliados como livres e allodiaes, evitadas assim maiores demoras, embaraços, e questoens d'alta indagação.

«Depois de approvedo o meio proposto, ou outro qualquer que a Vossa Magestade Imperial Pareça mais conveniente, pede então licença a Commissão *para começar na demolição d'aquelles dos indicados predios, que se achão já avaliados*, pois que quanto a estes se não offerece já obstaculo algum outro.—Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial.—Porto: em sessão de 16 de Janeiro de 1833. (aa) Arnaldo Van Zeller, Vice presidente; José Pimentel Freire; Joaquim José de Sá Passos; José Joaquim Vieira de Sá; João Felis de Brito e Souza ¹.»

Os Congregados e os Loios, principais vezi-

¹ Maço 261.

nhos da Praça Nova, tinham cantado e repicado o *Rei chegou*, tinham aplaudido as execuções dos mártires da liberdade, e agora a comissão municipal do Porto dizia-lhes irónicamente com La Fontaine :

Vous chantiez, j'en suis fort aise!
Eh bien, dansez maintenant.

Propunha que os juros e a amortização dos créditos representados nas apólices fossem pagos pelo rendimento dos prédios urbanos daqueles dois conventos abandonados.

E, conquanto os respectivos religiosos já lá não estivessem, eram eles, no dizer irónico da comissão municipal, os vezinhos que mais aproveitavam com o aformozeamento da Praça Nova.

É um bom tiro de guerra.

Cinco dias depois as louvações estavam concluídas: a sua importancia total fôra avaliada em 13:569\$500 reis.

A comissão municipal esperava apenas autorização do governo para começar as demolições.

«Senhor: Cabe a esta Commissão a honra e satisfação de fazer subir ao Conhecimento de Vossa Magestade Imperial, que se achão concluídas as Louvaçoens das Casas, Lojas e Barracas da Natividade, pois que no dia desenove do corrente se fizerão as das quatro, que se não têm

podido ultimar ainda pela razoens já expostas na Consulta de desesseis do mesmo mez, as quaes avultarão ao todo á quantia de dous contos quatrocentos e quarenta mil reis, que juntos áquella de que se faz menção na mesma Consulta, *vem a prefazer o total de treze contos quinhentos sessenta e nove mil e quinhentos reis*, avaliação essa que não obstante ser feita como de bens Dizimos a Deos, quando a passada e ultima o havia sido com a deducção já feita de foros e Laudemios desceo ainda da mesma, coiza d'oitto contos de reis, pois que esta havia subido como consta dos Autos a mais de vinte e um contos.

«A commissão, Senhor, só aguarda agora pela Resolução de Vossa Magestade Imperial sobre aquella Consulta para poder começar a concluir a demolição de taes predios.

«Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial.— Porto: em sessão de 21 de Janeiro de 1833 (aa) Arnaldo VAN Zeller, Vice Presidente; José Pimentel Freire; Joaquim José de Sá Passos; José Joaquim Vieira de Sá; João Felis de Brito e Souza ¹.»

Sobreveio um incidente. Por ordem do governo, a comissão municipal teve de mandar proceder a nova avaliação relativa a uma das barracas.

«Senhor: Tem esta Commissão a honra de fazer subir á Augusta Presença de Vossa Magestade

¹ Maço 261.

Imperial, que, devendo proceder-se a nova avaliação na Barraca sita na Natividade, e pertencente a Maria Bernarda da Assumpção nos termos da Portaria do Ministerio do Reino de vinte e quatro de Janeiro ultimo ¹, se verificára ella no dia trinta do mesmo mez, e pela quantia de novecentos e cincoenta mil reis livres unicamente de reparos.

«Ultimadas assim as Louvaçoens, a Commisão só espera agora pela Resolução de Vossa Magestade Imperial para começar a projectada demolição.

«Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial. —Porto: em Sessão de 4 de Fevereiro de 1833. (aa) Arnaldo Van Zeller, Vice Presidente; José Pimentel Freire; Joaquim José de Sá Passos; José Joaquim Vieira de Sá; João Felis de Brito e Souza ².»

Finalmente um decreto de D. Pedro autoriza a emissão das apólices e responde em genitivo de ironia à proposta para que os juros e amortização sejam satisfeitos pelo rendimento dos prédios urbanos pertencentes aos dois conventos abandonados.

«Tendo sido, na conformidade da Portaria expedida pelo Ministerio dos Negocios do Reino, em data de tres de Dezembro do anno proximo

¹ A minuta desta portaria não existe na Torre do Tombo.

² Maço 261.

passado, judicialmente avaliadas as pequenas casas, lojas, e barracas, que existem dentro, fóra, e em volta do sitio da Natividade, na Praça Nova desta Cidade, sobre que havia de muito tempo uma questão entre os proprietarios dellas e a Camara da mesma Cidade, que as tomou para regularisar, e aformosear a dita Praça; e tendo a actual Commissão Municipal proposto em sua consulta de dezeseis de Janeiro deste anno, que aos donos daquelles predios se confirmam para sua indemnisação Apolices pela importancia de seus respectivos créditos, vencendo estas o juro annual de cinco por cento da Lei, e conferindo-se-lhes tambem annualmente, dez por cento de amortisação: Hei por bem, em Nome da Rainha, Approvar o parecer da sobredita consulta da Commissão Municipal, e determinar o seguinte :

«Que a referida Commissão liquidando real a real, e na conformidade da sua proposta, os creditos de cada proprietario, lavre as Apolices, que serão por todos os seus Membros assignadas, e as confira a seus donos.

«Nestas Apolices se deverá declarar as quantias, de que procedem, e a quem pertencem, e se farão os mais esclarecimentos, que se julgarem necessarios, não só para se tornar sólida a transacção, mas para que taes titulos tenham o seu devido crédito.

«Tendo outro sim attenção ao que a Commissão Municipal representou na sua consulta relati-

vamente ás apuradas circumstancias do Cofre das Obras Publicas, por onde deveriam ser feitos estes pagamentos; e sendo os Conventos abandonados dos Congregados, e de Santo Eloy, pela sua proximidade com aquella Praça, os que mais utilizam com a demolição, a que se vai proceder, dos predios indicados, com o aformoseamento, e regularidade da Praça: Hei por bem, em Nome da mesma Augusta Senhora, determinar igualmente que tanto o juro, como a amortisação das Apolices, sejam satisfeitos pelo rendimento dos predios urbanos dos mencionados Conventos, para o que pelo Ministerio competente se expediram as ordens necessarias.

«O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino o tenha assim entendido e faça executar. Paço no Porto em doze de Fevereiro de mil oitocentos trinta e tres.—D. Pedro, Duque de Bragança—Candido José Xavier ¹.»

A consulta, que vai ler-se, além de contêr a data fixada para se iniciar a demolição, fornece-nos acidentalmente uma rápida noticia do aspecto marcial da Praça Nova em fevereiro de 1833.

«Senhor: Tendo destinado esta Comissão o dia desoito do corrente *para se começar na demolição das pequenas Casas, Lojas, ou Barracas, que existem dentro, fóra, e em volta do sitio dito*

¹ Este decreto foi publicado e anda incorporado na legislação de 1833.

da Natividade na Praça Nova, e tendo d'arrematar-se no resto da tarde d'esse dia, bem como nos consecutivos, a quem por ellas mais der, as madeiras, telha, e mais artigos que as compoem recea a mesma Commissão que, em quanto se não verifica essa arrematação parte de taes artigos sejam destrahidos ou roubados em manifesto prejuizo da Fazenda publica, e por isso muito respeitosa e submissa supplica a Vossa Magestade Imperial Haja por bem fazer expedir as ordens necessarias pela Repartição competente, *afim de que a Guarda que se acha estacionada no meio d'aquella Praça, e que vigia sobre as muniçoens de Guerra ahi existentes, vigie tambem d'esde aquelle dia em diante sobre esses pequenos Edificios, que lhe ficão proximos, para que não sejam destrahidos os sobreditos artigos, e bem assim se colloque uma outra Sentinella no sitio chamado d'Entre Vendas para vigiar tambem sobre os outros que existem ahi, até que se conclua a decretada demolição e ultime a indicada arrematação.* — Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial. Porto: em sessão de 16 de fevereiro de 1833. (aa) José Pimentel Freire, Presidente; Arnaldo Van Zeller, Vice Presidente; João Felis de Brito e Souza; Francisco Antonio d'Oliveira e Silva; Chrystovão da Cunha Lima Payo; Antonio de Souza Pinto de Magalhaens ¹.»

¹ Maço 261.

A Chronica Constitucional do Porto publicou em 16 de fevereiro o seguinte

ANNUNCIO

«Tendo de começar a demolir-se no dia 16 do corrente as pequenas casas, lojas, e barracas que existem dentro, fóra, e em volta do sitio da Natividade, —avisa a Commissão municipal a todas as pessoas que quizerem arrematar algumas das madeiras, telha e mais artigos d'ellas, queirão comparecer alli nesse dia e nos consecutivos pelas 4 horas da tarde até que se ultime a projectada demolição, pois que ahi mesmo se hão de arrematar a quem por ellas mais der ¹.»

Mas talvez fosse por erro tipográfico que o anúncio designava o dia 16 — em vez de 18 —; o que é certo é que, tambem segundo a *Chrónica Constitucional* ², no dia 23 o mercado da Natividade estava quase demolido.

Contudo a demolição não se completou senão em março.

Poderá o leitor estar fatigado da serieção dos documentos com que instruimos a história do mercado da Natividade até ao seu epílogo.

Mas não soubemos resistir ao interesse que eles nos inspiraram quando os encontramos e os lemos.

E agora apenas vamos sumariar os restantes

¹ N.º 41, de 16 de fevereiro de 1833.

² N.º 47, de 23 de fevereiro de 1833.

diplomas que se encadeiam ainda ao período final de tão longa história.

Em consulta de 6 de março a comissão municipal comunicava ao governo que a demolição estava quase concluída; no dia 11 remetia-lhe o traslado das apólices entregues aos proprietários das edificações demolidas; no dia 16 o governo expedia à comissão municipal uma portaria em que, ampliando o decreto de 12 de fevereiro, ordenava que os 10 % de amortização em cada ano fossem pagos com exactidão, de modo que as apólices pudessem ser resgatadas no prazo de dez anos e que a mesma comissão municipal tornasse pública esta providência para inteiro crédito daqueles títulos ¹.

Dispersos os adeleiros e outros vendilhões volantes pela extinção da *Natividade*, certamente reclamaram outro lugar que substituisse aquele mercado, porque se lhes permitiu que fossem poisar junto à muralha da cidade no Postigo do Sol. Nasceu assim a *Feira da ladra* portuense e applicou-se-lhe o regulamento da existente em Lisboa ².

Anos depois constituiu-se com maior extensão, para o mesmo efeito, o mercado dos *Ferros velhos* — em casas abarracadas — que permaneceu ali muito tempo, rivalizando com a Feira da Ladra

¹ Esta portaria anda incorporada na legislação de 1833.

² *Exposição dos principaes actos administrativos da camara municipal do Porto em 1839.*

em Lisboa e com *Las Americas* na Plaza del Rastro em Madrid ¹.

Mas a tradição tem muita força.

Por isso o comércio volante ficou sempre com pena de ter perdido o antigo local da Natividade.

O certo é que ainda obteve a tolerância de armar algumas barracas e mesas portáteis, fóra da Praça sim, mas em frente dela, no seguimento das ruas de Santo António e Clérigos.

As barracas eram de pano cru, e vendiam... o que? Bacalhau! As mesas eram abrigadas por amplos guarda-sois brancos. E ao pé de umas e outras vinha colocar-se de plantão qualquer engenhosa indústria popular sem barraca nem mesa.

O sr. Joaquim Ferreira Moutinho, que embarcou para o Brasil em 1846, diz-nos evocando recordações da sua infância:

«Picca—symbolo vivo da porcaria humana, era infallivel na Praça Nova, junto ás barracas do bacalhau, trazendo sempre uma cesta recheiada de golozeimas, despertando cobiças, com um caderno muito sebento que offerecia fechado, para que o tentado da fortuna, applicando um alfinete ás folhas, alcançasse o premio, uma bichinha ou um melindre, se o azar o não perseguia, destinan-

¹ Modesto Fernandez y Gonzalez—*Portugal contemporaneo: De Madrid á Oporto pasando por Lisboa*, 1874, pag. 325.

do-lhe uma folha branca. Custo do certamen, cinco reis ¹.»

Eu próprio ainda conheci, depois de 1860, sob o portão de entrada para o pátio interior do modernizado edificio dos Loios, uma vendedeira de lambarices infantis, com a sua mesa encostada à ombreira oriental daquele portão.

Mas tudo isto tem sido um longo desvio da orientação cronológica em que vínhamos.

Voltemos, sem maior demora, ao aspecto da Praça Nova nos primeiros meses de 1833.

No meio dela alastrava-se um parque de munições de guerra, dentre o qual sobresaía a guarita da sentinela que de dia e de noite as guardava.

No contorno do poente e do sul amontoavam-se pilhas de madeiras velhas, acervos de pedras e entulho, ultimos restos jacentes das casas e barracas que tinham constituido o conjunto da Natividade.

O chão da Praça Nova cobria-se, pois, de um sombrio estendal de materiais de combate e escombros do mercado.

Noutra qualquer ocasião, estes escombros seriam observados com simpatia, porque representavam o termo de um longo pleito impertinente.

Mas agora o cenário da Praça era como que o transunto, muito em fóco, do que se passava

¹ *Óbolo ás creanças*, pag. 112.

nos diferentes bairros da cidade. Por toda a parte cheirava a guerra. Por toda a parte se ouvia a marcha cadenciada dos soldados, o tropel áspero dos cavalos, o galope sôlto das ordenanças, o rodar tilitante das viaturas, o rumor longínquo da artilharia. Por toda a parte se viam os destroços das bombas e granadas que os realistas mandavam de Vila Nova: nos telhados e frentes das casas, nas torres das igrejas, nos muros dos quintais e no leito das ruas.

Apesar dos riscos diários do bombardeamento, da alarmante debandada de Souto Redondo, de sortidas infelizes, de numerosas deserções, da carestia dos víveres, e até da cólera morbus—trazida pelos belgas que vieram com o general Solignac¹—o espírito dos liberais ia vendo com maior affecto e maior confiança tanto o Imperador como o seu pequeno exército.

Era que D. Pedro possuia duas grandes qualidades de carácter para agradar aos portuenses: a coragem e a actividade que eles tambem possuem em alto grau.

Mas nós estavamos na Praça Nova, e para lá temos de voltar.

A próxima igreja dos Congregados, profanada, havia sido convertida em armazem militar.

¹ Dr. Meirelles, *Memorias de epidemiologia portu-gueza*, pgs. 174 e 246; Soriano, *Historia do cerco do Porto*, nova edição ilustrada, tomo II, pag. 246.

O governo, para acautelar este armazem, ordenou (portaria de 10 de dezembro de 1832) que se fechasse uma loja de bebidas existente à entrada da rua de Santo António, *junto ao trem dos Congregados*, onde, por sucessivos descuidos, houvera frequentes incêndios.

O convento daquele nome, que os seus moradores abandonaram, fôra saqueado, pouco depois da entrada de D. Pedro, pelos soldados ingleses da expedição.

Soriano atribue este facto a indisciplina tolerada pelo tenente-coronel Hodges; mas confessa que as rapinâncias dos soldados inglêses, e outros auxiliares estrangeiros, correram parêlhas com as praticadas pelos franceses em 1809.

Nas janelas da ala do mesmo convento, que diziam sôbre a Praça Nova, as vidraças descidas, e algumas delas rôtas de pedradas, amorteciam, ao oriente, a moldura da Praça com a sonolência do abandôno e da solidão própria das grandes casas desabitadas.

Existe na Biblioteca Pública do Porto uma preciosa colecção de 102 estampas, desenhadas por Joaquim Cardoso Vitória Vila Nova em 1833 para ilustrarem uma obra que João Nogueira Gandra tencionava publicar e da qual seria aquella cidade o assunto.

Pena foi que não chegassem a publicá-la.

Essa colecção, encadernada com o rótulo — *Edificios do Porto em 1833* — passou da mão de

Antonio Augusto Lessa à posse da Câmara municipal quando era seu presidente o sr. Lima Junior.

Os desenhos de Joaquim Vitória põem-nos diante dos olhos as fachadas nobres de ambos os conventos da Praça Nova naquele ano.

A igreja dos Congregados dividia o edificio em dois corpos, fronteiros ao largo onde estivera a Porta dos Carros, e cada um deles com primeiro e segundo andar. O do poente compreendia a entrada principal do edificio: dois portões em arco, havendo entre eles e aos lados deles três postigos. O brasão conventual relevava entre as sacadas do 1.º andar; entre as do 2.º, cavava-se um nicho com imagem. No frontão abria-se singelamente um óculo. O corpo oriental do convento era quase idêntico ao ocidental: brasão no 1.º andar, um nicho (vasio) no 2.º; apenas diferia em ter um só portão, envidraçado.

Os frades de Santo Eloi, que recolhiam avultadas rendas, tinham empreendido uma ampla reconstrução do seu antigo e pequeno convento, para o que D. Miguel lhes consentiu rasgarem a muralha da cidade. Em 1833, como se vê pelo desenho de Joaquim Vitória, a fachada estava apenas construída desde a esquina léste-norte até parte do corpo central.

A torre da igreja ameaçava ruína desde a cúpula até à cimalha, e por isso, no fim de 1832, fôra reconhecida a urgência de pôr em praça a sua demolição.

Junto à respectiva igreja, no largo da Natividade, um bueiro recebia as águas imundas ou as águas pluviais da rua do Almada e escoava-as para um encanamento moderno.

A comissão municipal obteve licença de prolongar este encanamento até poder ligá-lo, à distância de 80 palmos, com o antigo cano que desaguava no rio da Vila.

Ora a mesma comissão foi autorizada em portaria de 5 de dezembro de 1832 a aplicar a pedra, que saísse da torre dos Loios, no prolongamento do novo cano e na sua ligação com o antigo.

Por decreto de 30 de abril de 1833 o Imperador declarou suprimido o convento, abandonado, de Santo Eloi e os seus bens incorporados nos da nação. Enquanto não fossem arbitradas as pensões aos religiosos, receberia cada um doze mil reis mensais.

Outro decreto, de 15 de maio, ampliando as disposições daquele, suprimiu nos mesmos termos todos os conventos, hospícios e mosteiros abandonados.

Aqui temos desfradada a Praça Nova, porque os Congregados foram atingidos pelo segundo decreto.

E a comissão municipal, já antes deste decreto, tinha aproveitado a ocasião para abrir novas ruas, que pudessem facilitar o acesso àquela Praça, finalmente liberta do mercado.

Em consulta de 6 de março de 1833 pedira

autorização ao governo para continuar a rua do Bispo até à Praça Nova, o que exigia apenas a demolição dum pequeno telheiro arruinado e o córte de parte da cêrca dos Congregados, devendo a obra ser custeada pelos bens dos mesmos fugitivos padres.

Tambem propusera a abertura de outra rua que ligasse a das Flores com o largo que fôra da Natividade e que pudesse evitar aos transeúntes o terem de dar volta pelo Largo da Feira (hoje Praça de Almeida Garrett) ou fazerem caminho pela rua dos Caldeireiros, *bem pouco transitável*.

A primeira ideia da comissão municipal era que a rua proposta seguisse a linha recta da rua do Almada, para tornar esta mais vistosa, mas depois (em consulta do dia 11) mudou de parecer quanto à directriz, ponderando a conveniência de menor número de demolições na rua das Flores.

O leitor está vendo que se trata da rua de D. Maria II, cuja abertura apenas privou de três prédios a das Flores.

Eram decorridos dez mêses desde que a cidade do Porto sofria os perigos e angústias do cêrco sem quebra da mais denodada coragem e estoica resignação, dignas de memória eterna.

Pasma a gente de que, em tão difícil conjuntura, o ânimo dos portuenses pudesse empreender festas patrióticas, celebrar jubilosas comemorações partidárias sob o fogo implacável do inimigo, a que parecia não dar importância.

No dia 4 de abril passava o aniversário natalício da rainha, que nesse ano de 1833 completava apenas quatorze de idade. Mas, por ser quinta feira santa, as demonstrações de affecto, que o Porto queria testemunhar à sua jóvem rainha ausente, foram transferidas para o dia 8, segunda feira de Páscoa.

Chegou este dia, e a salva real que troou às seis horas da manhã pusera de sobreaviso os miguelistas. Um nutrido canhoneio fustigou desde logo a cidade em todas as direcções. Ao meio-dia repetiu-se a salva, e o canhoneio redobrou de violência.

Sem embargo, D. Pedro, com o seu grande uniforme, a comissão municipal e demais autoridades, assim como as pessoas gradas do Porto, foram assistir a um solene *Te Deum* na igreja da Lapa.

Depois, o Imperador recebeu cumprimentos no salão do quartel de Santo Ovídio e ali mesmo publicou ter concedido varias mercês honoríficas, sendo em primeiro lugar contemplado o município, a cujo brasão mandou acrescentar as insígnias da Ordem da Torre e Espada e uma corôa ducal, representativa do título de duque do Porto, que ficava pertencendo ao segundo filho ou filha dos reis de Portugal ¹.

No fim da tarde retumbou a última salva real,

¹ O respectivo decreto tem a data de 4 de abril.

e os miguelistas responderam-lhe pela voz dos seus canhões.

Logo que anoiteceu, iluminou-se em frente da casa da câmara um obelisco, expressamente erguido para ostentar o retrato da rainha, e coroou-se de numerosas lanternas a torre dos Clérigos.

As baterias de Vila Nova toda a noite procuraram derruir esta elevada torre, que se fazia alvejar pela sua altura, e pena seria se o tivessem conseguido. Felizmente a imprudência de a iluminar—o que foi uma aventureira provocação aos sitiantes—não teve consequências destruídas.

A Praça Nova, apesar das bombas que constantemente choviam sôbre a cidade, esteve muito concorrida. Dir-se-ia que os portuenses folgavam de desprezar a morte. Naquela Praça e nas ruas nenhuma pessoa foi atingida por qualquer estilhaço. Mas uma bomba fulminou no seu quarto de cama o médico Paulino de Nola Dias Carneiro, que em 1828 tinha fugido para a Galisa com a «divisão leal».

Correndo o mês de junho, e na antevéspera do dia em que a expedição do duque da Terceira desembarcaria no Algarve, a comissão municipal do Porto dirigiu ao Imperador a seguinte representação, que é a origem histórica do nome oficial pouco depois imposto à Praça Nova.

«Senhor.—Não convindo que o sitio denominado Praça Nova continue mais a ter este titulo, já por que elle em nada é analogo ás circumstancias actuaes, e já por que faz

trazer á memoria a triste recordação de factos e scenas que ali tiverão logar durante a fatal epoca da usurpação da Corôa d'estes Reinos, as quaes devem para sempre ser apagadas da lembrança de todo o Português verdadeiramente amante da sua Ligitima Soberana, bem como dos fóros e liberdades Patrias; e sendo por outra parte essa Praça a primeira das d'esta sempre nobre e sempre leal Cidade que no faustissimo dia nove de Julho teve a gloria de ver dentro em si Vossa Magestade Imperial e do centro da qual Vossa Magestade Se Dignou dirigir pela primeira vez á Casa dos Paços de Concelho a honra-la com a sua Augusta Presença, parece, Senhor, á Commissão Municipal, que em vez d'aquelle titulo se lhe deverá dar d'ora em diante, a fim de trazer sempre á lembrança dos presentes e vindouros esta feliz recordação, o de Praça do Imperador ou Praça de D. Pedro ou Praça do Duque de Bragança = qual a Vossa Magestade Imperial mais aprouver.

«A Commissão roga portanto a Vossa Magestade Imperial Se Digne mandar-lhe declarar, se o exposto é com effeito de Sua Alta approvação, porque a sê-lo ella fará immediatamente apagar o antigo titulo, e substitui-lo por algum dos indicados, ou por outro qualquer que a Vossa Magestade Imperial melhor pareça.

«Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial.

«Porto em Sessão de 22 Junho de 1833. — José Pimentel Freire, Presidente; Arnaldo Van Zeller, Vice Presidente; João Felis de Brito e Souza; Chrystovão da Cunha Lima Payo; Antonio de Souza Pinto de Magalhaens; Jeronimo José de Faria ¹.»

No dia, e talvez á mesma hora, em que a expedição do Algarve estava desembarcando em

¹ Torre do Tombo, papeis do arquivo do ministério do reino, Maço 261.

Cacela, isto é, a 24 de junho de 1833, o Imperador mandava responder à comissão municipal do Porto, mas os termos da resposta ou não foram ditados por ele ou, se o foram, são descaroáveis.

É um documento rápido e sêco. Nem sequer glosa todos os tópicos da representação, como é de uso nestes diplomas oficiais, porque não tem uma palavra de referência e de agradecimento ás frases que directamente diziam respeito a D. Pedro.

O leitor vai reconhecer, por seus próprios olhos, a justeza do nosso reparo :

«Sendo presente a S. M. I. o Duque Bragança Regente em Nome da Rainha, a representação da Comissão Municipal de 22 do corrente, em que pede licença para mudar o nome da Praça Nova, por não ser aquelle que tem analogo ás circumstancias actuaes, e por trazer á memoria a triste recordação de factos, e scenas, que ali tiverão lugar durante a fatal época da usurpação da Corôa d'estes Reinos e que convém riscar para sempre da lembrança de todo o Portuguez fiel á sua ligítima Soberana, e verdadeiramente amante das liberdades Patrias; propondo que d'ora em diante se chame aquella Praça—do Imperador—ou—de D. Pedro—ou emfim—do Duque de Bragança, Manda o mesmo Senhor declarar á Comissão Municipal, que convém no seu pedido pelas razões expostas na sua representação, mas que lhe deixa a liberdade de pôr á referida Praça o nome, que mais conveniente lhe parecer. Paço no Porto, 24 de Junho de 1833.—Candido José Xavier.»

Há momentos de ingratição irritante na vida dos reis, momentos cuja memória eles não conse-

guem apagar por quaisquer actos de benevolência ou estima praticados depois.

E os ministros, por sua parte, poucas vezes se lembram de que, em certos actos políticos, uma palavra a mais ou uma palavra a menos pode comprometer os reis, embora no regime constitucional a responsabilidade seja deles ministros.

Os aspectos da guerra vão precipitar-se agora com a maior rapidez.

No dia 25 de julho o ataque às linhas que defendiam o Porto, ataque violento comandado por Bourmont, foi repellido com bravura e felicidade pelos liberais. Um dos mais brilhantes feitos deste dia memorável realizou-o Saldanha na célebre carga de cavalaria, que lhe permitiu ocupar o alto das Guelas de Pau.

Ainda estava quente a impressão do triunfo obtido, quando, pelas dez horas da noite, um vapor inglês comunicou a D. Pedro a notícia de que o duque da Terceira entrára na véspera em Lisboa, timidamente abandonada pelo exército miguelista.

Logo depois constou na cidade que o Imperador queria partir para a capital.

Esta sua resolução alvoroçou dolorosamente os portuenses. Eles já sentiam a falta dos 2.500 homens, que constituíram a expedição do Algarve. Mas a ausência de D. Pedro parecia-lhes a maior de todas as faltas.

A comissão municipal deu-se pressa em repre-

sentar ao Imperador lembrando-lhe que a cidade estava ainda sitiada e que por isso não a desamparasse, ao menos como prémio de tantos sacrificios e trabalhos que os portuenses tinham já sofrido.

D. Pedro persistiu na sua ideia e limitou-se a responder: Que a cidade podia contar com ele na hora do perigo, e que em breve voltaria para gozar ali o inteiro restabelecimento da tranquillidade da pátria.

E durante a noite de 26 foi embarcar à Foz no vapor *Condessa de Pembroke*.

O Porto ficou cheio de amargura, olhando, assombrado, para o enorme ponto de interrogação que esta ausência representava.

Felizmente para a causa liberal, Saldanha, a quem fôra entregue o comando em chefe do exército, respondeu com o seu costumado valor áquella anciosa interrogação.

No dia 18 de agosto, obrigando os sitiantes a recuarem sôbre o norte com grandes perdas, rompêra o cêrco por esse lado e o Porto delirou de febril alegria.

A população vagueava entusiasmada aclamando de rua em rua o general vencedor.

Oiçámos a narrativa de D. António da Costa :
«Na Praça Nova mal se podia transitar.

«Que andava analysando ali com avidez toda aquella gente? Os despojos tomados ao inimigo : balas, bombas, munições, fardamentos. Que attra-

hia as atenções do maior número? Porque se acotovelava a multidão para ver especialmente um objecto que despertava mil commentarios? Era a enorme peça de artilheria denominada *Paulo Cordeiro* ¹ (porque d'este súbdito a recebêra de presente o angusto chefe do partido absoluto), peça monstruosa cujos estragos dentro da cidade tinham sido immensos, e cujo estampido não se confundia com o das outras peças, pelo terror que infundiam as balas que ella vomitava.—*Como elle e grande!* exclamára tomado de espanto Henrique III, quando, temeroso e a custo, foi vêr, já estendido e assassinado, o celebre duque de Guise.—*Como ella é grande!* exclamavam agora os labios de toda aquella gente, vendo estendido, e já inoffensivo tambem, o ferreo monstro que estava em exposição; e d'ali partiam os que já o tinham visto, e ali se detinham os que, passando, o queriam analysar, ao mesmo tempo que as alturas se achavam apinhadas de espectadores. «A alegria mette medo», escreveu uma notavel escriptora. A cidade estava n'uma alegria nervosa. Ardia tudo em contentamento ².»

O povo chamava *pexão* ou *canhão-pexão* à

¹ João Paulo Cordeiro & C.^a (António Maia) foram os contratadores do monopólio dos tabacos e saboarias.

Por decreto de 28 de outubro de 1833 D. Pedro nomeou uma comissão para proceder à immediata liquidação das contas da firma contratadora.

² *Historia do marechal Saldanha*, pag. 334-335.

famosa peça de Paulo Cordeiro. E por quê? Por corrupção do apelido do general francês Paixhans, que fôra o inventor dos canhões-obúses.

É muito interessante — até pela ingénua linguagem dos contemporâneos do cêrco do Porto — um opúsculo intitulado *Conversa entre a peça de ferro, Paulo Cordeiro, e a estatua de pedra O PORTO, no sitio da Praça de D. Pedro, na noite de 29 para 30 de Agosto de 1833* ¹.

Ora este opúsculo, hoje muito estimado, compreende, sob a forma de diálogo, a história da peça de Paulo Cordeiro contada por ela mesma.

O leitor certamente agradecerá que eu lhe proporcione a leitura de parte desse opúsculo, aquella que próprioamente se pode considerar... autobiografia da peça.

E para lhe respeitar toda a côr da época, conservar-lhe hei a sua mesma ortografia:

Figura do Porto. A generosidade he dos principaes caracteres dos Portuenses: falla, dize o que pertenderes em teu abono, e se alcanças justificar-te, não has-de ter estorvos em merecer a compaixão d'esses a quem pertendeste fazer extremos damnos, e a quem vieste cahir nas mãos generosas, e nunca vingativas.

Peça P. Cordeiro. He verdade que os Portuenses são generosos, e não vingativos; mas o Diabo he a cambada dos Rapazes que são da pelle de Satanaz! Em quanto eu fui

¹ Impresso no Porto, na tipografia de Gandra & Filhos, no mesmo ano de 1833.

transportada do Cães da Alfandega para esta praça do Senhor D. Pedro . . .

(Aqui desejou a *Peça* dar hum rumor de si, para abaixar a cabeça, em signal do seu respeito, a este nome augusto, e a *Estatua do Porto* fazendo continencia com a lança,

Deu huma pancada penetrante
C'o conto do bastão no solo *duro*).

«O que mais me custou foi só a vergonha de vir cercado de pezadissimas cadêas, arrastado ás caudas de onze juntas de bois, porque das janellas e das ruas, ou o rizo agradável das Senhoras, ou o rizo de certo desprezo generoso dos Homens, adoçava as ironias com que huns para outros apostrofavão minha grandeza passada, sem que nem um só sarcasmo ou vituperio me fosse pessoalmente dirigido. Mas os malditos rapazes! Elles atroavão o meu ouvido com os Hymnos da Liberdade; elles me apupavão com assobios agudissimos que me traspassavão as entranhas: lama; cascas de fructa podre; e immundicie de toda a especie, não me faltou por estas barbas grizalhas; e sobre tudo, ainda não ha huma hora, que o aprendiz de hum ferreiro, chegando-se aqui a mim, e correndo-me a mão pelo lombo com o gesto do mais insultante desprezo, em quanto em voz submissa me dizia os maiores improperios, hia desatacando os ferruginosos calções, e com o maior sangue frio acocorou-se, e mesmo no meio da minha bocca . . .

Oh! que não sei de *nojo* como o conte!

(A Figura do Porto sorriu-se, mas não lhe tornou palavra alguma. O Paulo Cordeiro deu dous suspiros, e continuou).

«Mas eu não mereço o desprezo com que me aviltão: assim como os Povos onde péza o Despotismo são obrigados a obe-

decer, e a calar, eu tambem, violentado desde o meu nascimento, servi D. Miguel porque me obrigáráo, pois que vou provar que por natureza e inclinação sou e serei Constitucional.

«*F. do Porto.* Já te disse, que pódés livremente apresentar tua justificação, porque he do character dos Constitucionaes admittir a purificar-se quem se julga com direito a esse passo.

«*P. Cord.* Eu, Senhor Porto, fui gerado e nasci no Imperio da Grã-Bretanha, no Paiz classico da Liberdade, no primeiro Reino Constitucional no Mundo. Meu Pai foi o Clima Bretão, e minha Mãe a Terra Ingleza: póde então alguém julgar que com a educação de taes progenitores eu seria *corcunda*, ou *caypira*, ou *miguelista*? (nomes notaveis no dicionario de sinonimos da lingua do Inferno!)

«Das minas onde nasci, roubáráo-me ao seio maternal, e como os escravos fui vendido de mercado em mercado, até que afinal fui comprado e introduzido na grande Fabrica de Londres de *Mr. Bowling & C.º*. Allí posto a hum canto, estava reservado a entrar em fundição, quando o acaso, que tivesse marcado o meu destino, assignalasse a minha vez de hir ao caçinho. Hum dia, que tem de lembrar-me toda a minha vida, vejo entrar na grande casa da fundição aonde eu estava, o meu prazenteiro patrão, acompanhado de huma porção de Cavalheiros, a quem elle tratava com a mais ceremoniosa continencia. Ao pé d'onde eu estava ficou hum dos Officiaes fundidores, ao qual outro se veio chegando e lhe perguntou quem era aquella comitiva. Qual não foi entãc a minha surpresa, quando ouvi. — Aquelle do nariz de cavallete, cabellos brancos, e com a cabeça inclinada mostrando hum ar de corcova, he Lord Wellington: o outro zanaga d'um olho, e roliço como hum barril de cerveja, he Lord Beresford: este com cara de palmo e meio de cumprido e beiços de arcos de tonel, he o Consul Portuguez Sampaio; essoutro dos oculos, he hum Addido á Pandilha de D. Miguel chamado Saraiva; e o resto he caterva que não conheço: provavelmente são figurões

que não fazem escrupulo de emparelhar, porque a soberba dos primeiros Torys Inglezes não se abaixa a acompanhar com quem não he da sua *igualha*: algum banqueiro, algum corrector de longa famma, que vem assistir a algum contracto e serem apresentados para a conclusão de negocio de alto calibre, que estes Senhores entrando aqui, o caso não he de pequena consideração. Esta sucia andou vendo as fornalhas, e os utensilios; assistio á fundição de huma grelha de novo invento para fazer *bifes* d'hum boi inteiro na primeira função do Lord Maire, e depois de darem huma volta inteira a toda a casa, sahirão com o mesmo estrondo com que entrãrão, de aberturas de portas, de rapapés inclinatorios, e de bajulações de toda a especie. Por isto logo eu vi que se tratava de dar dinheiro a ganhar a meu Patrão, porque se não fosse isso, simplesmente por encontrar esses figurões, tratava-os com tanto desprezo, como elles considerados na sua jerarquia o tratarião a elle; mas quando hum Inglez imagina que tem a fazer negocio, seja com o seu carneiro, seja com o Duque mais puritano de Inglaterra, ei-lo o homem mais macio e mais politico que se conhece debaixo do sol: e a prova he, que acabado o contracto, la vai o afilhado de quem eramos compadres: como se nunca se vissem.

«No dia seguinte, logo de manhã entrou na officina o Architecto, seguido de todos os trabalhadores munidos com instrumentos e reparos, e ao pé da fornalha principal principiãrão a preparar o molde de que devia sahir esta bisarma.

«Fui lançado ao cadinho com todos os meus Irmãos, e muitos mais amigos que de differentes minas alli tinhamos sido conduzidos. Quinze dias passados, fomos derretidos, e entramos no molde que apresentou este corpo, que aqui vêdes estirado ao cumprido. Quando abrirão os frascos, conheci eu pelas vozes que tinha sentido na occasião antecedente, que estavam presentes os mesmos figurões figurativos, e como pelo som os tinha ficado a distinguir; ouvi que Lord Wellington disse:—Bravo: bella peça, e perfeitamente executada! Vale huma Divisão a D. Miguel.—Disse o Marechal Beres-

ford—Exactamente corresponde ao que eu concebi e aconselhei: não ha edificio que resista á força dos projecteis que vomitar esta almazarra: lá vai desta feita o Palacio dos Carancas, porque ao primeiro tiro, tudo se escangalha, e se esboroa; e como ouço dizer que o Imperador está lá de quartel, já imagino o primeiro tiro, e adeos chefe do partido contra D. Miguel! Disse o Consul Sampaio—Magnificamente, magnificamente: estou fóra de mim de contente: Mr. Bowling, dizei aos Officiaes que fundirão esta maravilha, que mandem buscar ao meu escriptorio hum Cheque de vinte Libras que eu da minha algibeira lhes dou como molhadura do seu trabalho. Em quanto ao pagamento da peça, apesar do uosso ajuste ser a 15 e 30 dias, eu confiado na vontade do meu amigo João Paulo Cordeiro, attendendo á aprovação dos Milords presentes, julgo-me authorisado a dizer-vos, que podeis quando quizerdes mandar o Bill, que immediatamente será pago. Disse o Saraiva:—Estes argumentos assim fortes, são os que não de convencer os Constitucionaes, já que argumentos de penna e tinta de nada valem para semelhante gente: tenho-me debalde cançado, e debalde lhe tenho querido embutir a verdade a meu modo, até com estampas da apparição do Campo de Ourique, em volumes maiores do que as Ordenações do Reino, Vicentinas: a nada os brutos se movem, mas não de mover-se agora. He este sobre todos o maior serviço que o nosso amigo Contractador do Tabaco João Paulo Cordeiro tem feito ao Sr. D. Miguel. Se pelos passados serviços tem sido Commendador, eu por este fazia-o *Marquez das Ventas!* A isto o Consul Sampaio disse em tom de voz com surdina de modestia:—De vagar, de vagar com Marquez: mais serviços fez meu Irmão na queda da Constituição de 1822, e fizeram-no só Conde. Mais piano, mais piano, Senhor Saraiva.—Ouvi dizer depois, que os Lords fizeram que não percebêrão, apesar de entenderem muito bem o Portuguez, e que o Saraiva córara, porque logo vio que havia chocado o melindre do offendido Francisco Sampaio, e no fundo da sua alma se arrependeu de certo desta leviana indiscrição; porque

tambem ouvi dizer que o Consul o mimoseava a miudo com a sua duzia de garrafas do generoso vinho do Porto, por ser ao mesmo tempo Correspondente da Companhia em Londres, e com mui distincto sortimento: he provavel que não tornasse mais a sahir da garrafeira o presente do uzo, para quem tão inconsideradamente beliscou o amor proprio dos *Teixeiras de Sampaio!* Para encurtarmos razões: elles sahirão, e no espaço de oito dias decorridos depois, eu fui embarcado no Tamisa a bordo d'hum Navio que devia trazer-me a Lisboa.

«Fallar da minha viagem he ocioso; mas ao meu desembarque, nada ha que possa igualar-se. Vim no meio de toda a admirada mestrança para a Ribeira das Naus: ali fui apresentada pelo baboso João Paulo Cordeiro, a toda a Nobreza Miguelista da Corte do Rei chegou . . .

«*F. do Porto.* Deixemos essas lisonjas com que pertendes fascinar-me: continúa na tua narração que he curiosa, e no mais, não cuides que te acrdito em que do coração achincalhas esse Rei que já foi teu.

«*P. Cord.* Pois não merece ser achincalhado, quem só por ter huma peça de 100 quintaes de pêzo presumia que a segunda Capital do Reino hia ser destonada como quem destona melancias! Eu sou ferro Inglez, e no meu Paiz, a educação de discorrer em materias de politica bem sabeis que he vulgar: ouvi ler muito Periodico, e ouvi discorrer muito sobre a materia: he huma das aluadas dilapadições de João Paulo Cordeiro, que morreu sempre por hum Titulo a torto e a direito; e até já depois de Lisboa ter cahido em poder dos Constitucionaes, ouvi dizer que D. Miguel chegando a Coimbra e encontrando-se com elle, lhe dera ainda esperanças de contentar breve sua fátua presumpção! Elle he tão tresloucado, que apesar de ser vassallo d'hum Rei que já não tem Corte, nem 2.^a Capital do Reino, assim mesmo morria de gôsto, se fosse nomeado Barão dos Aloques da Biquinha, ou Visconde do Caes de Manoel Ribeiro! Pelo que pertence a D. Miguel, só duas vezes o senti junto de mim: a primeira quando eu cheguei a Lisboa; e a segunda na 1.^a revista que

elle fez em Villa nova de Gaia; e por signal que perguntando-se-lhe se queria presenciar hum tiro meu inteiro, voltou redeas ao cavallo, e nunca mais lhe puzerão a vista em cima na posição em que eu estive.

«Como hia pois dizendo, João Paulo Cordeiro, babando-se de contente, não fazia mais do que levantar-se da cama, e hir para a Ribeira, esperar os Fidalgos, e mostrar-me; hir jantar, voltar para a Ribeira fazer mais mostras; e á noite casa, e de manhã Ribeira, e assim em quanto se fez o carro para eu ser transportado, não teve outro officio; e a fallar a verdade não havia mãos a medir, de gente taluda a entrar, e a sahir, por que ao Povo, só foi concedido esse jubileu em dous Domingos. Foi-me ver o abjecto Duque de Cadaval, que havendo sido o presumptivo fiador da successão da Familia Reinante, se degradou a ser Ministro d'Estado, sujeito á Demissão caprichosa do usurpador. Foi seu Irmão Lafões, que julgou pouco ser Governador das Armas do Porto, e acabou por ser Ajudante de Campo do General Bourmont! O Visconde de Santarem foi no mesmo dia com o Conde de Basto; hião com elles as mulheres, que levavão os seus filhos. O facinoroso Castro do Rio com o seu rizo de maldade, o machiavel Conde da Louzã, os sanguinarios Guiões, o despota do Intendente, e hum sem numero de pessoas que seria enfadonho refferir, todos me forão ver, todos me forão admirar. Com tudo, não posso deixar de mencionar o Fr. Fortunato, que deixou embalsamada de fedor de vinho a atmosfera que me rodeava: era depois de jantar, e fazia-lhe companhia o Gallego Alvito Buella: recordo-me, que hum delles disse para o outro:—se fosse vivo o nosso José Agostinho, que Besta não esfolaria hoje!—Respondeu o outro: nós ca ficamos, e nós esfolaremos todos esses malhados que nos querem desmascarar. Tambem não posso deixar de refferir o General Careca, que por ser de Artilheria e de voto na materia, fez hum biquinho quando me vio, e disse:—Desgraçado Porto, nunca eu te visse, para não ter saudades da tua memoria! Já estás por terra: huma duzia de tiros, lá vai tudo, como regi-

mento de cartas de jogar em mão de creancinhas a brincar com baralho que pillão ás unhas. Disse isto com o ar pedante de trolha caiador que era, quando foi prêso para soldado andando a trabalhar nas obras das Cadeias da Relação do Porto: deu meia volta á direita, e todos aquelles operarios da Ribeira que ouvirão, largarão de aterrados a ferramenta: esteve tudo em silencio por hum minuto; e no fim, hum delles, com alma de mais commiserativo fiel, tirou o chapeo, levantou os olhos ao Ceo, e disse em voz de meia surdina—hum Padre Nosso e huma Ave Maria por alma desses desgraçados que estão encurralados no Porto! Todos tirarão o chapeo, e começarão a rezar com a mais compungivel devoção, pintando já talvez na fantezia todo o Povo desta Cidade lançado por terra sem alento e sem vida! E como se virarão os Feitiços contra os Feiticeiros! Eu he que desgraçadamente vim jazer prostrado e sem alento sobre este chão, solo classico do heroismo, e da perseverança!

«Mas para não estender mais o discurso em jeremiadas, e lamentações, ligarei outra vez depressa o fio do que hia relatando. Eis-me a final na caranguejola que devia trazer-me a Villa nova: esse dia da sahida de Lisboa foi um dia memoravel. Eu confesso que quando vim do Rio Douro para aqui, estava muita gente a ver-me, bem que não espantava a affluencia: mas em Lisboa, todos os trabalhadores do Tabaco tiveram sueto, para trazerem as mulheres e os filhos; os garotos de cacete da Companhia do mesmo João Paulo Cordeiro receberão hum patacão cada um, e doze cigarros para distribuir, e chamar gente, que fizessem bulha e gritassem—Viva D. Miguel—Morrão os Rebeldes—aqui vai o papa malhados—agora sim—Viva o novo Cavallo de Troya—Viva o Senhor João Paulo Cordeiro. Isto não he exagerado: eu ouvi com o meu ouvido—D. Miguel—e Senhor João Paulo Cordeiro: mas como quem paga he Senhor, elle pagava, e merecia o titulo com que o apregoavão ainda mais do que o seu Rei.

«Por essas estradas deixei epoca e renome: paredes abaixo, em sitios estreitos onde as rodas do aparelho que me

transportavão, não cabião! terraplanar caminhos onde as sobre-rodas tolhião a minha passagem! embargos de bois cançados, e substituição dos que fugião de noite, receosos de que o gado destruísse! em fim toda a casta de violencia para tornar facil o meu transporte nas conhecidas escalabradas estradas de Portugal! tudo deixou apoz de mim hum rasto de famigerada recordação, que o nome de Paulo Cordeiro fica ominoso desde as margens do Tejo atravessando o Liz, o Lena, o Mondego, o Vouga, e o Agueda até ás margens do Douro. Chegado emfim a Villa nova, veio toda a officialidade de romaria ao meu pôsto, perto da Igreja de S. Christovão de Mafamude. Ahi veio o Lemos, que ainda não perdeu o ar de Sargento d'onde foi tirado: veio o adamado José Cardoso com o fusquinho seu irmão Gonçalo: olhárão para mim, e para a sua casa em frente no alto da Victoria; suspirárão, e pondo os olhos hum no outro, voltárão entre a mais profunda melancolia. Veio o Governador Militar de Villa nova Alvaro Leite de braço dado com o Consul do Papa José Luis Guerner: cochichárão ao ouvido, e partirão com o mesmo profetico silencio. Veio o *Cochimplim* olhar tambem junto de mim para a casa da mulher na encosta dos Guindaes; e ouvi notar o rizo de estupidez que tem sempre nos musculos da cara sem vergonha, com que sofreu ser mandado para Veteranos, quando elle presumido se penteava, por serviços de arrieiro em 1828, tornar ás enganhifas na Policia que commandou em tempos da idade de ouro, com vergonha de todos, e utilidade dos seus Protectores fidalgos do Porto aquem sustentava nas cavalharices do Corpo, e com forragens da Companhia, os cavallo e as parelhas, a titulo de que doentes, elle vigiava na sua cura! Assim não me admiro que haja tanta gente que arrenegue da Constituição. Sempre ouvi cousas, quando os Soldados ao *bivac* me rodeavão, e depôsto o furor dos Mandões que os atiçavão, erão Portuguezes, e não Cannibaes! Cousas que ainda hum dia talvez o Diabo venha a descobrir.

«Hum dia veio todo o Batalhão de Voluntarios Realistas do Porto fazer a guarnição da minha bateria, e mais parecia

huma escolta que anda a render sentinelas, do que hum Corpo regular com nome de si proprio em separado: erão tantos Officiaes, como Soldados. O Coronel José de Mello Peixoto nunca eu senti ao pé de mim: dizião que em desgraça por seus assoberbados caprichos, estava a titulo da Companhia longe do fumo da polvora: o fofo Major Vianna era o Commandante desta guerrilha de pelitrões: sobre todos ouvi falar do Ramos misterioso com creado de farda a acompanhá-lo: do Alferes Joaquimzinho Mendes de Lima, que ainda traz pegados os coiros com que a Maizinha o alimpou, e que ouvindo dar a voz de fogo, he huma cascata de ourina, e de alguma cousa mais: do zarôlho Luis Antonio Quartel Mestre, que todos os instantes lamentava o fado de não tornar mais a abrir e a fechar o cofre da Companhia dos Vinhos: do Lino Carpinteiro, que foi promovido a Tambor mor do Batalhão pelo serviço de fazer de graça as forcas da Praça nova: do filho Padre do José Fructuoso que foi despachado Capellão honorario, pelos serviços do Pai na assoada dentro da Igreja do Collegio no entêrro do General Claudino: de muitos outros em fim, cuja ladainha de nomes a minha memoria tem esquecido.

«Tambem tive hum dia de guarnição por hum trôço d'Ordenanças do Porto e de Gaia, que se denomina Guerrilha dos *Irreconciliaveis*: he commandada pelo Capitão *Guerra* de Valladares, que se metteu de mais a mais a planista de Engenharia, e por fim até aconselhou, e dirigio a bateria do monte da Furada, que tomou o nome de — Bateria do Guerra. — Ás suas ordens estão os refugiados que forão Officiaes das Ordenanças do Porto: está o Carvalho da Alfandega, que anda sempre bebado como dantes: está o José Molete que registava a sahida do Vinho tambem na Alfandega, e que não faz senão lamentar a prata que lhe sequestrarão no Porto, e que dizem mostrar mais do que se elle tivesse de ordenado o que tinha o Presidente da Alçada: está o Machado de Cedofeita que tambem era dos ratos da Alfandega, e que como todos os de seus esturrados sentimentos, andava gôrdo e bem recheado:

está o Melchior das ondas bolideiras, Porteiro igualmente da Alfandega, que apesar de ser Major d'Aguiar de Sousa, anda aggregado ás ordens do Capitão Guerra, e he o bobo dos acampamentos e corpos de guarda.

A este propozito, lembro-me de hum dito que ouvi por esta occasião na minha bateria, ao Doutor Ferro da Companhia, que lá foi tambem visitar-me com os furiosos Dominguinhos de Castro, e o cumprido Malheiros de Cedofeita. Disse o Doutor Ferro:—Este sistema de serem os Officiaes da Alfandega, Officiaes das Ordenanças deve ser imitado lá pela nossa Illustrissima Junta: os Officiaes da Companhia devem ser tambem ao mesmo tempo Officiaes de Justiça: por exemplo, o José Vieira, Meirinho das Cabeças, e o Leão, Guarda dos Carrascos e utensilios. &c. &c.

«Tambem lá foi o Vieira Capitão da Bomba, que levava consigo a mulher para dar ordens por elle se fosse preciso: em fim foi meio mundo ver-me e meio mundo lisongear-me; e sobre todos sempre me heide lembrar do cara de vinho Caetano Manoel, que quando me vio, exclamou no extasis da mais exaltada imaginação—Bravo! Já tenho assumpto para huma peça de Theatro; ó João de S. Nicolau vem cá: olha para isto: toma bem sentido, e chiton: no dia da entrada, hade haver huma Farça nossa—O Paulo Cordeiro em triumpho! —E eu ouvindo tudo isto, e achando-me aqui, vencido, arrastado, vilipendiado, e nas minhas proprias bochechas . . . (Novos suspiros, e chôro desatado).

«*F. do Porto.* Assim passa a gloria deste mundo: nada ha mais saliente do que o costumê em Roma, de que quando se elege o Papa, vai hum Cardeal com huma bandeja de ouro, e sobre ella huma luz, e huma pouca de estopa; e posto de joelhos no baixo do Solio Pontificio, pega na estopa, e a chega á luz, que a consome n'hum abrir e fechar d'olhos, dizendo ao mesmo tempo—Santissimo Padre, assim passa a gloria deste mundo.—Aplico o conto: foste o mimoso dos Usurpadores e agora hes prisioneiro dos Constitucionaes.

Ora pois: o destino que te fez dar o nome do dono que

te pagou, e te deu a D. Miguel, faz com que hoje viesses fazer nesse lugar. Sabe que estás mesmo debaixo do sitio dos Patibulos onde expirarão os 13 Martyres da Patria: o sangue que esse chão tem embebido e de que esse pó ainda se acha impregnado, hade tocar teu corpo infame; e como em holocausto de sua memoria, te hade fazer recordar, e a teu Senhor e Amo, quando souberem que te lançarão ahi, por acaso, e não premeditadamente, que quando se julgava que com o sôpro da vida d'esses heroes se apagaria a tocha da Liberdade, ella mais acceza, e mais viva, ainda te vio morder essa mesma terra com a bocca por onde cuidarão que nos mandarião a destruição total, e a morte... Lição proficua para os tirannos... >

Desta pitoresca narrativa se conclue que a peça de Paulo Cordeiro não arrasou o Porto, mas que, pelo contrário, *O Porto* a viu rasa a seus pés.

Muitas vezes ouvi contar que enquanto ella esteve deitada na Praça Nova, os garotos se divertiam cavalgando-a ou enfiando a cabeça dentro do cano e roncando para imitar a o ribombo dos tiros.

Proseguindo, não irei relembrar todos os successos da campanha que mediaram entre agosto de 1833 e a convenção ou concessão — como alguns entendem que deve dizer-se — assinada em Evora-Monte.

Mas desejo mencionar certos acontecimentos políticos, porque — este é que é o meu fito — a Praça Nova os presenciou.

O decreto de 31 de agosto de 1833 estabelecia que pelos bens sequestrados aos miguelistas

que se conservassem ainda em rebelião fossem pagas aos vencedores indenizações por perdas e danos.

Instaurados judicialmente os respectivos processos, eram julgados em sessão das comissões municipais, enquanto as côrtes não reunissem, sem que do seu julgamento houvesse recurso.

Não validou a comissão portuense um dos sequestros, e isto lhe acarretou a animadversão das camadas populares, em especial daquelas que eram instrumentos inconscientes de vinganças políticas.

O povo toma de boa vontade o papel de vencedor. E sentia as costas quentes pelo apoio que lhe dava a facção dos liberais exaltados, cujo lêma era o terrível «*Væ victis*» de Brennus.

Desde a emigração que a família liberal estava dividida em facções ou corrilhos, que uns aos outros se degladiavam incessantemente.

Havia o grupo dos cartistas, como Herculano, que proclamavam respeito e amor à Carta, dedicação a D. Pedro.

Foram os chamados ordeiros.

Havia a facção, que constituía a esquerda do partido: desejava uma constituição que dimanasse da soberania nacional e que a monarquia, rodeada de instituições democráticas, sancionasse medidas de progresso moral, de reorganização financeira, de ampla tolerância política.

A esta facção, depois chamada dos *setembristas*, pertenciam os irmãos Passos.

Havia, finalmente, amigos e inimigos pessoais de D. Pedro, dos ministros e de outros políticos em evidência.

Assim continuava a dissensão interna a lavar no seio do partido liberal.

O Imperador e o governo mal podiam navegar, receosos de contentar uns e desgostar outros, contrastados por correntes de opinião que em tôrno da regência se debatiam com violência e fragor.

Por sugestão dos exaltados se originou no Porto, em dezembro daquele ano de 1833, um motim popular que, tomando como pretexto não ter sido confirmado o sequestro a que há pouco nos referimos, desacatou gravemente a comissão municipal.

Os discolos, depois de vozear na Praça de D. Pedro, irromperam nos paços do concelho, e maltrataram alguns membros da comissão.

O prefeito da provincia, para remover o incidente, dissolveu a comissão e nomeou outra. Mas o governo, temendo maiores consequências, deu-se pressa em publicar o decreto de 9 de janeiro de 1834, pelo qual regulava a organização e eleição das câmaras municipais.

No Porto aperceberam-se logo para a batalha eleitoral os agentes do governo e as facções oposicionistas.

Alguns officiais e subalternos dos batalhões do Minho e Trás-os-Montes, que faziam parte da

guarnição daquela cidade, dirigiram-se tumultuariamente à casa da câmara, em atitude hostil ao governo, no dia 21 de janeiro, reclamando o direito de votar.

A nova comissão municipal cedeu, mas os reclamantes foram castigados com prisão no castelo da Foz.

Coube o triunfo eleitoral aos oposicionistas, que o celebraram ruidosamente no dia 4 de março.

Imagine-se qual seria o borborinho da Praça de D. Pedro nesse dia, em que o ministério sofrêra um xeque, já de longe preparado pelos dois motins e por uma activa galopinagem.

José da Silva Passos, irmão mais velho de Manuel Passos, ocupou a presidência da câmara recém-eleita.

E, nesse cargo, reagiu contra algumas das medidas decretadas pelo governo, uma das quais era o decreto de 31 de agosto de 1833—o dos sequestros e indemnizações.

O governo respondeu a esta enérgica resistência da câmara, dissolvendo-a.

Contudo suspendeu aquele decreto até à decisão das côrtes.

E uma terceira comissão foi encarregada de administrar o município.

Mas, a breve trecho, as relações entre o governo e esta mesma comissão eram tão ásperas, quanto o demonstra a seguinte irónica portaria,

que por ser interessante e breve nos permitimos transcrever :

«Foi presente a Sua Magestade Imperial, Regente em Nome da Rainha, a Representação, que lhe dirigiu, na data de 2 do corrente, a Comissão Municipal interina da muito nobre, leal, e heroica Cidade do Porto, a fim de que seja declarado em seu inteiro vigor o privilegio, que a Camara possuia de ter na procissão do Corpo de Deus o logar immediato ao Palio ; privilegio que refere ter visto com magoa violado pelo Prefeito da Provincia, que indevidamente occupou aquelle logar ; E Sua Magestade Imperial não pode deixar de maravilhar-se de similhante pertença da Commissão Municipal de uma Cidade que por espaço de mais de anno soffreu os horrores de um cerco, e obrou prodigios de valor, só para dar cabo dos privilegios, e fazer triumphar a Lei. Ora a Lei que regula o caso presente, é o Decreto N.º 23, de 16 de Maio de 1832, que no Artigo 32 diz assim = *O Prefeito... obtem o primeiro logar em todos os actos publicos, e solemnidades da provincia.* = O que se participa á Commissão Municipal para sua intelligencia, e devido cumprimento. Palacio de Queluz, em 9 de Junho de 1834. = *Bento Pereira do Carmo.* »

Foi através desta atmosfera borrascosa, e talvez por isso mesmo, que o imperador quis ir visitar o Porto com a rainha e a imperatriz.

D. Pedro sentia faltar-lhe o terreno debaixo dos pés.

O cansaço duma longa campanha, os agravos recebidos dos próprios liberais e a próxima abertura das côrtes, onde maiores tormentas se desencadeariam por certo, alquebravam-lhe o ânimo outrora forte.

Indo ao Porto, procurava reavivar antigas simpatias, dissipar quaisquer ressentimentos, encontrar ali algum apoio moral, e confiava porventura na presença da rainha, que os portuenses não conheciam, para o bom êxito deste seu plano.

De feito, assim sucedeu.

D. Pedro, a rainha e a imperatriz chegaram ao Porto na manhã de 27 de julho e desembarcaram no cãis da Ribeira às quatro horas da tarde.

Os portuenses esqueceram nesse dia de regosijo tudo quanto padecêram por amor da liberdade e até quaisquer desgostos que tivessem recebido de D. Pedro ou dos seus ministros.

A graciosa rainha prestava, naquela visita, pública homenagem aos seus leais defensores e o Porto comoveu-se de vêr sorrir-lhe uma criança que já conhecêra o amargo valor das lágrimas.

Não menos o impressionou por certo a saúde decadente do Imperador, que, sempre que se confessava grato aos portuenses, parecia chorar quando queria sorrir.

A Praça de D. Pedro conservava ainda na paz

o seu aspecto guerreiro e ofereceu à rainha uma viva recordação dos dias calamitosos do cêrco.

Permaneciam ali os despojos do inimigo, incluindo o *canhão-pexão*.

E no meio de todo esse jacente pârque de artilharia fôra expressamente levantado um simulacro de coluna romana, revestida de lona, e tracejada de legendas, que recordavam as datas e os nomes dos principais combates que os constitucionais tinham ganho.

Esta oportuna lembrança correspondia ao menos pela intenção a uma ideia do Imperador expressa no decreto de 11 de janeiro de 1833, qual era a de na parte interna das linhas de defesa serem « plantadas lamêdas de arvores » e erigidas lápides que, entre ciprestes e loureiros, commemorassem os feitos militares nos próprios locais em que tivessem sido praticados.

A Praça de D. Pedro evocava em resumo aqueles feitos gloriosos, fazia recordar a história da guerra, ao passo que dois arcos triunfais ali perto improvisados, no largo da Porta dos Carros e à entrada da rua das Hortas, celebravam principalmente a alegria dos vencedores.

Por sôbre os festejos do Porto, que foram sinceros e brilhantes, pairava uma sinistra ameaça, cuja impressão geral foi dolorosa e não menos sincera que os festejos.

O Imperador mostrava-se abatido pela doença, que o obrigava a retirar-se do teatro de S. João

às nove horas e meia da noite e a sair dos bailes da Assembleia Portuense e da Feitoria Inglesa uma hora depois de ter entrado.

A 6 de agosto a família real embarcou para Lisboa.

Depois, os acontecimentos foram rápidos e gravísimos: no dia 14 a abertura das côrtes, logo em seguida a azeda questão da regência, os debates violentos, os dissentimentos dos liberais, a marcha fatal da doença do Imperador e, por último, a sua morte, em Queluz, no dia 24 de setembro.

Razão teve D. Miguel para dizer um dia, no exílio, ao velho dr. Pinto Coelho, falando de D. Pedro:

—A final, ele e eu fomos dois grandes desgraçados.



Porta principal do Convento da Avé Maria

CAPITULO IV

O « MENTIDERO » PORTUENSE

Principia a estudar-se a psicologia da Praça de D. Pedro — O pasmatório dos Loios e a sua antiga vida política — Perfil de Zé Passos — Revolta cabralista chamada « da Praça Nova » — Borborinho no pasmatório dos Loios e na Praça quando se sabe que a rainha manda o duque da Terceira ao Porto — Zé Passos em acção — O pasmatório dos Loios fornece o titulo ao noticiário do Braz-Tizana — Café Guichard, botequim de literatos e politicões — Três escritores e uma escritora que nasceram no aro da Praça Nova — Um dos três, Soares de Passos, tem mais larga menção — A escritora foi D. Ana Augusta Plácido, que morreu viscondessa de Correia Botelho — Ela e Camilo na bôca do lobo — As magnólias da Praça Nova — Numa noite sinistra de 1860 um grande incêndio ilumina trágicamente esta Praça — Jornalistas notáveis e brasileiros ricos — O capitulo fecha apimentadamente com uma citação de Camilo.

TENHO esboçado a história do antigo Campo das Hortas até à época em que recebeu o nome oficial de Praça de D. Pedro.

Se eu me propusesse acompanhar a par e

passo todos os acontecimentos que desde então ali se desenrolaram, correria o risco de fazer um livro que ninguem acabaria de lêr.

Quanto a decretos, portarias e consultas... *sat prata biberunt*.

Vamos agora estudar, como hoje usa dizer-se, «a psicologia» da Praça Nova, principalmente no *pasmatório dos Loios*, nos grandes homens, e nos pequenos homens também, que nesse famoso *mentidero* acionaram seus gestos políticos, literários, científicos, mundanos ou pataratas com maior ou menor celebridade.

O *pasmatório dos Loios* pouco tem mudado e mudará nos seus hábitos e estilos, exceptuando as pessoas, que se sucedem na série das gerações, e o aspecto de uma ou outra loja de comércio, que vai passando de mão em mão e de negócio em negócio.

Mas, se as pessoas são substituídas, as espécies sociais que elas representam prevalecem as mesmas.

Em 1848, Teixeira de Vasconcelos definia clara e verídicamente aquele *pasmatório* e a sua vitalidade cidadina nestas palavras: «O convento dos conegos do Evangelista cuja fachada principal dá para a Praça nova, ou Praça de D. Pedro é um dos bons edificios do Porto, e pertence hoje a um dos contractadores actuaes do tabaco o sr. Manoel Cardozo dos Santos. No passeio contiguo a esta casa costumava, e costuma ainda juntar-se bastante

*O pasmatório dos Lotos*

gente a conversar de dia, afóra a muita que atravessa naquelle sitio para ir aos seus negocios, ou

para — permittam-nos a expressão — ir *janotar* á Calçada dos Clerigos, ou à Rua Nova de Santo Antonio, que são o Chiado do Porto como o passeio dos Loios, e a Porta de carros são o seu Largo das duas Igrejas ou Loretto ¹.»

Aqui está a prova evidente de que o *pasmatório dos Loios* não tem mudado de carácter e destino, o que nos leva a crêr que não mudará nunca.

É verdade que o mesmo escritor dizia que esse local, muito frequentado durante o dia, depois das trindades «ficava tão triste, e solitario, como a sua vizinha *Natividade*.»

Nisto sim que há hoje diferença para melhor, graças aos factores do progresso moderno: a próxima estação central do caminho de ferro, os botéquins, o fecharem mais tarde os estabelecimentos comerciais ², os costumes menos caseiros dos portuenses, maior trânsito de pessoas e veículos, iluminação pública mais abundante, etc.

Neste «etcætera» vai incluída certa exhibição nocturna, que eu não ousarei chamar «factor de progresso»: é a das *gandaeiras tafulas*, armadas da lanterna de Diógenes na esperança de encontrarem o que o filósofo grego irónicamente procurava.

Os dois conventos da Praça Nova passaram a ser propriedade de particulares, mas os seus edi-

¹ *Roberto Valença*, pag. 175.

² Escreviamos em 1910.

fícios tem mantido uma categoria tradicional de melhor destino que o arruamento e casas do poente.

O passeio dos Loios é o pasmatório por excelência. O passeio dos Congregados também adquiriu um privilégio de pasmaceira, adstrito apenas às classes intelectuais—estudantes, literatos e artistas:—os seus botequins não tem deixado apagar a supremacia mental que lhes legou o antigo *Café Guichard*.

Quanto ao poente da Praça, esse ficou sempre, por influência ancestral, muito *Natividade*, muito *Entre-Vendas*, ficou sempre plebeu, tem casas de pasto, tem môscas, estação de trens, parlamento de cocheiros e rascoas, tem, finalmente, um mictório e mosquitos.

Desde 1834 a maior figura política no *pasmatório dos Loios* foi José da Silva Passos, vulgarmente «o Zé Passos», bacharel em direito como seu irmão Manuel e deputado às côrtes naquele ano: homem já de tanta influência no Porto que, contra a vontade do governo—como sabemos—havia sido presidente da câmara municipal.

É-nos facil reconstituir o seu perfil histórico, porque não faltam testemunhas fidedignas.

Teixeira de Vasconcelos di-lo «bondoso e familiar, vivendo na rua com todos e para todos, muito intelligente e versado nos negocios públicos, escriptor facil e claro, embora pouco correcto, sem vigor oratorio, mas fecundo na conversação

descuidada e íntima, e com certa malícia affectada, que o povo tinha por finura e que era apenas costume inveterado de esconder a franqueza natural ¹ . . . »

Quem isto dizia tratou muito de perto «o Zé Passos», era bom psicólogo e escritor consciencioso.

O retrato deve, pois, ser fiel.

Está nele caracterizado o político de acção, não homem de gabinete ou de tribuna como seu irmão Manuel, mas oráculo da rua onde se comprazia em viver e falar como se tivesse nascido na Grécia; fascinador da multidão pela familiaridade de maneiras e prontidão em servir; suficientemente malicioso para compreender que em política, assim como na diplomacia, a palavra é a máscara do pensamento.

Ainda em 1858 ele mantinha a influência que o levava ao parlamento. Nesse ano, um jornalista de Lisboa definia-o, o que concorda com o retrato feito por Teixeira de Vasconcelos, dizendo: «Intriga soffrivelmente. É sublime no mexerico, e dá duas palavras quando é preciso, antes da ordem do dia. É um liberal honrado ².»

Orador da Praça Nova, político da rua, não se sentia tanto à vontade em S. Bento como ao ar livre.

¹ *O prato do arroz doce*, romance, pag. 7.

² *Galeria parlamentar ou para-lamentar de 1858*, por Aprigio Fafes (Eduardo Tavares).

Ramalho Ortigão fez a caricatura literária de Zé Passos surpreendendo-o em plena popularidade:

« O Passos José, na sua casa da Viella da Netta, mantinha, por gosto de officio, um constante fermento de rebelião democratica; e verdadeiro *representative-man* da burguezia nacional, de cara rapada, grande gravata de seda preta á Directorio, barrigudo, de chapéu alto arrojado para a nuca, longa sobrecasaca aberta e voejante, calças de alçapão muito curtas nas pernas, transpirando sempre, deitando as palavras abundantes em borbotões pela bôca risonha e forte, elle frequentava com assiduidade o *pasmatorio dos Loyos* e o largo da Batalha, e ia regularmente de loja em loja, batendo no hombro aos logistas, desabotoando-lhes e abotoando-lhes os colletes, enfiando-lhes os dedos pelas botoeiras dos casacos, dando-lhes piparotes no estomago, e informando ao ouvido de cada *patriota eximio*, que era todo o mundo, sobre o estado da *causa*, expressão generica reunindo tudo o que se referia ao plano de subseqüentes *bernardas*. »

Este hábil agitador politico manobrou o leme dos liberais progressistas, na provincia do Douro, especialmente no Porto, desde as vésperas da « revolução de setembro » até às vésperas da convenção de Gramido.

Ele chega a Lisboa, com seu irmão Manuel e outros deputados eleitos por aquella provincia, no dia 9 de setembro de 1836. Durante a noite, a

guarda nacional proclama a constituição de 1822. Não se dispara um único tiro e a revolução está feita, « fez-se a si mesma » como disse Rebelo da Silva, e os dois Passos triunfam: Manuel é investido na pasta do reino. Em novembro a contra-revolução para restaurar a Carta sofre um malôgro rápido. O ministério da *Belemzada* não chega a entrar em exercício e os *setembristas* readquirem o poder. Manuel Passos sobraça as pastas do reino e da fazenda. José Passos trabalha ao lado do irmão: colabora no código administrativo, é sub-secretário da fazenda e sub-inspector do tesouro público. A *revolta dos marechais* fracassa como tentativa em favor da Carta. Os *setembristas* conservam o poder, mas um revés parlamentar, na questão dos sub-secretários de estado, afasta dele Manuel Passos, a primeira cabeça do seu partido. Sob a presidência do barão da Ribeira de Sabrosa organiza-se o último ministério setembrista, e, por fim, os cartistas restabelecem-se, Costa Cabral (António Bernardo) entra no governo, em novembro de 1839, é-lhe confiada a pasta da justiça.

José Passos volta para o Porto, recomeça a sua vida de luta, ei-lo no *pasmatório dos Loios*, ei-lo abraçando os lojistas, correndo de porta em porta, dando audiências na sua casa da Viela da Neta, atijando a coragem dos patriotas para a campanha eleitoral, com tanto maior ardor quanto o que desenvolvia José Bernardo da Silva Cabral,

enviado ao Porto por seu irmão António como galopim-mór, porque José Bernardo tivera naquela cidade banca de advogado e conhecia muito bem o terreno a explorar.

É curiosa esta coincidência de *irmãos* setembristas e cartistas, dois dos quais tinham o mesmo nome de baptismo: José Passos e José Bernardo.

Em 22 de março de 1840 efectuam-se as eleições gerais.

Na assembleia dos Congregados José Bernardo trava questão com o presidente da mesa, que era o vereador Dias Lima, a um gesto seu a tropa entra, dentro e fóra da igreja mais de setenta pessoas ficam feridas, ondas de povo espavorido enchem a Praça Nova: era já o terror cabralino em acção.

Dois anos depois, janeiro de 1842, José Bernardo prepara no Porto manifestações cartistas, que se realizam dentro do teatro de S. João. Passados dias, Antonio Bernardo, ministro da justiça, parte de Lisboa para aquela cidade, fazendo constar que vai a negócios particulares.

Desembarca. Esperam-no os amigos pessoais e politicos, algumas autoridades, e acompanham-no à Lapa, onde diz querer ir orar junto ao coração de D. Pedro. No dia seguinte, rija festança no teatro de S. João: pede-se e repete-se o hino da Carta. Por último, no dia 27, reúnem-se na Praça Nova alguns comparsas paisanos, fazendo côro às tropas da guarnição, e dentro do edificio da Câ-

mara representa-se uma comédia política: a restauração da Carta, na presença e com o aplauso do ministro da justiça, ele mesmo presidente do triumvirato restaurador ¹.

A revolta é essencialmente militar, António Bernardo, ministro em exercício, o seu cabecilha. As tropas acompanham-no em triunfo até Coimbra e, como a fortuna ajuda sempre os audazes, António Bernardo, regressando a Lisboa, toma, dali a pouco, a pasta do reino, fica sendo o chefe reconhecido do partido cartista.

¿Sabiam os outros ministros o verdadeiro fim da viagem de António Bernardo? Creio que sim, porque o presidente do conselho, Aguiar, mandou louvar as manifestações feitas no teatro de S. João.

Esta revolta escandalosa é chamada « a da Praça Nova. »

Em 1844, Passos Manuel, no parlamento, observava judiciosamente: « A Carta foi restaurada e com a sinceridade, que me caracteriza, digo que os homens da Praça-nova a proclamaram não para ser reformada mas para ser executada. »

Assim foi, em verdade, porque sem embargo do decreto de 10 de fevereiro de 1842 estabelecer que a Carta seria reformada por umas constituintes, António Bernardo apenas convocou as côrtes ordinárias.

¹ Esta trindade cartista a si mesma se denominou junta provisória e proclamou aos portugueses.

As eleições fizeram-se em 19 de junho.

José Passos, na ocasião em que entrava na assembleia da Lapa para votar, é rodeado por caceteiros cabralistas, que o empolgam e o levam de rojo pelas ruas. Era preciso ter o fôlego de José Passos para sair vivo deste atentado, que visava principalmente a afugentar da urna os setembristas, como em verdade aconteceu.

O governo dos Cabrais—José Bernardo era em 1845 ministro com seu irmão—tornara-se odioso, opressivo, e a revolução da *Maria da Fonte*, explodindo no Minho em maio de 1846, é um movimento popular, irrompendo das aldeias, ao contrário das revoluções precedentes, que tinham saído dos quartéis.

O governo julga poder sufocá-la e conservar-se.

António Bernardo, já então conde de Tomar, manda ao Porto seu irmão José, ministro da justiça, investido de poderes para exercer actos de violenta repressão. Foi como se um vendaval aticasse as lataredas populares. A revolução alastra para Trás-os-Montes e Beira, arde na Extremadura. José Bernardo prende no Porto José Passos, manda encarcerá-lo no castelo da Foz e, logo depois, tem de fugir para Lisboa, donde embarca para Cádiz com seu irmão António—ambos fugitivos.

A hidra do cabralismo parece esmagada, e contudo há-de reviver ainda.

Sucedese aos Cabrais um ministério Palméla, de acalmação como diríamos hoje, emoliente nos seus intuitos e processos. Vão fazer-se eleições gerais: espera-se que se realizem com moderação e paz. De repente, a rainha, mal aconselhada, repele os paliativos, as «aguas mornas» e calmantes, dá o golpe de estado de 6 de outubro, demite o ministério, suspende as eleições e envia ao Porto o duque da Terceira, como seu lugar-tenente, para impôr obediência à «emboscada do Paço».

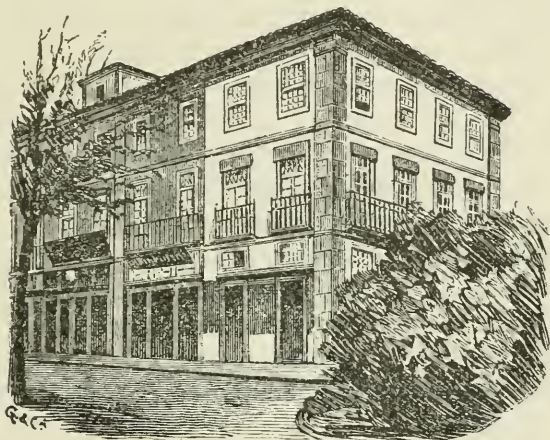
Por um telegrama do administrador do concelho de Vila Franca sabe-se no Porto o que se passára em Lisboa. Os ânimos excitam-se. «Era grande a affluencia de cidadãos—conta Teixeira de Vasconcelos—no passeio dos Loyos, desde o sitio em que a Porta de Carros fendêra as velhas muralhas do Porto até ao lugar onde eu ainda conheci mal respeitada do tempo e descurada pelos homens a torre quadrada da igreja de Santo Eloyo. Estava cheia de povo a Praça de D. Pedro ¹.»

José Passos é a alma da resistênciã.

O duque da Terceira, que já desembarcára e está almoçando no palácio da Torre da Marca, não exercerá as suas funções de lugar-tenente da rainha, assim o vai dizendo e jurando José Passos desde o governo civil pela rua de Santo António, Praça Nova, Clérigos, até ao quartel do Carmo.

¹ *O prato de arroz doce.*

A guarda municipal mostra-se favorável à reacção; artilharia 3 e infantaria 6 tambem.



*Antigo Café Guichard
na 3.^a, 4.^a e 5.^a portas, contando da esquina*

São postadas sentinelas em torno do palácio dos Terenas, para não deixar sair o duque. A paisanada acode ali em chusma. Lá dentro, no palácio, o duque convence-se de que o almôço fôra longo de mais, reconhece que tem de voltar pelo mesmo caminho, mas, oferecendo demora o embarque, e receando-se algum desacato, José Passos e outros conduzem o duque ao castelo da Foz, donde veio depois para a Relação.

Forma-se no Porto « a junta provisória do governo supremo do reino, em nome da nação e da

rainha » (quanto valeram a D. Maria II as atenções pelo seu sexo para lhe desculpar tantos erros!): é presidente o conde das Antas; vice-presidente José Passos, que exerce também as funções de ministro da fazenda e dos estrangeiros.

Estas duas pastas bastariam em tão difícil conjuntura para absorver a actividade dum homem. Mas José Passos é ouvido em todos os outros assuntos, alimenta o entusiasmo político dos patuleias, faz incessante propaganda, não perde a fé diante das maiores dificuldades, diante da defecção do barão de Casal, do «desastre» de Val Passos, da vinda da esquadra inglesa ao Tejo e dos navios espanhóis ao Douro, das ameaças de assédio ao Porto, da derrota de Bomfim em Torres Vedras.

Nada, absolutamente nada lhe entibia a fé revolucionária, tanto mais que tem a seu lado Manuel Passos trabalhando, apesar de doente, com igual dedicação pela causa comum.

Na gerência da pasta da fazenda José Passos impõe empréstimos forçados aos bancos e companhias do Porto, reúne recursos para um resistência de alguns meses. Na gerência da pasta dos negócios estrangeiros, sustenta activa correspondência com os representantes das nações interventoras.

Seabra e Brito retiram-se da Junta. José Passos mantêm-se lutando até ao último extremo, mas não pode suplantar a imposição das potências apoiada na força. Finalmente a 29 de junho de 1847 é assinada a convenção de Gramido, pela

qual ficou garantida a segurança dos habitantes do Porto e do exército da Junta.

José Passos ajudou depois a fundar a Regeneração para derrubar do poder, pela última vez, o conde de Tomar, que tinha assumido a presidência do conselho e a pasta do reino em junho de 1849.

Ainda em 1858-1859 teve assento na câmara dos deputados, mas a breve trecho a saúde do corpo e da alma começou a declinar, José Passos ficou reduzido a um morto vivo, cujo derradeiro alento se apagou na noite de 12 de novembro de 1863.

Os dois Passos, ambos nascidos no concelho de Bouças, eram quase filhos do Porto. Eu não conheci nem um nem outro. Manuel, o mais honesto, o mais produtivo, o mais tolerante e também um dos mais efémeros estadistas portugueses, havia falecido em Santarem no mês de janeiro de 1862.

Conheci, sim, outras figuras políticas preponderantes no Porto, o Faria Guimarães, o Pinto Bessa, o Correia de Barros, mas nenhum destes homens atingiu a popularidade de José Passos e, sobretudo, nenhum deles representou tanto no pasmatório dos Loios, nenhum reuniu na Praça Nova tamanha côrte de fanáticos ouvintes.

Assinada a convenção de Gramido, alguns soldados dos batalhões populares manifestaram o seu desgosto por aquele facto descarregando as espingardas contra as casas do largo dos Loios e da

rua do Almada onde sabiam residir indivíduos affectos ao govêrno de Lisboa.

O tenente-coronel do 2.º batalhão da guarda nacional, Nicolau Alves Pinto Vilar, « o Vilar das Hortas, » saiu à rua no intuito de fazer dispersar os amotinados.

Uma bala o prostrou à esquina das Hortas.

Este deplorável acontecimento pertence à crónica da Praça Nova, porque decorreu bem perto daquela Praça.

Um quarto de hora depois entrava na cidade o general espanhol D. Manuel de la Concha, depois marquês do Douro, e ocupava-a militarmente.

Apenas quero fazer ligeira menção dos acontecimentos políticos que deram assunto ao pasmatório dos Loios depois da restauração dos Cabrais em 1849: a revolta militar do Porto em abril de 1851 contra o governo cabralista, assinalada pela morte do coronel Cardoso, comandante de infantaria 2; a entrada triunfal de Saldanha naquela cidade e a quêda definitiva do conde de Tomar; a visita aos portuenses pela rainha, el-rei D. Fernando, príncipe real D. Pedro e infante D. Luís em 29 de abril de 1852; a morte de D. Maria II em novembro de 1853.

Por esse tempo publicava-se no Porto um jornal que se popularizou pela graça com que José de Sousa Bandeira o redigia: era o *Braz Tisana*. E cito este jornal para ligar a citação com outra do meu velho amigo *Bruno*: « O pasmatorio dos

Loyos» usufruía do privilegio das novidades, em tal e tanta maneira que até o noticiario do *Braz Tisana* se intitulava, caracteristicamente, « Boletim do pasmatorio dos Loyos ¹. »

Lembraremos agora que, consolidada a *Regeneração*, o país começou a refazer-se das suas longas agitações políticas. A vida nacional entrou num período de paz, que nos permite voltarmos folgadoamente para os aspectos mundanos da Praça Nova.

Ficou célebre até hoje o *Café Guichard*, estabelecido nos baixos do edificio dos Congregados, ao correr da Praça, duas portas adiante da esquina que torneja para o templo.

Era um botequim de literatos e políticos. Nisso consistiu a sua única celebridade, porque tanto no interior como no exterior não desdizia do tipo primitivo dos botequins provincianos.

Os escritores residentes em Lisboa, quando iam ao Porto, desfechavam adjectivos crueis à modéstia franciscana do *Guichard*. Julio César Machado chamou-lhe feio. Gomes de Amorim comparou-o a uma taberna inglesa.

E não era porque os lisboetas estivessem habituados a ver luxuosos botequins na capital. O *Marrare*, em pleno Chiado, apenas se recomendava materialmente pela armação de madeira envernizada, donde o dizer-se *Marrare do Polimento*.

¹ *O Porto culto*, tomo I, pag. 5.

No Porto havia pelo menos um botequim melhor do que o *Guichard*. Mas tão célebre, não.

Em 1851 escrevia o noticiarista da *Semana*, excelente periódico literário de Lisboa:

«Abriu-se um café na rua de Santo Antonio, da cidade do Porto, que dizem os jornaes e correspondencias ser uma coisa que á vista do Marrare de Lisboa é o mesmo que comparar o Salitre a S. Carlos! A architectura, a mobilia e o serviço são de um luxo e gosto de primor. Lá chamam-lhe o Marrare por ironia. Quando teremos nós disto em Lisboa?»

Devia ser o café contíguo ao portão do Circo. Que ingénuos tempos lá vão! Os portuenses, afeitos à pirangaria do *Guichard*, acharam sumptuoso o novo botequim da rua de Santo António; e os lisboetas invejavam-no com uma pontinha de ironia mansa.

Dos escritores que frequentaram o famoso café da Praça Nova fala Ramalho Ortigão, rendendo calorosa homenagem aos «ultimos rapazes que souberam conversar no Porto». Eram, cita-os ele, Camilo Castelo Branco, Evaristo Basto, António Girão, Arnaldo Gama, Coelho Lousada, Amorim Viana, Delfim Maia, Augusto Soromenho, Ricardo Guimarães (depois visconde de Benalcanfôr ¹).

Posso acrescentar esta lista de Ramalho com al-

¹ *Gazeta litteraria do Porto*, pag. 18; *Farpas*, 2.^a edição, vol. 1.^o, pag. 163.

guns nomes que me ocorrem agora: Faustino Xavier de Novais, António Aires de Gouveia, Camilo Aureliano da Silva e Sousa, e o próprio Ramalho Ortigão, óptimo conversador.

Outros nomes esquecerão ainda, porque no *Café Guichard* abancaram quase todos os homens de talento que constituíram a antiga geração romântica do Porto.

Aos políticos faz graciosa referência Faustino Xavier de Novais:

Se eu fôra *politicão*
D'estes que vão p'ra o Guichard,
Sem dôr o peito rasgar,
Dar á patria o coração...¹

Um destes políticos era José Passos e seria em aiguma «cavaqueira» do *Guichard* que ele convidou Camilo a escrever, sob sua influência, a *História da Junta do Porto*.

Camilo não escreveu, e fez bem. A história política requiere tanta serenidade e independência, que por isso mesmo é a mais difficil de todas as histórias para um escritor contemporâneo. Hoje, sessenta e tres anos depois, tornou-se conhecido o catálogo dos documentos manuscritos que José Passos teria posto à disposição de Camilo: estão na Biblioteca Publica do Porto. Contudo ainda

¹ Versos escritos em 1850 num álbum e publicados em 1854 no *Bardo*.

ninguém meteu ombros à empresa de escrever a história da «Junta». O livro do sr. Teixeira de Macedo ¹, que examinou alguns papeis de Manuel e José Passos, é interessantemente noticioso, mas não se lhe pode chamar a história daquela época. *A Maria da Fonte*, por Camilo, é uma crónica pinturesca de impressões pessoais, muito àquê m do propósito e do plano dum historiador político.

Entre os literatos que frequentavam o *Café Guichard* não aparece o nome de Soares de Passos.

Este ilustre poeta foi um dos quatro portuenses notáveis que nasceram em prédios confinantes com a Praça Nova, a saber: ele; José Frutuoso Aires de Gouveia Osório; António Aires de Gouveia, hoje arcebispo de Calcedónia; e D. Ana Augusta Plácido (viscondessa de Correia Botelho.)

Não vi nunca Soares de Passos, mas conheci pessoalmente seu irmão Custódio, e deste sabia eu que também era poeta distinto, pelo que me dizia o professor Augusto Luso, seu amigo íntimo.

Eu via-o quase todas as tardes sentado num banco de pinho à porta do estabelecimento, uma drogaria, que por morte do pai ficára dirigindo.

Era um homem pálido e triste, concentrado— não o seria menos que o autor do *Firmamento*—; apenas conversável entre amigos, Augusto Luso e poucos mais, que ao fim da tarde costumavam sentar-se a seu lado no mesmo banco de pinho.

¹ *Traços de historia contemporanea.*

Que bons tempos de simplicidade... patriarcal!

Soares de Passos e António Aires de Gouveia, ambos filhos de negociantes e destinados por seus pais ao comércio, educação tradicional do Porto naquela época, obtiveram, não sem muita diligência de parentes e amigos, ir frequentar a Universidade.

Por isso já eram maiores de vinte anos quando ambos chegaram a Coimbra, contentes, felizes de se vêr libertados duma carreira que lhes asfixiava a vocação literária, até então apenas cultivada às ocultas, no segrêdo de amigos.

Todos os bons pais portuenses, maióormente na classe comercial, eram implacáveis na sua repugnância aos versos que os seus filhos pudessem compôr ainda que por mero desenfado.

Na minha mocidade conheci Joaquim Pinto Ribeiro Junior e José Dias de Oliveira, filhos de negociantes. Nunca seus pais consentiram que os felicitasse alguém pelo talento literário dos filhos, conquanto ambos fossem poetas distintos, Pinto Ribeiro maior que Dias de Oliveira.

Literatos, poetas sobretudo, não davam carreira direita. Tal era a opinião dominante no Porto. E o caso é que a opinião, em cem vezes, acertava noventa e nove.

Soares de Passos e António Aires foram habitar em Coimbra uma *república* na rua dos Militares, onde tiveram por companheiro outro patrício

tambem poeta como eles: Alexandre Braga, nascido na rua da Banharia.

Soares de Passos convivia com estes e poucos mais estudantes. Ao seu génio melancólico desprazia a comunicação discursiva da vida académica. Os seus passeios predilectos eram os ermos que por entre olivais ou salgueiros fecham a moldura da cidade. Mas bastava-lhe como regalo do espírito a liberdade de poder compôr as suas estrofes sem reserva nem dissimulação. Em Coimbra o estudante que não é poeta deseja parecê-lo. Não há lá quem censure os versos alheios... excepto quando os versos são maus. Ora os de Soares de Passos denunciavam uma verdadeira organização de poeta, uma individualidade doce e triste, penetrada de ideais castos e etéreos, irrealizáveis na terra. Este género de poesia fôra iniciado em Portugal pelo lirismo saudoso de Bernardim e Camões, mas Soares de Passos personificou-o tão completa e notavelmente, que bem se pode chamar-lhe «o poeta do além.»

De mais a mais a ele pertence, e não aos que vieram depois, a accepção metafísica do vocábulo «além» como sinónimo de vida futura em linguagem portuguesa:

Sentir os teus olhos serenos, em calma,
Fallando d'alem:
*D'alem! d'uma vida que sonha minha alma,
Que a terra não tem.*

O Porto começou a conhecer os versos do «filho do droguista da Praça Nova» em 1852 pelo *Bardo*, jornal de poesias inéditas.

Independentemente da opinião das suas famílias, a mocidade portuense lia, relia, decorava *O Noivado do sepulcro*, que foi a primeira composição de Soares de Passos publicada no *Bardo*.

Seguiram-se outras que não decaíram no agrado público.

Em 1854 visitou Castilho o Porto na sua afanosa cruzada do *Método Português* e organizou ali, aos sábados, saraus literários a que concorriam os poetas portuenses.

Seriam certamente os esforços dos irmãos Lusos, muito entusiastas de Castilho, que lograram levar Soares de Passos logo ao primeiro sarau e aos outros quatro que se lhe seguiram.

A consagração do poeta foi unânime e fortemente na assembleia dos seus confrades.

Mas não desvaneceu Soares de Passos que, depois de concluída a formatura em direito, vivia retirado da sociedade, num estreito círculo de amigos que o procuravam em casa.

A clientela do *Guichard* não o contava no seu número, e contudo o poeta residia a dois passos do *Guichard*.

Pouco verboso, pouco expansivo, Soares de Passos, se alguma vez tivesse entrado naquele ruidoso café, sentir-se-ia constrangido como num país estranho e insalubre.

Em 1855 Soares de Passos colaborou na *Grinalda*, cancionero portuense que appareceu nesse ano, e em 1856 no *Novo Trovador* que António Aires fundou em Coimbra.

Justamente em 1856 saem colleccionadas em volume as suas *Poesias*, que são recebidas com geraes louvores. O severo Herculano, desenrugando a fronte, lera-o e felicitara-o com excepcional entusiasmo. As ruas e as salas cantavam-lhe as baladas em serenatas e serões. Os cegos andantes estropeavam-no por feiras e romarias.

Na 8.^a edição feita no Porto em 1893 pelos livreiros Lelos—edição em papel inferior e algum tanto descurada na revisão tipográfica ¹,—entraram composições estranhas à collecção reunida pelo autor.

Uma delas canta o Porto e oferece-nos citações que dizem respeito à Praça Nova, memórias que o poeta tinha diante dos olhos como próximo vizinho.

Alude às forcas de 1829 quando diz :

¹ A data do falecimento do poeta, inscrita por baixo do retrato, não está certa. Na poesia *Noivado do sepulcro* saiu um verso assim desvirtuado:

E o olvido cobrirá meus ossos.

O peor é que estes desastres se repetiram na edição de 1909, a qual, feita em melhor papel e formato, é prefaciada pelo dr. Teófilo Braga.

Raiou o dia do pranto,
 Ó nova Jerusalem . . .
 Não vês trajar negro manto
 A liberdade tambem? . . .
 Não vês . . . não vês decepadas
 Cabeças ensanguentadas,
 Palpitando desgrenhadas
 Nos postes aqui e alem?! . . .

Mas a expedição do Mindêlo desembarca e os instrumentos de suplício são demolidos nesse mesmo dia :

Eil-os correndo a teus braços
 Muros a dentro já são ;
 Das masmorras em pedaços
 Estala o ferreo portão.
 Eil-os á praça chegados . . .
 Os cadafalsos alçados
 Por mil hombros derrubados
 Cahem prostrados no chão.

Soares de Passos, ao contrário do que pode parecer, refundia os seus versos. Afirmou-mo o editor Cruz Coutinho e verifica-se pelas modificações que, por exemplo, sofreu o *Noivado do sepulcro*. Contudo o poeta não é impecável. Tem manchas como o sol ¹.

¹ Apontaremos alguns versos prosaicos e defeituosôs :

Hoje abatida, sem poder, sem nada.
 Foi lá, n'essa rocha solitaria.
 Bem como o sol anima toda a natureza.
 Pelo bafo da inveja emmurchecido.

O advérbio lá é uma «cunha» de que Soares de Passos abusa.

Um dos seus lapsos de técnica — rima imperfeita — é manifestação atávica de pronúncia minhôta :

Chora, sim, como chorava
O povo que suspirava
Pela misera Sião,
Ou como na soledade
Suspirava de saudade
A corrente do *Cedron* ¹.

Os avós paternos de Soares de Passos eram minhôtos: o avô nascêra na freguesia de S. Vitor da cidade de Braga e a avó na freguesia de S. Miguel de Soutelo da mesma arquidiocese.

Mas o brilho do sol atenua as suas próprias manchas. É preciso tambem lembrar que o poeta viveu apenas 33 anos, ientemente combalido pela tuberculose pulmonar que o vitimou ²; que um malogrado poema de amor ideal, ainda hoje misterioso, lhe amargurou a mocidade; que desgostos de outra ordem, como o de se vêr preterido num concurso aberto na Biblioteca Pública do Porto, lhe quebrariam ainda mais o espírito abatido; que, numa palavra, a sua obra de arte, a sua missão

¹ Na 8.^a edição, pag. 109.

² Às 8 horas da manhã de 8 de fevereiro de 1860. O respectivo termo tem o n.º 32 no obituário da freguesia de Santo Ildefonso relativo áquele ano.

de poeta, ficou em meio caminho, foi apenas um relâmpago, brilhantíssimo, mas efêmero como todos os relâmpagos.

Soares de Passos é uma das mais queridas e mais puras glórias literárias do Porto. As gerações que se vão sucedendo sabem de cór os seus versos, que já correm em 9.^a edição, e que os jornais e os almanaques reproduzem muitas vezes. O exemplo da sua vida íntima, rebatida a falsa lenda, que por confusão lhe atribuiu ¹ uma aventura escabrosa em Coimbra, é duma limpidez cristalina, quase a dum santo, como foi depois dele a de Almeida Braga no Minho.

O seu jazigo, no cemitério novo da Lapa, inspira ternura às mulheres, respeito aos portuenses ilustrados, interesse a todos os viajantes ilustres.

Direi agora que os dois irmãos Aires de Gouveia, José e António, nasceram numa casa, muito humilde, quase fronteira à igreja dos Congregados e encostada à muralha da cidade, que exactamente aí servia de paredão ao mirante das freiras beneditinas.

Lembro-me muito bem dessa bocêta, honrado berço de dois homens que exerceram o magistério

¹ Recolhi a este respeito o testemunho do sr. arcebispo de Calcedónia, que me reconstituiu todo esse conflito coimbrão e me deu a conhecer os nomes das verdadeiras personagens.

superior: José Frutuoso Aires de Gouveia Osório na Escola Médica do Porto; António Aires de Gouveia na Universidade de Coimbra.

Tambem me lembro muito bem do pai, o velho Frutuoso José da Silva Aires, e de o vêr labutar no seu exíguo estabelecimento comercial, onde havia grande azáfama, principalmente nos dias de feira.

José Frutuoso, depois de formado em medicina e filosofia pela Universidade de Coimbra, foi doutorar-se médico na Universidade de Edimburgo, donde trouxe um certo *aplomb* inglesado, que nunca perdeu.

O seu *dilettantismo* literário, menos fecundo e duradoiro que o de António Aires, não era despreciando. Camilo classifica maviosíssima ¹ uma poesia de José Frutuoso publicada na *Lyra da mocidade* (1849). Não a li nunca, mas conheço outra, *A manhã* ², em que a consoante acode pronta e o ritmo deriva cantábil.

O sr. doutor António Aires teve mais longo estádio nas belas-lettras que seu irmão José, e demorou por Coimbra no convívio dalgumas gerações de poetas, que lhe iam prolongando a mocidade do espírito.

Quero deixar arquivado nestre livro ao menos um trecho da sua obra poética. Recorio, ao acaso,

¹ *Cousas leves e pesadas*, penúltima página.

² Na *Lisia poetica*, tomo I, pag. 310 (1848).

duas estrófes da composição *O mosteiro em ruínas*:

E eu era só: por entre a vasta ossada
Da igreja em terra e do inosteiro antigo
Vagava — como espectro — sob a arcada,
Do velho frade em busca do jazigo ;
 Embalde o procurei !
Cançado alfim, no capitel da nave
Que entre as ruínas pallida cahira,
 Absorto me sentei ;
E, qual o nauta resa sobre a trave
Que ao rochedo da praia o conduzira,
 Triste resei.

Cada columna do logar cahida,
Cada arêa espalhada do cimento,
Cada pedra dos pulpitos partida,
Cada lousa desfeita no moimento,
 Cada estatua gentil,
Era a meu vêr, inda entre o pó sorrindo,
Como folhas de Biblia sacrosanta
 Que em brinquedo infantil
Rapaz travesso espadaçára rindo :
E minh'alma chorou de ruina tanta
 O feito vil.

Recordarei também um trecho de prosa sua, que são memórias de família, da casa onde o autor nasceu e das tragédias políticas da Praça Nova.

Esse trecho vou buscá-lo ao sermão que para a solenidade das Dores nos Congregados compôs e não recitou, mas imprimiu em 1909, o sr. D. António Aires de Gouveia.

« Quem ha oitenta annos atrás — diz ele — oitenta longos annos, olhasse d'aqui de onde estou (*no pulpito*) podia ver, sem aquelle guarda-vento acolá, que impede a vista e nessa epoca não existia, podia ver ou, mais exacto, via pela porta da igreja, no sitio onde se vem erguendo a estação ferro-viaria, uma habitação modestissima encostada á antiga muralha já desaparecida, que servia de cerca ao convento ¹ em que, durante seculos, tantas virgens recolhidas elevaram a Deus contínuas preces pela paz e grandeza d'esta nossa boa cidade.

.

« Vinha eu referindo o que via então qualquer d'aqui, e acrescento agora que podia tambem ver não raras vezes, a uma janella d'essa pequena morada, uma honesta dona de casa, rezando humilhada, com a vista fita naquele altar (*o de Nossa Senhora das Dores*) que de lá se descobria perfeitamente e com uma criancinha nos braços. Ora, essa boa mulher de provada crença catholica, era minha mãe, minha saudosa mãe; e eu, este decrepito prégador, o filho que estreitava amorosamente ao seio.

« . . . d'essa mesma janella, onde na infancia e na puerícia me doutrinou as suas devoções, tambem nesse mesmo anno, pois completam-se dentro de uma semana os ditos oitenta annos volvi-

¹ De freiras beneditinas.

dos, se poderia ter visto, se a commiseração, o horror, a rebeldia da natureza commum, não impedissem repugnantissimamente a visão, não afastassem repulsivamente a presença de toda a pessoa sensível e morigerada, o horrivel desfile do primeiro dos dois prestitos lugubrememente nefarios que, nesse fatal anno, a superior autoridade soberana com os seus tribunaes e justiças, o seu poderio militar e civil, os seus engenhos de estrangular e os seus carrascos trouxe da cadeia da Relação, passeando-os ostentosamente nas ruas consternadas, até aos abominaveis supplicios da proxima vizinha Praça Nova ou de D. Pedro.»

Dêste espectáculo sinistro, gravado na memória desde a infância, resultou ser o sr. D. António Aires o deputado que primeiro apresentou ao parlamento portuguez um projecto de lei abolindo a pena de morte ¹.

Vem agora a talho de foice referir-me a D. Ana Augusto Plácido, que nasceu num prédio da Praça Nova—di-lo a certidão de baptismo—mas não sei qual fosse o prédio.

E logo acode outra memória, muito oportunamente.

Quase um ano antes do falecimento de Soares de Passos, o pasmatório dos Loios tinha presenciado certo successo, que tambem dizia respeito a

¹ Em 1863. Vejam-se as noticiosas páginas do erudito *Bruno*, a este respeito, no tomo II dos seus *Portuenses illustres*.

um escritor, mas que não rescendia a essência dos jardins celestiais como os versos daquele malogrado poeta.

Era tudo quanto podia haver de mais terreno e mundano: era, segundo a linguagem crua do pasmatório indignado, um grande escândalo.

Camilo Castelo Branco, já tão conhecido no *Café Guichard* e na Praça Nova, depois de haver fugido para Lisboa com a mulher do negociante Manuel Pinheiro Alves, voltára inopinadamente ao Porto com a sua cúmplice e apareciam ambos numa janela do *Hotel do Cisne*.

Ora o *Hotel do Cisne* ocupava o segundo andar do prédio que, no quarteirão dos Congregados, faz esquina para a Praça Nova e para a rua Sá da Bandeira.

Era ali a «bôca do lobo» onde Camilo e Ana Plácido se tinham ido meter para que o pasmatório dos Loios, os *habitués* do *Guichard* e do novo *Café Portuense*, os *lazaroni* dos bancos da Praça, *tout le monde et son père* os pudessem devorar a tragos de crítica austera.

Loucura ou provocação? tal era a pergunta que se fazia a opinião pública do Porto olhando assombrada para a janela do *Hotel do Cisne*.

E o burguês tripeiro, sempre desconfiado de poetas e mal avindo com poesias, já confessava preferir o *Noivado do sepulcro* ainda que mal o entendesse, ao *Noivado do Cisne*, que ele entendia muito bem.

Aconselhado por amigos, Camilo abandonou aquele *hotel*, levou D. Ana Plácido para a Foz, onde o escândalo não foi menor. Depois tornaram ambos para Lisboa.

D. Ana era pronunciada na comarca do Porto, pelo crime de adultério, em março de 1860. Vindo para o norte, onde Camilo não tarda a reunir-se-lhe, voltam desorientados ao Porto.

Decorre abril e só em maio fôra Camilo pronunciado.

Conta o romancista nas *Memorias do carcere* :

« Em uma risonha tarde de maio de 1860 chilreavam as aves o seu hymno crepuscular e de despedida ao formoso sol d'aquelle dia. Os corêtos dos alados cantores eram as amoreiras e acacias floridas da praça de D. Pedro, as quaes vaporavam de suas urnas de branco e rosa aromas suavissimos. Por entre o arvoredado se andavam passeando e deliciando os amantes da natureza ; e ella, d'elles namorada, parecia guardar-lhes para a noite os seus enfeites de mais primor, como fina amante, que mais se poetisa e doura, e enternece ao pallido luzir das estrellas.

« E estava eu contemplativo e devaneando n'isto, quando a carta de um amigo me avisou de uma sentença que me privava de contemplar as acacias, e aspirar os aromas, e escutar arrobado os hymnos das aves. Ao aviso accrescia o conselho da immediata sahida do Porto, antes que os aguazis me levassem a sitio onde os perfumes

das arvores em flor da Praça de D. Pedro deviam chegar muito degenerados. »

Nunca os pardais da Praça Nova, antes e depois, se viram tratados com mais requebrados donaires de linguagem e estilo. Ainda hoje a pardalada daquela Praça se pode gabar de terem os seus ascendentes merecido uma honra idêntica à do pardal feliz celebrado por Catulo.

Quanto ao arvoredado há na referência de Camilo uma injusta omissão. Os aromas mais penetrantes deviam ser os das magnólias grandiflóras, que floresceram ali até ao ano de 1883 e foram derrubadas... em homenagem a D. Pedro IV, à Carta, e à dendroclastia lusitana.

Já agora sou levado a dizer como é que D. Pedro IV substituiu Pilatos neste crêdo das magnólias.

O dia 9 de julho, aniversário da entrada do exercito libertador no Porto, foi declarado de grande gala em todo o reino por decreto de 26 de junho de 1833, a pedido da comissão municipal, que se dizia intérprete dos sentimentos da cidade.

No ano de 1862 escolheu-se aquele dia para a colocação da pedra fundamental do monumento que por subscrição da câmara e dalguns capitalistas ia ser erigido na Praça Nova em honra do Rei-Soldado.

Realizou-se essa cerimónia solenemente às 6 horas da tarde, sendo D. Luís I representado pelo general Passos, seu ajudante de campo.

No concurso para a apresentação de projectos

tinha tido a preferência o do escultor Anatole Calmels, residente em Lisboa.

Alguns meses depois iniciou-se a construção do pedestal, que fôra confiado ao canteiro Joaquim Antunes dos Santos e que se torna notável por dois baixos relevos em mármore de Carrára.

Dêstes, o que fica à direita da estátua reproduz o momento em que o Imperador, tendo desembarcado perto do Mindêlo, entrega ao comandante do batalhão de Voluntários da Rainha a bandeira bordada pelas damas do Faial ¹. O outro, à esquerda, evoca o momento em que a câmara municipal recebe o coração de D. Pedro.

Todas as personagens que figuram nos dois baixos relevos estão fielmente retratadas e a escultura é primorosa.

Junto à cornija do pedestal, na face voltada ao sul, vêem-se as armas da casa de Bragança e esta singela inscrição :

A
D. Pedro IV
a
cidade do Porto
1866

¹ Esta bandeira, que D. Pedro IV condecorou com a ordem da Torre e Espada, foi entregue à câmara do Porto em 16 de maio de 1863 e acompanhada pelos últimos Voluntários sobreviventes. Conserva-se dentro de uma *vitrine* no salão nobre do edifício.

Na face do norte está esculpido o brasão da cidade.

A estátua equestre foi fundida em Bruxelas por contrato com uma companhia belga.

O Imperador está fardado com o uniforme de coronel de caçadores 5 — o mesmo que sempre usou durante o cêrco do Porto e que também se conserva dentro de uma *vitrine* no edifício da câmara.

Este uniforme completa-se com um paletó militar a que se dava o nome de *poláca*.

Na mão esquerda, D. Pedro sustêm a rédea do cavalo e com a direita apresenta, meio desenrolada, a Carta Constitucional.

O monumento, cuja máxima altura são dez metros, custou 30 contos de reis, números redondos.

Não tem grandiosidade; mas é adequado às dimensões e aspecto da Praça.

A inauguração solene celebrou-se, pomposamente, em 19 de outubro de 1866.

À noite as iluminações atraíram à Praça Nova imensa concorrência de famílias. Lembro-me muito bem dessa noite e da improvisada plateia onde muitas cadeiras do Asilo de Mendicidade pareciam modestos plintos em que assentavam lindos bustos de Graças portuenses.

Também lá caiu a estudantada toda: cigarro bréjeiro na bôca, ternura romântica nos olhos, sonhos côr de rosa na alma, cotão nas algibeiras... o que mais seria preciso para que essa noite



O monumento a D. Pedro IV na Praça Nova

de música e de platonismo não esquecesse jãmais
aos novos que a passaram na Praça Nova?

Ficou desde então o costume de festejar com iluminações em tórno do monumento a noite de 9 de julho, e o costume subsistiu, postoque muito reduzido no aparato que tivera.

Aqui é que bate o ponto das magnólias.

Em 1883, porém, indo já meio século decorrido sôbre a data gloriosa do Mindêlo, as festas de 9 de julho tiveram maior revivescência, e a câmara municipal, «com a boa intenção» de desafogar o recinto da Praça e o brilho das iluminações, mandou abater algumas árvores, entre elas as magnólias famosas.

Bem certo é que de boas intenções está o inferno cheio.

O monumento tem sido desde a sua inauguração resguardado por uma grade de ferro; mas a que servia de contórno a toda a Praça, cujas entradas eram pelos quatro ângulos, foi retirada há anos.

E eu — perdoem-me confessá-lo — gostava de ver a Praça Nova naquele seu aspeito clássico, direi assim, melhor arborizada do que hoje, com muitos chilidos de pardais na copa das árvores, fechada dentro da grade de ferro, ao pé da estátua uma guarita; ao pé da guarita uma sentinela — o que tudo desapareceu já, menos a estátua... por não ser de fácil remoção.

Se eu recordo com saudade as noites festivas de 9 de julho na Praça Nova, também não deixo de recordar, talvez com maior firmeza de memó-

ria, e ainda com uma vaga impressão de pavor, a noite trágica de 11 de outubro de 1860, em que os edificios da Câmara, dos Congregados, dos Loios, e todos os outros edificios convezinhos, eram sinistramente iluminados pelos clarões sanguíneos de labaredas enormes que serpejavam no ar por entre novêlos de fumo.

Ardia o grande prédio que faz esquina para a rua de D. Pedro e para a rua Sá da Bandeira.

As suas lojas eram ocupadas pelo estabelecimento comercial de Florindo José Teixeira Guimarães.

A familia da casa foi acordada pelos bombeiros quando já as chamas envolviam o prédio todo.

Pudera salvar-se a esposa daquele negociante, mas, vendo que lhe faltavam os seus dois filhinhos, retrocedeu a procurá-los. Voltava com eles nos braços, e já estava perto da rua, quando uma derrocada sepultou mãe e filhos à vista de todos os espectadores.

Os cadáveres carbonizados foram no dia seguinte removidos dos escombros e estiveram expostos na Capela dos Três Reis Magos, aonde quase todos os portuenses concorreram a levar-lhes as lágrimas e orações da piedade cristã.

Ainda uma nota emocionante: a mulher de Teixeira Guimarães estava no último período de gravidez.

Ficou memorável êste incêndio entre os maiores

do Porto, especialmente por aquele pungentíssimo drama de ternura e dedicação maternal.

Voltemos a página de tão lutuosa efeméride.

O escritor portuense Ricardo Guimarães (visconde de Benalcanfôr) que eu vim a conhecer em Lisboa, porque ele já não residia no Porto quando eu era rapaz, descreve a vida de um seu herói de novela ¹, dizendo: «Na *Praça Nova* dava o braço a Passos José, o Ócónnell da revolução do Minho, e a Evaristo Basto, o malogrado folhetinista portuense, de uma inexaurível veia caustica. Era íntimo do Basto do *Nacional* e do Nascimento Leão.»

Eu não conheci os dois primeiros dêstes quatro frequentadores da Praça Nova. Já o disse quanto a José Passos; Evaristo Basto, o espirituoso «implantador do folhetim *revista semanal* no Porto ²,» creio que pouco saíria de casa desde 1856, em que sofreu um desastre ³, até 1865, ano em que faleceu.

Mas conheci de vista o Basto do *Nacional* — José Joaquim Gonçalves Basto — e o camarista António José do Nascimento Leão, político muito em evidência no grupo Pinto Bessa.

Aqui estou pois chegado à época em que poderei falar da Praça Nova como quem a viu dia a

¹ *João de Aboim*, conto de costumes portuenses, no livro *Realidades e Phantasmas*.

² *Óbolo ás crianças*, pag. 165.

³ *Idem*, pag. 186.



A Praça Nova depois de 1866

dia, e conheceu, se não tratou, todos os homens de considerada posição social que mais assiduamente a frequentavam.

Apenas faço excepção para os *brasileiros* empavonados, que só eram pessoas conversáveis nos Bancos e nos cambistas. Nunca lhes ouvi a prosa financeira.

Mas sabia o livro negro de alguns: andava de bôca em bôca na Praça Nova. Por exemplo: «Hontem á tarde estava eu na *Praça de D. Pedro*, e vi passar tres equipagens de tres nobres. Não conheci os brazões, e importunei um amigo pedindo-lhe a significação heraldica das armas, que eu não tinha visto na sala de Cintra. O meu amigo contou-me tres historias, justamente tres historias como o doutor-negro as contára a Stello. A primeira foi a de um fabricante de moeda falsa; a segunda dizia respeito a um negreiro; a terceira era a chronica de um assassino, que sepultara nos subterraneos do seu palacio, que fora convento, a ossada de um hospede, e o segredo de dois milhões de cruzados ¹. »

Sim, no caleidoscópico da Praça Nova volteava tambem o Milhão, e os burgueses cumprimentavam-no veneravelmente, não obstante, quando os milionários viravam costas, comentarem, com os fregueses e os vizinhos, a história escura de cada um.

¹ Camilo. *Scenas innocentes da comedia humana*, pag. 38.

CAPITULO V

RECORDAÇÕES DE UM SÁBIO E OUTRAS PESSOAS ILUSTRES

Aspectos da Praça Nova em 1868—O «Café Portuense» e a mesa dos poetas—História duma poesia de Guilherme Braga—O atelier de Mesdames Ferin—A grissette de toda a parte, especialmente a do Porto nessa época—Livraria da Viuva Moré e os seus frequentadores—Fauna social da Praça Nova—A falsa lenda de Amorim Viana—Camilo em tres fases da sua biografia mundana—Cavaleiros e cavalos—O governador civil e outras pessoas conhecidas—Duas anedotas de «Julio Diniz»—A Praça Nova aos domingos—Quando as senhoras ali passavam—De como os namorados de hoje em dia são bem mais felizes—E compensações suaves aos que o não foram tanto, mas envelheceram consolativamente.

Aí por 1868 o quarteirão dos Congregados bem poderia denominar-se o quarteirão dos relojoeiros, não porque estes industriais escaceassem em outros arruamentos da cidade, mas porque ali havia dois que se recomendavam por circunstâncias especiais.

Um deles era suíço, chamava-se Geremy Girod, gôrdo e côrado como a sua atuxada e rubicunda esposa, a tal ponto que mal podiam caber ambos na mesma janela.

Não era isto apenas o que o recomendava à atenção pública.

O seu estabelecimento estava copiosamente fornecido de relóios e cronómetros vindos de Genebra e Neufchâtel, que como se sabe são os melhores do mundo; além disto, sobresaía na fachada do prédio um relógio-monstro, que dava nas vistas e nos ouvidos de toda a gente, por atingir as dimensões dum enorme queijo Gruyère, visto de perfil, em pé, e por bater as horas com o timbre forte de uma sineta bem afinada.

Este Girod teve grande voga, quero diser, tamanha clientela, que montou no largo de S. Domingos uma sucursal da sua afamada relojoaria.

O outro relojoeiro era Germano Courrege, que não dispunha de tanto capital como Girod, mas cuja loja se tornou o estádio predilecto de quantos actores, escritores e músicos célebres iam de Lisboa ao Porto.

Via-se nos jornais que tinha chegado Taborda ou Isidoro, ou ambos eles; Artur Napoleão ou Eduardo Garrido.

Ninguem, para os encontrar, tratava de saber em que *hotel* estivessem; era muito mais simples ir procurá-los à relojoaria Courrege. Lá se apanhariam com toda a certeza.

O quarteirão dos Congregados rematava na esquina sul pelo depósito de tabacos da Companhia de Xabregas, onde tambem se fazia a venda do papel selado; no ângulo do norte pelo *Café Portuense* (hoje *Suisso*), cujas estátuas e espelhos mereceram elogios a Pinheiro Chagas, mas cuja luz austera lhe desagradou.

Neste *Café Portuense*, então propriedade do velho Chaves, que, segundo dizia Guilherme Braga, se parecia muito com Vitor Hugo — apenas, talvez, por ser gordo e velho... — uma das mesas era todas as tardes circundada pela nova geração literária do Porto. Digo nova, porque, em relação àquele tempo, já se ia esboçando vagamente outra geração... novíssima.

Os da *nova* eram Guilherme Braga, Custódio José Duarte, Ernesto Pinto de Almeida, Pedro de Lima, Alexandre da Conceição e José Dias de Oliveira.

Alguns dentre eles deixaram referências ao seu grupo e ao seu poiso habitual no *Café Portuense*.

Guilherme Braga numa poesia dedicada a Ernesto Pinto de Almeida ¹; Pedro de Lima no prefácio à tradução de *Atala* por Guilherme Braga; Alexandre da Conceição em o livro *Notas, ensaios de critica e de litteratura*.

Estes dois últimos especializam um facto, que

¹ *Heras e violetas*, XVIII, pag. 59.

bem autêntica os fóros literários de que então gozava aquella célebre mesa.

As duas versões são essencialmente a mesma.

Tomemos, portanto, só uma, a de Alexandre da Conceição:

«Um dia, de tarde, encontrei-me com Guilherme Braga no antigo Café Portuense, theatro das nossas conferencias litterarias, e conversando fallei-lhe do livro de Theophilo Gautier—*Viagens a Constantinopla*—cuja leitura pelos primores do estylo, calor de imagens e robustez de colorido me estava então impressionando. Conteí pois as impressões da leitura e sobretudo a descripção primorosa que Gautier faz de uma noite no Bosphoro. Guilherme Braga ouviu-me com aquelle sorriso angelico e aquelle olhar vago com que elle recebia todas as cousas que lhe agradavam, e no dia seguinte apresentou-me, feita nessa noite, a poesia *Viagens*, perguntando-me, com certa velhacaria adoravel, se era aquillo o que Theophilo Gautier dizia do Bosphoro! Posso afiançar que Guilherme Braga não tinha lido o livro de Theophilo Gautier, nem talvez o chegasse a ler depois! . . . »

O livro de Gautier intitula-se simplesmente *Constantinople*, e os dois ultimos capitulos, que suggestionaram Guilherme Braga, não se intitulam *Noite sobre o Bosphoro*, como escreveu Pedro de Lima, mas, tambem simplesmente, *Le Bosphore*. A descripção da noite ocupa apenas uma página desses dois belos capitulos, aliás não mais belos que

todos os outros. A poesia de Guilherme Braga tem nas *Heras e violetas* o titulo de *Viajar . . . sonhando*.

Quão longe viveram das particularidades bibliográficas os ilustres poetas do *Portuense!* felizmente para eles, porque a bibliografia é uma fria ciência de velhos bibliófilos.

Não passarei adiante sem fazer referência a certo botequim, que ainda em 1868 florescia e que era próximo vizinho da Praça Nova.

Os lugares notáveis animam os seus arredores com uma onda de vida que deles mesmos trasborda.

Quero falar do *Café das Hortas*, sito no prédio de dois andares, que faz esquina para a rua da Fábrica e para a rua do Almada, entre o norte e o poente.

Este Café tinha sido fundado em 1820 por Domingos José Rodrigues e ocupava não só o pavimento térreo, onde funcionava o botequim, mas também o primeiro andar, onde os bilhares funcionavam.

Junto à cozinha do botequim havia um compartimento reservado aos frequentadores plebeus. Aí almoçavam numerosas lavradeiras e regateiras um copo de café com leite e um biscoito de argola pelo módico preço de 30 réis, se o copo era *grande*, de 20 réis se o copo era *pequeno*, acrescentando o custo do biscoito—5 réis.

A sociedade que frequentava demoradamente a sala do botequim não primava pela selecção e en-

tretinha-se jogando o dominó, as damas e o quino (loto).

Mas a fama do bom café que se fazia neste estabelecimento tinha-lhe conquistado alguns fregueses que, por serem de melhor sociedade, apenas se demoravam o tempo preciso para esvasiar a chávena, saboreando o liquido primoroso.

Contarei dois casos.

O recebedor de Vila Nova de Gaia, que tinha o apelido de Coelho (irmão do arrematante da ponte pensil) e residia naquela Vila, todas as tardes ia ao Porto tomar café no botequim das Hortas, depois de jantar.

Dizia ele que em nenhuma outra parte tomava melhor café, que lhe soubesse tão bem.

Por isso fazia a caminhada de atravessar a ponte e a Ribeira, subir a íngreme rua de S. João, percorrer a rua das Flores, o largo dos Loios e a rua das Hortas, repetindo depois a caminhada em sentido inverso para regressar a casa.

O dr. Henrique Gonçalves, muito alto e magro, casado com uma senhora da família Vilar e homem de boa sociedade, nunca prescindiu de ir tomar café ao botequim das Hortas.

A esposa dêste cavalheiro queria demonstrar-lhe que não era preciso sair de casa para tomar bom café, e por toda a cidade procurava o de melhor qualidade, sem olhar ao preço. Baldado empenho. Um dia lembrou-se de o mandar buscar em segredo ao Café das Hortas e insistiu com o

marido para que ao menos bebesse um golo. Ele transigiu, mas recalcitou logo :

— Nada! Não é a mesma coisa. Nem sequer se parece.

Então sua mulher desatou a rir, a rir.

— Por que te ris tu?

— Porque mandei buscar este café ao botequim das Hortas. É de lá; é o mesmo.

— Pois então dá-se com o café o que se dá com as águas medicinais, que tomadas na origem não perdem nenhuma das suas eficazes virtudes.

O café das Hortas acabou em 1880.

Hoje está substituído pelo *Restaurante do Porto* e os altos do prédio são ocupados pelo *Hotel Internacional* (antigo *Hotel Real*).

No quarteirão sul da Praça Nova a fachada do edifício dos Loios, adquirido pela família Cardoso do Ouro ¹, não tem sofrido alteração sensível, a não ser nas lojas de negócio que longamente se enfileiram sobre o passeio do *pasmatório*.

São agora outras as tabolêtas, porque outras são as firmas e as suas especialidades comerciais.

Numa grande parte do primeiro andar, quase ao meio, estirava-se então a tabolêta do *atelier* das Ferin, *Mesdames Ferin*, modistas muito em voga ².

¹ Assim se dizia. por ter esta família a sua residência no sítio do Ouro, junto à estrada da Foz.

² Eram irmãs do livreiro Ferin, de Lisboa, ao qual succedeu um filho já hoje falecido.

Este, como todos os outros *ateliers* de modas e mais que todos os outros, era um alfôbre florente de jóvens costureiras a que então se dava, por sugestão de alguns poetas e romancistas franceses, o nome genérico de *grisettes*.

Permita-me o leitor uma digressão que vem a propósito, e que, pelo assunto, certamente há-de ler com agrado.

Não podêmos voltar ao tempo em que os romancistas e os poetas criaram em torno da *grisette* uma atmosfera de celebridade e prestígio. Ah! o passado nunca mais volta. Mas isso não quer dizer que se extinguisse com o passado a *grisette*. Não! Vou com Paulo de Kock quando afirmou na *Fille aux trois jupons*: «A propósito de *grisettes*, ha escritores que teem querido fazer acreditar que já não as há, que passaram de moda, e que o molde se quebrou! Ainda que desagrade a esses senhores, direi que a *grisette* existe e existirá sempre em París. Teem a bondade de me dizer o que são as floristas, as bordadoras, as illuminadoras, as engomadeiras, as costureiras, as luveiras, etc, etc!»

Pois é assim mesmo. E quando Teófilo Gautier disse que a *grisette* de París e a *manola* de Madrid eram tipos extintos, quereria apenas dizer— e só nisso poderia ter razão—que já não havia quem as glorificasse literariamente como outrora.

No tempo da minha mocidade—quão longe! e contudo já não era o tempo de Musset—a *gri-*



Estátua da grisette de 1830 em Paris

sette portuense cobrava ainda os avultados juro da celebridade que lhe endossára um romance de Camilo, aquele em que uma pobre e linda costureira da rua Arménia se dignifica senhorilmente no amor e mais ainda, talvez, no abandôno ¹.

A *grisette* não se vendia, rendia-se, entregava-se. Aceitava o homem que lhe agradasse, um artista, um caixeiro, um estudante, e não lhe perguntava quanto dinheiro ele trazia na algibeira. Contentava-se de ser amada, ganhava o seu dia no *atelier*, não exigia luxo — ela, por cujas mãos passavam veludos e setins! — não atraíçoava o amante, e ás vezes, permitia-se a dedicação de ter ciumes e chorar muito — tudo isto de graça.

Era modesto e pouco variado o seu traje. A *grisette* não punha chapéu: traço bem característico — não punha chapéu, não pretendeu nunca aristocratizar-se. Usava vestido de chita, lenço de seda na cabeça, botinas ou chinelinhas gaspeadas de polimento. Eu ainda vi algumas de chinélo de trança e meia branca; disse-o alhures e um abelhudo qualquer contestou. Tem graça! contestar o que eu próprio vi tantas vezes!...

Hoje, a sua *toilette* apenas foi ligeiramente modificada, por exemplo: o lenço de seda na cabeça cedeu o lugar a um véuzinho de gaze, que poisa sobre a cabeça e desce até afogar-se no pescoço.

¹ *Onde está a felicidade?* 1856.

Durante um século, talvez, a Praça Nova teve o privilégio de ser a pesqueira onde as *grisettes* podiam ser fisgadas ou a *espera* onde os apreciadores do género podiam ir caçá-las.

Agora a rua de Sá da Bandeira, magnificamente ampliada, quase monopolizou os *ateliers* de modista, e, por isso, as *grisettes*, que em grande número residem no bairro oriental, fazem caminho a direito pela rua de Passos Manuel.

Mas não se fala de hoje; falamos do passado, da Praça Nova de 1868.

Ao meio dia, as *grisettes* das Ferin, da Guichard ¹, de madame Amélie ² iam jantar a casa, chalrando em ranchos, que pela Rua de Santo António acima se encorporavam com as suas colegas das oficinas da Galiano ³ e da Casalini ⁴.

Uma hora depois, voltavam ao *atelier* para retomar o trabalho.

Se o namorado da *grisette* era estudante, poderia, conforme o horário das aulas, ir esperá-la à ida ou à volta; mas com certeza a esperava e acompanhava quando, às trindades, os *ateliers* fechavam.

Então o estudante e a *grisette* caminhavam vagarosamente, como para saborear melhor as fra-

¹ Com *atelier* na rua de D. Pedro.

² Com *atelier* na rua da Picaria.

³ Com *atelier* na rua de Santo António.

⁴ Com *atelier* na mesma rua.

ses amorosas, e iam abancar talvez no Jardim de S. Lázaro a escolher de comum acôrdo o roteiro campestre que no próximo domingo haviam de seguir.

Se o namorado da *grisette* era um artista ou um caixeiro, desferrava-se ao domingo da prisão de toda a semana.

Mas tambem a *grisette* só estava completamente livre ao domingo, dia de folga, em que ella, o seu estudante, o seu artista, ou o seu caixeiro, iam de flaino ao Areinho, a Valbom, à Foz, a Leça, a Paranhos, aonde quer que pudesse encontrar-se uma sombra carinhosa, antes da merenda frugal, com que retemperavam forças para o baile no salão da *Laboriosa* ¹ ou no salão do Postigo do Sol ².

A *grisette* gostava desta côrte assídua, porque continuava a sentir-se amada; o seu querido gostava deste amor sincero, barato e, sobretudo, dêste amor que, ordinariamente, não corria o risco de vir a derrancar-se... pelo casamento.

Tão raras circunstâncias contribuïam agradavelmente para conservar o idílio numa efflorescência de ternura, que o fastío não vinha perturbar.

A *grisette* era inalteravelmente alegre, quase sempre bem falante e polida, pelo exemplo das

¹ Na rua de Gonçalo Cristóvão.

² Por de trás do governo civil.

senhoras da boa roda que frequentavam os *ateliers* e pelo estímulo que provinha da troça com que as costureiras corrigiam umas às outras qualquer silabada desastrosa ou qualquer arremêso grosseiro.

Não era difícil encontrar *grisettes* inteligentes e até espirituosas, engraçadas. As que estavam ao serviço das Ferins, da Guichard e de madame Amélie papagueavam de orelha algumas frases francesas com tanto donaire como chiste.

Havia, por isso, na *grisette* o núcleo de uma dama de sociedade... com mais qualidades talvez. O caso era que fosse parar a boas mãos. E, a este respeito, eu lhes conto...

Lembro-me muito bem duma costneirita de suspensórios—tal qual como a Augusta do romance *Onde está a felicidade?*—que primeiro foi amante e depois esposa dum homem rico, para os lados da rua das Oliveiras.

Conquistou o direito a que a tratassem por Sr.^a Dona L..., e isso não lhe ficava mal a ela nem aos que assim tinham de tratá-la.

Compreendia-se muito bem, em 1868, que Alfredo de Musset (*Frédéric*) se apaixonasse por uma *grisette* de Paris (*Bernerette*), e a fosse esconder aváramente num *chalet* de Montmorency; que o nosso grande Camilo se apaixonasse por uma *grisette* do Porto, e a arrebatasse nas asas do amor para o éden do Candal; e que, finalmente, ainda Musset, sete anos depois de ter escrito *Frédéric et Berne-*

rette,¹ celebrasse os encantos e as virtudes de *Mimi Pinson*²—essa famosa Mimi que não era já a quase ignorada Bernerette, mas uma estrela em evidência no Bairro Latino, espécie de *grisette* boémia, vulgar em Paris, e desconhecida no Porto, onde as raparigas dos *ateliers* se contentavam de ser apenas Bernerettes.

A *grisette* do Bairro Latino decotava-se, tocava-se, perfumava-se, como as marquesas da côrte de Luiz XIV. Quereis vê-la ainda, tal como ela era nos tempos românticos? Nada mais fácil. Quando fôrdes a Paris, passai no *boulevard Jules Ferry* e no ângulo da rua do Faubourg-du-Temple paraí a contemplar a estátua da *Grisette de 1830*, cinzelada por Jean Descomps.

Outro dia (estamos em abril de 1912) inaugurou-se aquele *boulevard* e tinha-se projectado um concôrto e um baile ao ar livre, junto da estátua.

Mas os tempos são outros, ai de nós! muito outros. Em 1830, em 1845, ter-se-ia dançado e cantado ali toda a noite. Agora não, agora não foi possível. Armou-se tal *bagarre*, que não pôde efectuar-se o baile e a polícia teve de varrer o lugar³.

Mas isto não prova que Paulo de Kock se enganasse; não prova que a *grisette* já não exista em parte nenhuma do mundo civilizado.

¹ Vide *Nouvelles*.

² Vide *Contes*.

³ Veja-se o *Petit Journal* de 26 de março de 1912.

Quere apenas dizer que não tem hoje tanta celebridade porque lhe dão menos atenção.

Os tempos são diferentes, é o que é. *The good old times!* disse Byron.

Ainda no quarteirão sul da Praça Nova, e justamente no prédio que faz esquina para o Largo dos Loios, havia outro estabelecimento comercial, muito afamado, que não era de modas, mas de livros.

A tabolêta dizia simplesmente: *Viuva Moré*.

À esquina paravam os mundanos em activo serviço de galanteria, os *conquistadores*, que esperavam ali a passagem das suas predilectas.

Dentro da loja, além do gerente da casa, o ilustre José Gomes Monteiro, pousavam habitualmente alguns escritores e eruditos, como o então visconde (depois conde) de Azevedo, Camilo Castelo Branco, o bibliómano Fernandes, da Picaria; alguns jornalistas, poucos; alguns bons conversadores como Adolfo Soares Cardoso, Albino Montenegro, o gravador Molarinho e alguns dos mais cotados professores da Academia ou da Escola Médica.

Os do Liceu tomavam outro rumo; costumavam juntar-se, às tardes, no café da *Águia d'Ouro*, ao pé da Batalha.

A livraria Moré era então a melhor do Porto não só pela sua armação de madeira polida e estantes envidraçadas, como pela variedade e bom critério do seu fornecimento de livros.

Ali se encontravam as mais recentes publica-

ções portuguesas e as últimas novidades literárias de Paris.

Esta livraria foi, durante muitos anos, a principal editora dos livros de Camilo.

E aqui, na *esquina da Moré*, como geralmente se dizia, acabava o aspecto brilhante dos estabelecimentos comerciais do pasmatório dos Loios, lugar evidente onde, entre a concorrência, avultava pela sua desempenada altura o Gaspar do Covo, parente dos Palmelas.

Todo este extenso e alto quarteirão do sul era uma delícia vê-lo nas tardes de domingo gôrdo e terça feira de entrudo, porque nas suas muitas janelas de sacada — varandas, segundo a expressão portuense — se emprateilavam em grupos lindas meninas de famílias burguesas, cujos namorados se conservavam de plantão, no passeio fronteiro, contemplando-as, parecendo indiferentes aos encontros com que o vai-vem da turba-multa os premia e oprimia.

A Praça Nova foi nas tardes de carnaval, e há-de ser sempre, o principal fóco de atracção dos mascarados, dos seus mirones e dos Romeus que, tomando uns e outros por pretexto, ali se quédam, durante horas, admirando as Julietas das varandas dos Loios.

Quanto ao quarteirão ocidental da Praça Nova já dêle falei neste livro. Esse contrastava violentamente com os outros quarteirões, não só por falta de brilho, mas até de asseio.

Os comes e bebes dêste lado da Praça estiveram por largos anos monopolizados na Casa de Pasto do Rainha, mas certo dia appareceu um concorrênte perigoso, apesar de se estabelecer numa lojinha bem exígua e modesta: era um Almeida, de Lisboa, que fazia optimos bifes, e a que succederam na mesma casa outros cozinheiros, não sei se com igual perícia naquella especialidade culinária.

O quarteirão setentrional da Praça, com o edificio da câmara e o palacête contíguo, adquirido pela municipalidade, conserva, *in totum*, o seu antigo aspecto.

A nossa atenção tem que ser agora atraída pela fauna social que, em 1868 e ainda alguns anos depois, podia ser observada naquella célebre Praça.

Comecemos, como de direito, por um sábio, tal era a alta classificação que lhe davam os portuenses.

Refiro-me a Pedro de Amorim Viana, em cujo rasto pululavam anedotas e a lenda dêle ter resolvido, quando estudante em Coimbra, um problema transcendente posto a prêmio pela academia de sciências de París, diziam uns, pela academia de sciências de Berlim, diziam outros.

Vivia eu na crença desta lenda, como todos os portuenses do meu tempo, sem me dar ao trabalho de investigá-la: porque, realmente, é muito mais cómodo crêr numa lenda do que procurar saber se ella tem algum fundamento autêntico.

Mas últimamente despertaram a minha curiosidade de investigador as *Memorias do Mata-Carochas* (Antão de Vasconcelos) estudante brasileiro, que veio para Coimbra em 1858, aos quinze anos, e que foi um dos mais estouvados boémios do seu tempo.

Nessas *Memorias* encontrei rediviva a lenda académica de Amorim Viana, a história encomiástica da resolução do famoso problema, autorizada pela asseveração categórica — de que todos os documentos comprovativos se encontravam no arquivo da Universidade.

Então logo me sorriu a ideia de trazer a lume aqueles documentos, para autenticar a lenda, tarefa que me pareceu fácil e interessante.

Iniciei imediatamente as minhas investigações, por intermédio de pessoas competentes — as mais competentes no assunto.

Documentos não apareceram.

Folheadas, atentamente, todas as actas das congregações da faculdade de matemática, realizadas durante a formatura de Pedro de Amorim Viana, em nenhuma se encontrou qualquer referência ao célebre problema posto a prémio.

Averiguou-se que, em todos os cinco anos do seu curso, concluído em 1848, Amorim Viana obteve sempre classificações inferiores às de Francisco Pereira de Torres Coelho.

Actuais lentes da faculdade, que conviveram com os drs. Castro Freire, Sousa Pinto, Abilio

Monteiro, os quais foram professores de Amorim Viana, nunca os ouviram referir-se ao caso do problema.

Na *Memoria historica da faculdade de mathematica* (1872) o mesmo silêncio se faz notar.

No *Diccionario bibliographico*, de Inocência, vem uma nota, que certamente foi escrita por algum amigo ou admirador de Amorim Viana (não quero crêr que o fosse por ele próprio) e também aí se não encontra menção alguma a tal respeito.

No *Anuario da Academia Polytechnica do Porto*, relativo ao ano lectivo de 1902-1903, foi comemorado o falecimento de Amorim Viana; e este professor apreciado nos seguintes termos: «Pelas *complexas aptidões do seu espirito*, a sua individualidade assignalou-se inconfundivelmente. Produziu *interessantes artigos sobre sciencias mathematicas, philosophicas e economicas* em varias revistas scientificas e deixou *um livro importante intitulado Defeza do racionalismo, que é a sua obra mais notavel* e que fez um ruidoso successo no tempo em que foi publicada.»

¿Onde está aqui a menor alusão ao supôsto facto de ter Amorim Viana resolvido, quando estudante, o problema que a Academia das Sciências de Paris, ou qualquer outra, julgara de uma dificuldade transcendente? ¿Onde está aqui a base da lenda académica? Mais ainda. A Academia Politécnica do Porto apenas encarece as *complexas aptidões* de Amorim Viana, mas não lhe attribue

um valor matemático excepcional. Diz que ele produziu *interessantes* artigos sôbre sciências matemáticas, como sôbre outras sciências. E afirma que



Caricatura de Amorim Viana

a sua obra mais notável foi a *De feza do racionalismo*. Ora a sua obra mais notável seria a resolução do famoso problema, se não passasse de mera lenda.

Amorim Viana foi sempre um esquisitão, quase um misantrôpo, pelo menos pouco acessível ao trato social; era desleixado no fato e muito dado a abstracções que o isolavam do mundo.

Isto bastaria para originar a lenda numa terra propícia ás lendas escolares como é Coimbra, onde elas, tanto num sentido laudatório como num intuito depreciativo, relativas a académicos ou a lentes, vão passando de geração em geração.

A de Amorim Viana pertence ao número das laudatórias, pois lhe conferiu a alcunha de *Newton*, sendo que entre o imortal matemático inglês e o professor do Porto parece não haver comparação possível.

Se Amorim Viana tivesse na realidade correspondido à lenda, a faculdade de matemática não o deixaria fugir-lhe, have-lo-ia doutorado, ainda que o capêlo fosse gratuito, como por vezes aconteceu, e ufanar-se-ia de o possuir entre as suas notabilidades.

Simples bacharel em matemática, Amorim Viana, quando veio de Coimbra, teve de concorrer à cadeira de lógica no liceu nacional de Lisboa.

Havemos de confessar que era esta uma posição demasiadamente modesta para um Newton português, para o aluno da Universidade gloriosamente celebrado pela tradição académica.

Faltam, em verdade, documentos officiais que possam autenticar a lenda.

E o testemunho individual de homens ilustres

que trataram de perto com Amorim Viana põe bem a descoberto a incredulidade deles sobre a tradição de Coimbra.

Assim, um eminente matemático da actualidade crê—segundo me informa—que a resolução do célebre problema é uma lenda, como muitas outras que andam ligadas ao nome de Amorim Viana. Supõe que talvez a origem desta lenda fosse uma outra, muito espalhada, segundo a qual a Academia de Paris daria um grande prémio a quem resolvesse o problema da trisecção do angulo. Julga possível que Amorim Viana, estudante do 4.^o ano, e por isso ainda inexperiente, pretendesse achar alguma solução dêste problema, do que mais tarde se riria. Acrescenta que Amorim não tinha espírito inventivo e que os seus conhecimentos matemáticos eram pouco profundos, como ele mesmo lhe dissera uma vez, pois não iam além das matemáticas ensinadas nas escolas. Assim não poderia ele resolver problemas de grande dificuldade.

Por minha parte apenas alcancei notícia de terem sido publicados dois trabalhos matemáticos de Amorim Viana: um sôbre a *evolução em serie dos cosenos e dos senos dos arcos multiplos*, no vol. XIII do *Instituto*, pag. 134; outro na *Revista de sciencias mathematicas* sôbre um teorema de Villarceau relativo ao tóro.

Procurei saber qual era o juizo que dêstes artigos formavam abalizados professores de matemá-

tica na universidade de Coimbra e na Politécnica do Porto.

Quanto ao primeiro artigo, obtive uma desenvolvida resposta, da qual me basta transcrever as palavras seguintes: «...no meu entender, essa publicação deve ser considerada como resultado de um estudo consciencioso do que sobre o mesmo assumpto, muito tempo antes, havia escripto o celebre Lagrange no seu livro intitulado *Funções analyticas.*»

Quanto ao segundo artigo respondeu-me outro professor: «Este trabalho não tem interesse scientifico, tem apenas interesse didactico: dá uma demonstração do teorema de Villarceau.»

A isto acrescenta o mesmo competentíssimo julgador que Amorim Viana, homem muito intelligente e enciclopédico, nunca, em matemática, mostrou ter espirito inventivo, ser capaz de indagações originaes.

Mas, voltando à lenda, oiçámos ainda sôbre ela a opinião de José Pereira de Sampaio (*Bruno*) que foi grande admirador de Amorim Viana e largamente escreveu a seu respeito e da sua obra capital *De feza do racionalismo*, no livro intitulado *A idéa de Deus* (Porto, 1902).

É a este livro que eu vou colhêr algumas delicadas mas transparentes considerações: «Suas aptidões mathematicas geraes seus contemporaneos lh'as galardoavam, de resto, com o epitheto de «Newton», que entre o povo do Porto se con-

servou tanto quanto; *porém essa é hyperbole plauditiva commum em Coimbra*, desde a reforma pombalina, para os que ultrapassam a craveira n'aquelle ensino, consoante da applicação a alguns conserva a memoria, nas paginas da primeira de suas historias de nossas revoluções liberaes, o sr. José d'Arriaga ¹.»

Assim, pois, se vê que falta uma base real à lenda coimbrã, e que as asseverações do estudante *Mata-Carochas*, sôbre a documentação official existente em Coimbra, eram apenas bebidas na mesma lenda incomprovada, a que o talento e a vida excêntrica de Amorim Viana deram origem.

Mas há mais. Falta ainda ouvir um testemunho da maior importância: é o do próprio Amorim Viana.

O Sr. Rodolfo Guimarães, encontrando-o um dia na biblioteca da Academia das Sciências, em Lisboa, abordou-o e a breve trecho falou-lhe da resolução do célebre problema desconhecido.

Amorim Viana já estava combalido e jubilado, mas ainda suficientemente lúcido para afirmar que todas as anedotas que se contavam dele como grande matemático, especialmente a do *problema de mecânica recebido da Alemanha*, eram pura lenda ².

¹ *A idéa de Deus*, pag. XLVII.

² *Les mathématiques en Portugal*, Coimbre, 1909, deuxième édition, pag. 86.

E ao doutor Gomes Teixeira confessou ele espontaneamente, quando ainda no Porto, que de sciências matemáticas sabia apenas o que diziam os livros no seu tempo adoptados para o ensino.

Homem incontestavelmente superior, Amorim Viana não queria enfeitar-se com as penas de pavão, que outros, os mediócrs, teriam aproveitado para seu uso, pelo menos calando-se e sorrindo.

Ele desmentiu a lenda.

Na época em que Amorim Viana floresceu, os sábios e os artistas eram tanto mais populares, quanto maior fosse o seu desvio da normalidade dos costumes públicos.

Este pitoresco predicado não lhe faltava a ele.

Em Coimbra passava a maior parte do tempo na cama e apenas ia às aulas quando a lição do dia lhe oferecia dificuldades.

¿Mas o que lia Amorim Viana de preferência, depois de passar pela vista os seus compêndios e lições? Em França, Fontenay-aux-Roses, no colégio do padre Sacra-Familia, onde fôra educado, lia os poetas latinos, sendo Lucrécio o seu predilecto. Em Coimbra, lia os filósofos, especialmente Leibnitz, que era o que mais estimava. Se acrescentarmos a estas suas constantes leituras a atenção com que se entregava aos assuntos de economia política, de teologia e outros, — incluindo algumas polémicas jornalísticas — somos levado a ponderar a justeza de frase, a concisa exactidão

do *Annuario da Academia Polytechnica do Porto* quando diz biografando Amorim Viana: «Pelas complexas aptidões do seu espirito, a sua individualidade assignalou-se inconfundivelmente».

Tendo sido nomeado, em 1851, lente substituto daquela Academia, Amorim Viana levou para o Porto a sua lenda de Coimbra, que no Porto achou uma fácil aclimação pela estreiteza do meio social, onde começaram logo a dar na vista dos burgueses conservadores os hábitos excêntricos e anómalos do erudito professor.

Sete anos depois fôra promovido a proprietário da cadeira de cálculo diferencial e integral, que quer dizer, radicára-se no Porto como um produto exótico, sempre observado com interesse nos lugares públicos onde aparecia, interesse que umas vezes ele parecia desdenhar e que outras vezes repelia com desconfiados olhares.

Amorim tinha bom coração, mas repentes de desabrimento e grosseria. E a recordação de antigas polémicas deixava-lhe no espirito um resto de azedume.

O seu conflito, em 1862, com um aluno, D. Luís de Castro Pamplona, conde de Resende, estudante distinto, foi lembrado na tradição escolar até muitos anos depois.

A Praça Nova via Amorim Viana passear, quase todos os dias, no contôrno dessa praça paralelo ao *pasmatório dos Loios*, sem falar a ninguem, e, atravessando a rua entrar na livraria Moré, onde fo-

lheava as publicações recentes, saindo como entrava—sempre silenciosamente.

Foi justamente na Praça Nova que o *Mata-Carochas*, estando em férias no Porto, o viu um dia e se lhe dirigiu, significando-lhe o grande desejo que tinha de conhecê-lo.

Amorim Viana perguntou-lhe que faculdade cursava em Coimbra.

—Direito, respondeu-lhe o *Mata-Carochas*.

Então o *Newton* olhou para ele e, virando-lhe as costas, resmungou:

—Sciência de futilidades ¹.

Tal era o homem na exteriorização da sua ex-cêntrica, completada por um fato velho, cheio de nódoas, e umas botas esbeijadas, por engraijar; monóculo, e bengala de cana, metida debaixo do braço ou entalada entre as mãos atrás das costas.

A matemática era a sua função oficial na Academia Politécnica, mas tanto não constituia para êle uma voluptuosidade do espírito, uma paixão dominante, que o único livro original que publicou (digo original, porque Amorim Viana traduziu mais tarde—1874—as *Memorias de Madame Lafarge*) não teve por assunto nenhuma das matérias que ele professava: foi a *Dejeza do racionalismo ou analyse da fé*.

Este livro, quando appareceu em 1866, apavo-

¹ *Memorias do Mata-Carochas*, pag. 190.

rou o grande público pelo título mais que pelo texto, porque a verdade é que Amorim Viana não era um materialista, como tantos outros racionalistas que vieram antes e que vieram depois dele.

Bastará, para o certificarmos *a vol d'oiseau*, transcrever algumas das confissões finais de Amorim Viana:

« Aceitamos a Igreja, cremos na perpetuidade da sua missão, cremos que é inspirada do céu. Aceitamos a Igreja com tanto que ao lado d'ela estejam a liberdade e a critica. »

Mais ainda:

« Cremos que de todas as religiões santas e veneráveis mais ou menos inspiradas por Deus, é a religião christã a mais augusta e pura; — cremos que de todas as seitas christãs, é a catholica a que nos offerece mais garantias de duração. Temos fé nas promessas de Christo; Deus não pode frustrar as esperanças ás quaes o seu filho predilecto votou a mais preciosa vida que tem apparecido sobre a terra. »

Finalmente, encostando-se à doutrina de Schleiermacher, apéla, ideativamente, para uma época em que não serão precisos padres nem prédicas, porque cada homem servirá a si próprio de norma e de lei; em que a terra se tornará um aprisco de irmãos sob as ordens de um só *pastor*, o qual pastor será Deus, falando plenamente ao coração de cada homem, cuja vontade se confundirá com os ditames da caridade e da justiça.

¿Há por ventura racionalismo mais comedido ou menos áspero que o de Amorim Viana? Se há, onde o poderemos encontrar hoje? Façam favor de dizer.

Esta é a minha impressão pessoal, bem pouco autorizada. Mas dou homem por mim quanto a discutir algumas das teses de Amorim Viana: é Bruno, no seu livro *A idéa de Deus*, é Bruno, que aliás muito admirava affectuosamente o autor da *Defeza do racionalismo*, como já fiz notar.

Diz o Sr. Rodolfo Guimarães que a *Defeza do racionalismo* tem tido muitas edições.

É engano. A primeira edição não se esgotou ainda: encontra-se com facilidade nos alfarrabistas.

Quanto à lenda da resolução do problema, apenas acentuei a falta de documentos comprovativos e registei a opinião de pessoas competentes, sem menospreço algum pela alta intellectualidade de Amorim Viana.

Foi a procura incidental da documentação histórica, procura mal sucedida, que me levou involuntariamente a tocar um assunto matemático.

O meu desamor a tal matéria é já velho e irreductivel. Por isso me acertam em cheio as palavras que o meu amigo Bruno generalizou a pag. 57 daquele seu livro e que talvez por deferência e generosidade para comigo adoçou com o epíteto de *interessante* quando de fúgida se referiu a um caso especial, em que intervim há muitos anos.

No Porto nunca se me ageitou ocasião de trocar algumas palavras com Amorim Viana, mas inesperadamente o conversei em Setúbal, onde êle, jubilado e já decadente, vivia em companhia de seu irmão Joaquim, como deixei sumariado no livro *Fitas de animatógrapho* ¹.

Amorim tivera 13 irmãos, mas aquele era, então, o único sobrevivente. Uma sua irmã casára no Porto com o negociante estrangeiro Eduardo Kebe. Era esta senhora, como revelou *Mata-Carochas*, que de vez em quando obrigava ali Amorim a vestir um fato novo e a substituir o calçado rôto.

Depois de o ter encontrado em Setúbal, não tornei a ver «o Newton» e ignorava até que tivesse vindo para Lisboa. Soube-o quando os jornais da capital — a princípio bem lacónicamente — noticiaram que Pedro de Amorim Viana falecêra no quartel do Carmo.

Por um sobrinho do falecido, o sr. José da Cunha Abreu Peixoto, vim a saber que esse Amorim Viana era, como eu suspeitava, o autor da *Defeza do racionalismo*, e que efectivamente falecêra no quartel do Carmo, às tres horas da tarde do dia 25 de dezembro de 1901, em casa do marido duma sobrinha, o sr. António Joaquim de Andrade, tenente da guarda municipal.

Acrescentava que Amorim Viana sofrêra repe-

tidos ataques de paralisia e que a sua vida intellectual era nula ao tempo do falecimento.

Consagrei estas páginas ao maior sábio que passeou a Praça Nova, quando eu era moço.

Justo é que logo em seguida lembre o nome do maior escritor, que todos os dias ali passava em direcção à casa Moré, naquela época, antes de ir fixar residência no Minho.

Refiro-me a Camilo Castelo Branco e citá-lo importa um duplo dever de fiel cronista, não só em razão da sua alta reputação e popularidade, como também porque Amorim Viana e ele discutiram outrora assuntos religiosos em acesa polémica ¹, ficando desde então isolados um do outro, se é que anteriormente mantiveram alguma convivência.

Sem embargo, Camilo, esquecendo antigos ressentimentos, chamou a Amorim Viana «pensador atlético» e qualificou a *De feza do racionalismo* «um livro inolvidavel de filosofia saturado de criterio germanico.»

Mas, depois de 1866, as relações entre estes dois homens célebres, que viviam na mesma cidade, não melhoraram.

Em 1874, quando Amorim Viana publicou a tradução das *Memorias de Madame Lafarge* (dessa famosa Lafarge cuja memória alguns espíritos fran-

¹ Amorim Viana no periódico *A Peninsula* e Camilo no periódico *O Christianismo*.

ceses pretendem actualmente rehabilitar) Camilo tratou com severa crítica o tradutor.

Mas, deixando isto, retrocedamos, por alguns momentos, à época dos *Saint-Preux* portuenses e do *Café Guichard*, por uma simples razão: é que toda a vida mundana de Camilo se relaciona com a Praça Nova em três fases diferentes, a primeira das quais foi aquela época.

Sim, foi aquela época que os imitadores de *Saint-Preux* — personagem que Rousseau criára na sua *Nova Heloisa* — assinalaram bem romanesadamente, exagerando aliás o modelo.

No romance de Rousseau, *Saint-Preux* não morre de desgosto, nem de desespêro, quando Júlia, aceitando a mão de Wolmar, guarda absoluta fidelidade conjugal a esse nobre homem e estremece os seus filhos com exemplar dedicação materna. *Saint-Preux* em vão procura tentá-la; Júlia resiste e ele sobrevive-lhe conservadoramente.

Ora os *Saint-Preux* portuenses apaixonavam-se até ao desvario — procurando o suicídio como Jorge Artur ou a vingança como D. João de Azevedo.

Camilo também, no tempo em que o *Guichard* florescia, quis suicidar-se, ordenar-se padre, sair de Portugal, várias coisas que foram o prólogo indeciso do seu retumbante drama de amor.

Pois, nessa época, o quartel-general dos *Saint-Preux* era o *Café Guichard*. Camilo, como os outros janotas de então, vestia a irresistível casaca azul de botões doirados.

Do *Guichard* ao *Hotel do Cisne* poucos metros vão de distância. E na janela desse hotel foi, como já sabemos, que, transcorridos alguns anos, Camilo e Ana Plácido apareceram certo dia, que poderemos considerar como o início da segunda fase mundana — a da catástrofe amorosa.

Na terceira fase, o grande romancista ainda se deixa ver na Praça Nova, frequenta a livraria Moré, veste a sobrecasaca de côr, como na caricatura de Bordalo Pinheiro, ou embuça-se, muito friorento, na capa espanhola; detêm-se a admirar os cavaleiros garbosos e os cavalos de preço, mas está por um tris a voltar as costas ao mundo, para ir esconder-se em Seide e depois, na sepultura. . .

Não duvide o leitor de que em 1868 houvesse no Porto «cavaleiros garbosos» e «cavalos de preço»; nem de que uns e outros prendessem a atenção de Camilo, porque a verdade é que ele, quanto a cavaleiros e cavalos, sempre teve uma costela de morgado da província.

Nem todos os cavaleiros mais distintos eram do Porto, onde aliás havia alguns, mas outros muitos vinham de suas terras e casas avoengas estardear grandes prendas e pompas de equitação, na Praça Nova, que os aplaudia e consagrava.

Lembrarei apenas os nomes, que me ocorrem agora, do Côrte-Real, de Trás-da-Sé; do *Ferreirinha* (Antonio Bernardo Ferreira); dos Pintos Bastos; dos Sândemans; dos Vanzelers; do Francisco Brandão, da Torre da Marca; do Bernardo da Sil-

veira; dos Maiafaias, Alcoforados, Preladas e Cunhas Reis.

O próprio governador civil, visconde de S. Januário, animava com o seu exemplo este brilhante género de *sport*, suprimindo assim as impossibilidades com que, por velhice e doença, o general da divisão, visconde de Leiria, lutava para ginetear com galhardia e frequência.

Mas o visconde de S. Januário prezava-se de elegante e boa figura e era um gosto vê-lo passar na Praça Nova muito vistoso sôbre o seu cavalo branco, a que os epigramas da opposição causaram talvez maior dano que as esporas do cavaleiro.

Tambem cultivava a arte equestre um linheiro rico, o Magalhães das Hortas, janota macróbio, que não deixava de exhibir-se à tarde na Praça Nova, e em toda a cidade, mantendo sempre um trote inglês, muito upado e bracejado — coisa interessante de vêr-se.

Entre os peões ilustres que em princípios de 1868 transitavam pela Praça Nova devemos mencionar, depois de Camilo, mais dois escritores.

Um era Ramalho Ortigão, que descia a rua do Almada e fazia estação na livraria Moré, em caminho para a redacção do *Jornal do Porto* ¹.

¹ Foi no fim de julho de 1868 que Ramalho Ortigão veio para Lisboa. No dia 1 de agosto começou a exercer interinamente o cargo de official da secretaria da Academia Real das Ciências. Em 8 de outubro daquele mesmo ano foi provido definitivamente.

O outro era o *Freitinhas* (José Joaquim Rodrigues de Freitas), grande espírito e grande cará-



Caricatura do Magalhães das Hortas

cter, republicano estimado entre monárquicos ferrenhos, que levava no bolso o seu artigo, sobre questões económicas e sociais, para o *Comércio do Porto*.

De outro escritor, *Julio Diniz* (Joaquim Guilherme Gomes Coelho) não se pode afirmar que todos os dias passasse na Praça Nova. Mas não sofre dúvida que muitas vezes ia à livraria Moré, comprar ou encomendar livros. Quando em 1870 numerosos fregueses daquela livraria a trocaram pela de Ernesto Chardron, no largo dos Clérigos, *Julio Diniz* não os seguiu. Continuou a fornecer-se da casa Moré, não a abandonando nunca.

Isto me contou, com louvor, o venerando gerente da casa, cuja saudosa memória tenho sempre presente.

Não me admirou a revelação de Gomes Monteiro, porque *Julio Diniz* era um luminoso espírito, um coração de ouro e um carácter de diamante.

A sua rápida passagem pela terra—pois que faleceu aos trinta e dois anos de idade—foi atormentada pelos sofrimentos da tuberculose hereditária, que o obrigou a ir três vezes à ilha da Madeira em busca de lenitivos que não pôde encontrar.

Tambem por três vezes—interessante coincidência numérica—concorreu, visivelmente alquebrado, ao lugar de demonstrador da secção médica da Escola do Porto. Da terceira vez, em 1865, foi provido, mas teve de interromper uma das provas do concurso por motivo da hemoptise que lhe estrangulou a voz.

Concorreu com *Julio Diniz*, nesse ano, o dr.

Antônio Maria Pinheiro Torres, que expôs e argumentou sempre brilhantemente.

Feita a votação em favor de Gomes Coelho, uma comissão de lentes da Escola, presidida pelo dr. José Carlos Lopes, cumprimentou Pinheiro Torres assegurando-lhe que seria provido na primeira cadeira que vagasse.

Pinheiro Torres não voltou.

A vida de *Julio Diniz* foi tão simples e modesta, que só alguma rara anedota nos deixou.

Entre a segunda e a terceira viagem à Madeira, em 1870, Gomes Coelho quis passar alguns dias em Vila Nova de Famalicão, na estalagem da Eugénia, para respirar o sadío ar' minhôto, de que tanto precisavam os seus pulmões combalidos, quase esfarrapados.

Tinha recomendado à família e aos amigos que nos sobrescritos das cartas nunca mencionassem a sua qualidade de médico ou de professor da Escola. Mas um dia chega um livro em cuja cinta o nome de Gomes Coelho era seguido de todos os seus qualificativos científicos. Foi um cataclismo. Acorreram em chusma os doentes a consultá-lo e Gomes Coelho viu-se perseguido a ponto de declarar à Eugénia que fugiria para longe se ela não pusesse termo à romaria ¹.

Certo dia um curandeiro da província foi de-

¹ Periodico *Os dois mundos*, vol. II, 1880, n.º 21.

nunciado à autoridade administrativa e intimado a ir fazer exame de habilitação perante a Escola Médica do Porto.

Era velho, pai de muitos filhos, pobríssimo. Procurou Gomes Coelho e, lavado em lágrimas, expôs-lhe a sua angustiosa situação. O autor das *Pupillas* ouviu-o com benevolência e dó. No dia do exame, tendo de ser o primeiro a interrogar, Gomes Coelho não o fez, mas começou a contar aos colegas, vibrante de piedade e eloquência, a história do que passara na véspera com o examinando. Os outros lentes enterneceram-se. Fizeram apenas algumas perguntas, ajudando as respostas. E Gomes Coelho, no fim do exame, ergueu-se sorrindo de contentamento aos colegas. O homem ficára aprovado.

Não sei outras anedotas do malogrado e notável escritor portuense. Creio até que não haverá outras.

Por esse tempo a figura do corpo consular estrangeiro mais notada na Praça Nova era mr. de Gerandó, cônsul da França, homem pequenino, varioloso, débil, duma fealdade simpática.

A consulesa, romana de boas formas, alta, muito alta, podia dizer-se uma bela mulher, e a Praça Nova, quando a avistava, fazia-lhe a honra de não olhar para o marido.

Aos domingos e dias santos a Praça Nova conservava uma grande animação até às duas horas da tarde. Era nesses dias que as portuenses juvenís

ali se deixavam vêr, de passagem, acompanhadas por seus pais ou seus irmãos. Nos outros dias saíam muito menos do que hoje, e apenas à noite quando precisavam fazer compras. Mas era um gozo, para os namorados, podê-las seguir até ao Largo dos Loios ou à calçada dos Clérigos, e vê-las de relance à luz dos candeeiros da iluminação pública, que pareciam empalidecer com o relâmpago fugaz da belêza delas — as lindas portuenses de faces rosadas, cabelos e olhos negros.

Eu tambem assim namorei . . . Sei bem quanto eram inebriantes esses momentos de tímida e honesta felicidade.

Agora os costumes são outros, as senhoras do Porto, durante a semana, saem por qualquer motivo ou qualquer pretexto, tal como o de irem tomar chá ao Lemos dos Clérigos ou ao Oliveira da Praça de Carlos Alberto.

Há hoje maior facilidade em trocar-se um olhar, uma carta ou uma flor, e por isso os namôros já não duram anos, mas unicamente alguns meses.

Casa-se numa alucinação efémera, e segue-se à lua de mel . . . o divórcio.

Longos—tão longos como longínquos—poemas de amor, que hoje vos alimentais, serenamente, de ternas recordações, como vós éreis doces!

O meu querido dr. Romeira, do *Arco de Van-*

dôma, citaria aqui Sá de Miranda quando diz nos *Vilhalpandos*: «Cuydavas pola ventura que estavas em Portugal, onde todo o negocio he sospirar, e dizer saudades?»

Eu sou português e sou velho: por isso digo saudades.

VI

DE REPÚBLICA A REPÚBLICA

O 31 de janeiro — As tropas revolucionárias a caminho da Praça Nova — Os caudilhos civis hasteiam na varanda da casa da câmara a bandeira vermelha e verde — Combate terrível na rua de Santo António — A artilharia monárquica metralhando a casa da câmara — Depois da revolução — Volta a Praça Nova à sua normalidade funcional — Ligeiras perturbações efêmeras — A Praça em 1905 — Os botequins — Boa música por uma chávena de chá — Sebastião e o quiosque — Colarinhos em vez de livros — Destino de uma casa de pasto — A noite do regicídio — D. Manuel II na casa da câmara — Proclamação da República sem uma gota de sangue — Mudança do nome da Praça — Um artigo do «Diário da Tarde» — Nova mudança de nome — Transformação material — Sinopse cronológica e onomástica.

DEPOIS da *janeirinha* em 1868 e das algazarras à porta da Sé em 1875, 1876 e 1877 a cidade do Porto entrára num longo período de paz pôdre, quase tinha perdido o direito a que se

pudesse dizer dela: «*la cité mutine, la ville remuante, révolutionnaire même*¹».

Mas na manhã de 31 de janeiro de 1891 viu aquela cidade uma das suas mais trágicas revoluções, a primeira de carácter republicano, aventurosamente arremessada sôbre o lastro de descontentamento público a que dera lugar o *ultimatum* inglês de 11 de janeiro de 1890.

Aliciados pelos sargentos, troços de caçadores 9, infantaria 10 e da guarda fiscal abandonaram de madrugada os seus quartéis dirigindo-se para o Campo de Santo Ovídio, onde se postaram.

Apenas eram acompanhados por três oficiais: o capitão Leitão e dois subalternos.

A guarda municipal, com que os revoltosos pareciam contar, também para ali marchou, e, tomando as embocaduras das ruas, permaneceu espectante até que abandonou essa posição para ir ocupar a Praça da Batalha por modo a defender o telégrafo e o governo civil.

A demora das forças insurreccionadas no Campo de Santo Ovídio foi longa. Esperavam pelo regimento de infantaria 18. Mas os oficiais deste regimento obstaram a que ele saísse do quartel.

Sob o comando do capitão Leitão, os revoltosos abandonaram o Campo de Santo Ovídio, desceram a rua do Almada e entraram na Praça

¹ Quillardet—*Espagnols et Portugais chez eux*, 1905, pag. 225.

Nova, aclamados por magotes de populares adventícios, que soltavam vivas à républica e ao exército.

Na casa da câmara, os caudilhos paisanos da revolução hastearam uma bandeira vermelha e verde, discursaram da janela e proclamaram o governo provisório da república.

Assim decorreu tempo num aparato de formalidades que entretinham o elemento civil, ao passo que os soldados, em formatura na Praça, esperavam ordens—bocejando de aborrecimento e tremendo de frio desde a madrugada.

O capitão Leitão conferenciou com os dois subalternos sôbre o que se devia fazer militarmente, porque uma revolução começada tem de acabar por qualquer modo, e aquilo era o marasmo, a inércia, incompatível com as revoluções.

Puseram de parte a ideia de ir por diversas ruas desalojar da sua posição a guarda municipal, porque esperavam ainda que ela aderisse, tanto mais que no Campo de Santo Ovídio apenas havia mantido uma attitude espectante.

Assim, pois, resolveram que as tropas sublevadas subiriam a rua de Santo António a fim de parlamentar com a guarda no intuito de salvar a revolução sem derramamento de sangue.

Uma força ficára de reserva na casa da câmara.

A mais de meia rua de Santo António, um pelotão da guarda municipal, a coberto da varanda de pedra nas escadas de Santo Ildefonso, recebeu os revoltosos com uma descarga.

Os populares fugiram espavoridos, loucos de terror, mas os soldados responderam à descarga e sustentaram o tiroteio.

Alguns caíam feridos, outros mortos. O sangue salpicava as pedras da rua. O fragor das detonações, dos gritos e dos gemidos lancinantes horro- rizada. Nuvens de fumo toldavam o ar.

O combate na rua de Santo António já não podia durar muito; mas ainda ia continuar na Praça Nova.

Era o ultimo esforço da revolução.

A guarda municipal, estendendo-se pela Bata- lha, ocupara a rua da Madeira, o que lhe permi- tiu aproximar-se da Praça Nova, não só para dar acesso à bateria de montanha, que viera colocar duas peças nos ângulos dos Loios e dos Congre- gados, mas também para cobrir-se por de trás do quiosque de ferro onde se vendem jornais.

Foi nestas posições que as tropas fieis à mo- narquia puderam romper fogo de fuzilaria e arti- lharia contra os últimos revoltosos entrincheirados na casa da câmara.

Às nove horas da manhã a revolução tinha sido vencida;— tudo estava acabado.

O 31 de janeiro fôra uma revolução prema- tura: os próprios republicanos o reconheceram depois ¹.

¹ *Historia da revolução do Porto* por João Chagas e ex-tenente Coelho, 1901, pag. 299.

Além disto, seu vício de origem, faltava-lhe um plano, uma cabeça dirigente, uma espada prestigiosa, até dinheiro lhe faltava. Nestas condições não basta a coragem, a dedicação exaltada de alguns homens novos convictamente devotados à sua causa. Esses lá estavam. Mas os velhos republicanos do Porto, Azevedo Albuquerque e Rodrigues de Freitas não estiveram, e declararam pela imprensa não ter concorrido, directa ou indirectamente, para a revolução.

Nas salas do palacete municipal as balas causaram alguns prejuizos. Três ou quatro quadros ficaram varados pelos tiros das kropatscheks. O retrato do rei D. Carlos foi atingido pela metralha da artilharia. Um copiadador de correspondência ficou retalhado em todas as páginas. Outros danos tiveram menor importância.

Ao meio dia, o recinto da Praça Nova, o *pasmatório dos Loios* e o passeio dos Congregados regorgitavam de grupos, os quais vivazmente discutiam a cruenta revolução dessa manhã, que durara apenas tanto como as rosas de Malherbe: *l'espace du matin*.

Era sábado, dia de feira, véspera de *domingo magro*, antevéspera da festa das Candeias (Purificação). A gente dos arrabaldes, lavradéiras e lavradores, tendo dois dias de folga diante de si, e sabendo do malôgro da revolução, afluiria ainda em maior número do que nos outros sábados. Queria vêr, queria ouvir. Pasmava para a casa da

câmara, para a rua de Santo António, chorava pelos mortos, lastimava os feridos e ia beber «uma pinga».

Do alto de sua vantajosa posição, a estátua do Porto, impassível na imobilidade do granito, guardava uma fria reserva sobre o que vira e ouvira naquela manhã.

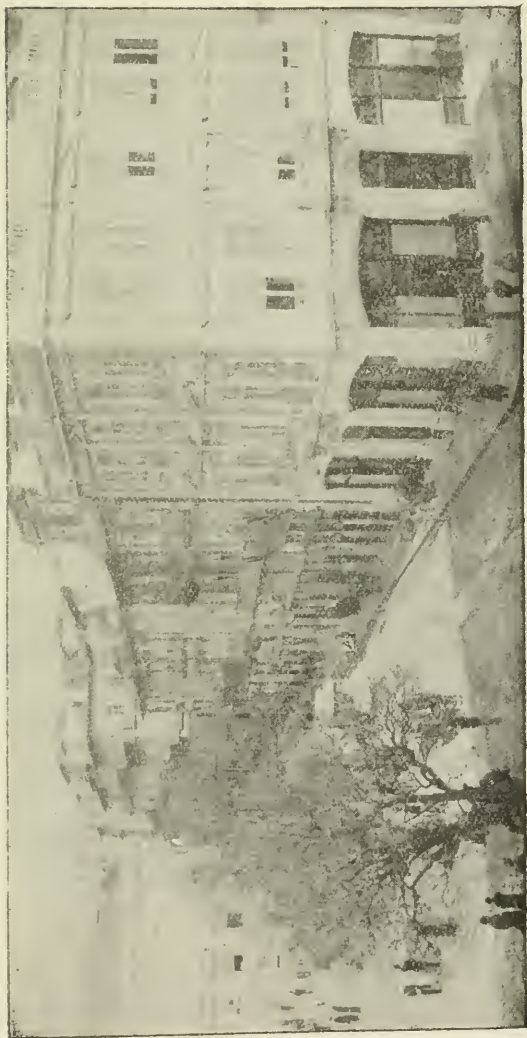
No meio da Praça, o Imperador, montando o seu cavalo de bronze, continuava a dar a Carta aos portugueses sem parecer lembrar-se de que o seu bisneto estivera por um tris a deixar de «dar as cartas» poucas horas antes.

Mas os últimos ecos da revolução de janeiro extinguiram-se e a Praça Nova voltou, durante anos, à sua normalidade funcional, raras vezes perturbada, de longe a longe, pela chegada de algum superhomem republicano à estação de S. Bento, como quando Guerra Junqueiro regressou de Paris, ou pelas visitas de João Franco ao Porto na qualidade de chefe do governo.

Eram borrascas efémeras e sem consequências graves.

Reflorescia na Praça Nova a paz, não direi à sombra da Carta—porque a Carta andava muito esburacada—mas à sombra das acácias e do edifício da viuva Cardoso.

Em 1905, demorando-me no Porto dois meses, tive prazer em readquirir todos os hábitos portuenses, um dos quais era não deixar passar um único dia sem ir à Praça Nova.



Um aspecto da Praça Nova em 1897

Se ali encontrava alguma pessoa conhecida, das poucas que ainda conheço, entretinha-me conversando; se não encontrava, conversava comigo mesmo recordações, confrontos, antíteses sôbre o passado e o presente... que já lá vai há oito anos.

Penso muitas vezes na sorte dos prédios, mais talvez que na sorte das criaturas, por isso mesmo que eles são pacientes e silenciosos. E na Praça Nova pensava naqueles que, por os conhecer desde a infância, me pareciam firmes amigos meus, feitos de pedra e cal.

Então observei que o quarteirão dos Congregados, que fôra outrora «dos relojoeiros», passára a ser dos «botequins», e não pude negar a mim próprio que ele estava mais brilhante, especialmente à noite, posto que menos cronométrico.

Vamos por partes.

No *Grande Café Suisse* (antigo *Portuense*) um bom sexteto realizava serões musicais e aos domingos, sem prejuizo do concerto nocturno, havia *matinée*.

Aqui tenho presente o programa, completo, relativo a domingo 2 de julho de 1905. Vale a pena transcrevê-lo, porque são dois programas num só, e programas quase toda a gente os abandona. Eu não, por isso me serve este agora:

Domingo 2 de Julho de 1905

GRANDE CAFÉ SUISSO

SEXTETTO COMPOSTO DOS PROFESSORES

*Miguel Alves, L. Symaria, Antonio Lopes,
José Gouveia, F. Symaria e Xisto Lopes.*

Matinée das 2 ás 4 horas da tarde

PROGRAMMA

- 1 — 3.^{me} marche aux flambeaux — Meyerbeer.
- 2 — Peer Gynt, suite I — Grieg.
- 3 — Menuet en sol — Boccherini.
- 4 — Werther, selecção — Massenet
- 5 — Sérénade hongroise — Joncières.

À NOITE

- 1 — Retraite-Marche — Patierno.
- 2 — Si j'étais roi, ouverture — Adam.
- 3 — Rigoletto, selecção — Verdi.
- 4 — Fados, rapsodia — Hussla.
- 5 — Samsom et Dalila, selecção — Saint-Saëns.
- 6 — Loin du bal, intermezzo — Gillet.
- 7 — Sigurd Jorsalfar, suite — Grieg.
- 8 — La Ronda — Gastaldon.
- 9 — Un jour à Seville, valse — Waldteufel.
- 10 — Frascuelo, pasa-calle — Juarranz.

Assisti ao concêrto nocturno. A casa estava completamente cheia de público. Apesar do calor de julho, havia a sufficiente ventilação para refrescar a temperatura e dispersar o fumo do tabaco. Estava-se ali muito bem, muito agradávelmente e... muito em conta. Eu legalizei a minha assistência com o modesto consumo duma chávena de chá Pouchong, como em todas as outras noites.

Algumas portas adiante do *Café Suisso*, no mesmo alinhamento dos Congregados, achei estabelecido outro botequim, o *Central* e, mais adiante do *Central*, a cervejaria Camanho.

Então pensei comigo mesmo: três botequins, próximos vizinhos uns dos outros, quase porta com porta, mostram bem o progresso e prosperidade do Porto.

Os Saint Preux apenas dispuseram, na Praça Nova, dum só café, o *Guichard*; e os rapazes de 1868 tiveram que contentar-se com o *Portuense*.

Pois, em 1905, contavam-se nada menos que o *Suisso*, o *Central* e o Camanho, tendo de mais a mais o *Suisso* o sexteto, composto de excelentes artistas cujo repertório, sempre escolhido, deliciava os ouvintes.

O *Central*, onde entrei uma única vez, pareceu-me ser muito frequentado por estudantes e, como onde há rapazes há livros, um alfarrabista ambulante, de alcunha o Resina, expunha os seus alfarrábios ali, durante certas horas.

No Camanho juntava-se à noite um cenáculo

de poetas moços, a que presidia assiduamente Guerra Junqueiro. Quere dizer, esta cervejaria-*restaurant* sustentava galhardamente, na Praça Nova, a tradição literária implantada pelo Guichard.

Tambem neste quarteirão dos Congregados estava sendo muito concorrida a tabacaria do Arnaldo Soares, onde, à mistura com as caixas de charutos, se armazenavam brochuras francesas e portuguesas, de colecções baratas.

Enfim, os relojoeiros de outrora tinham sido bem substituídos; só eu, talvez, é que me lembrava ainda do Girod e do Courrege.

Colocado na orla meridional da Praça campeava e há-de campear através dos tempos o quiosque de ferro, que resistiu á revolução de 31 de janeiro.

O Sebastião, seu proprietário, é, certamente, a pessoa mais popular em toda a Praça Nova.

Dão-lhe a alcunha de *Correligionário*, porque assim costuma ele tratar os fregueses menos empertigados. É uma fórmula equivalente ao *monsieur* francês e ao *usted* espanhol. Com esta lábia vai o Sebastião vendendo jornais e tabacos até altas horas da noite. E, diga-se a verdade, a fórmula não foi mal achada, porque a inconstância de opiniões políticas permite que, mais hoje, mais amanhã, o Sebastião conte como correligionários todos os seus freguêses.

E contudo eu não sei, nem quero saber, que política ele tem...

No quarteirão dos Loios vi instalado o escritório dum jornal—*O Diario da tarde*—, que retomára em 1896 ou 1897 o título de outro fundado anos antes por Urbano Loureiro e Borges de Avelar, na rua das Flores, se me não falha a memória.

Mas na Praça Nova, sítio onde até então apenas se fabricavam jornais conversados, que giravam de grupo em grupo, era novidade a redacção dum jornal impresso, com secções interessantes, e muito mais literário que as cavaqueiras do Pasmatório.

Junto ao portão dos Loios havia e não sei se ainda se conserva a alfaiataria Costa Lima, habitualmente frequentada pelos redactores do referido jornal e pelos seus amigos.

Isto deu causa a que os *habitués* da Praça Nova chamassem áquela alfaiataria—«a arcada do *Diario da Tarde*.»

E as costureiras que por ali faziam caminho designavam-na por—*Club dos encostados*—certamente em razão de verem sempre alguns homens junto ás ombreiras da porta ¹.

Na esquina dos Loios para o largo do mesmo nome, notei, com saudade, a substituição da antiga livraria Moré por uma camisaria.

Foi um baluarte de livros que se rendeu, e, em geral, os livros andam entre nós mal defendi-

¹ Informação do sr. dr. Eduardo de Sousa, que foi um dos redactores do *Diario da Tarde*.

dos e mal tratados. Aquele baluarte teve uma valorosa e brilhante guarnição plumitiva, a começar pelo seu chefe, homem de letras ilustre. Todo o escritor distinto, nacional ou estrangeiro, que visitasse o Porto, não deixava de ir à livraria Moré depôr as suas credenciais nas mãos de Gomes Monteiro.

Eu, entrando na camisaria, vi alvos colarinhos e peitilhos, seguramente mais inocentes que muitos dos livros ali vendidos outrora. Não duvido disso. Mas a roupa branca dá a sensação de frio, alastra estendais de neve naquelas estantes, donde o iris das brochuras, esbatido pela vidraça, irradiava em 1868 uma tépida atmosfera de vaga espiritualidade incoercível.

Pois não é verdade que idêntico fenómeno experimentamos, nós, pelo menos, os que gostamos de livros, quando entramos numa bibliotéca pública ou particular?

Creio que sim. O livro tem alguma coisa de ave. Nasce para voar, mas quando aninha dentro duma casa, difunde calor para o nosso espírito, acompanha-nos como a pomba aos antigos anacorêtas e, se nos aproximamos dum iote de grandes poetas, cuidamos escutar a longínqua música das suas estrofes divinas.

Onde eu não encontrei nenhuma diferença foi no quarteirão ocidental da Praça Nova.

Um velho amigo quis fazer-me acreditar, à viva força, que a antiga Casa de Pasto do Rainha

estava de *toilette* nova. Não entrei lá, mas contes-tei a esse bom amigo tripeiro: «¿Pensas tu que o nascer uma casa para ser de pasto, no tempo em que se dizia assim, não impõe a essa casa e a esse pasto um destino inalterável, fatal? Imagina que uma galinheira do Bolhão casa com um brasileiro de Malmerendas. Passados anos encontra-la em viagem, na Inglaterra, na França, na Alemanha: parecer-te há, acaso, menos galinheira? Não, não. Porque? Por que é portadora dum estigma *engalinhado*. Ora este Rainha nasceu num tempo em que os portugueses já se prezavam tão pouco, que entendiam que pastavam eles próprios, nivelando-se, assim, animalmente, com qualquer espécie pecuária na pastagem. Há quantos anos, amigo, não conhecemos nós o Rainha! Pois o que o berço dá a tumba o leva. Se ele não tôr casa de pasto, não será mais nada. Como tal é que está consagrado pelo tempo, pelas gerações, pelo noticiário e até pelo folhetim. Deixa ir assim que vai bem.

Três anos depois de 1905, isto é, durante a noite de 1 de fevereiro de 1908, a multidão que, até altas horas, enchia a Praça Almeida Garrett, a Praça Nova e as ruas mais próximas, era enorme e mantinha uma aparência de serenidade, que contrastava com a importância política dum estranho sucesso nesse dia ocorrido em Lisboa: o regicídio.

Alguem que chegou ao Porto no rápido da noite me contou que, desde que saiu da estação

de S. Bento, não viu senão uma onda negra de gente, que procurava envolver todos os recém-chegados para lhes pedir informações, que eles, aliás, não sabiam dar.

Arrastaram-se alguns meses longamente. Na tarde de 9 de novembro desse mesmo ano, a Praça Nova, engalanados de bandeiras e colgaduras os seus edifícios, e desfraldado nos paços municipais o pavilhão real, estava completamente apinhada de curiosos.

Dentro da casa da câmara, na presença da maioria dos vereadores, o jovem D. Manuel II, que a tragédia de 1 de fevereiro elevára inopinadamente ao trono português, concluía a sua resposta às felicitações da municipalidade formulando este juramento :

«Portuenses e amigos: Na vossa casa e perante vós, eu, Rei de Portugal: Juro manter a Monarchia constitucional; juro concorrer quanto em mim caiba para o desenvolvimento harmonico das liberdades civis e politicas que sirvam de base ao levantamento moral e material da nossa querida Patria! Juro manter a amizade e a confiança que os nossos maiores sempre mostraram e mantiveram por esta sempre leal Cidade!

«Viva a Cidade do Porto.»

Num dos dias seguintes D. Manuel, postado a cavallo sôbre o passeio dos Loios, assistiu ao desfile das tropas da guarnição, a que tinha passado revista no Campo de Santo Ovídio.

Mas não esqueçamos que a Praça Nova do

Porto está habituada a profundas e rápidas mutações políticas.

Os erros insistentes dos monárquicos e a força crescente dos republicanos continuaram agitando convulsivamente o país.

E a estátua do Porto da Praça Nova conservava-se silenciosa como as esfinges do Deserto, muda e quêda, do mesmo modo que na manhã de 31 de janeiro de 1891 e na sensacional noite do regicídio.

Menos de dois anos depois da visita de D. Manuel ao Porto, quando já o outono se aproximava e as nossas praias começavam a despovoar-se, os habitantes do norte do país colheram fortes indícios de que alguma coisa de anormal se passava em Lisboa.

Interrompidas as comunicações com o sul durante os dias de terça e quarta feira 4 e 5 de outubro de 1910, o Porto conservou-se ordeiro e expectante, mas naturalmente interessado em conhecer os acontecimentos políticos da capital e o seu desfecho.

A Praça Nova era o foco tradicional que atraía todas as curiosidades e ouvia todas as interrogações, aliás bem justificadas.

O correspondente portuense do *Diario de Noticias* informava poucos dias depois:

«Relativamente ás occorrencias do Porto, cumpre dizer que, durante os dias e noites do nosso isolamento, povo e tropas se comportaram admiravelmente, limitando-se o primeiro

a reunir na Praça de D. Pedro, em grande numero e pacificamente, dando largas ao commentario, livre curso á discussão.

« Só um ou outro magote mais exaltado é que ia rua fóra e voz em grita. Em breve porém, tudo amortecia e se apagava. »

Pelas quatro horas da tarde do dia 6 de outubro, quinta feira, confirmada oficialmente a notícia da proclamação da República em Lisboa e a constituição do governo provisório, o número de pessoas, que se aglomeravam na Praça Nova e ruas convergentes, era incalculável.

Áquela hora, o dr. Nunes da Ponte, vereador mais antigo, appareceu na varanda central do edificio — a mesma varanda onde fôra proclamada a república em 31 de janeiro de 1891 — e leu a seguinte proclamação:

« Cidadãos! — Desde hontem que a gloriosa bandeira republicana fluctua triumphantemente no Tejo, nas nossas naus de guerra e na capital da nação em todas as fortalezas, praças, delirantemente acclamada como um simbolo de redempção e de esperanza, pelo heroico povo de Lisboa. O povo do Porto que ha mais de dezenove annos derramou o seu sangue generoso pela conquista dessa aspiração grandiosa, não pôde deixar de felicitar-se e rejubilar com o conhecimento desse facto notavel, que vem marcar na historia luminosa do nosso paiz uma época de regeneração e prosperidade que de ha muito constituia a mais nobre ambição de todos os verdadeiros portuguezes.

« É, pois, cidadãos, com o coração a trasbordar de alegria, que eu tenho neste momento a insigne honra de, na qualidade de vereador mais velho da Çamara Municipal do

Porto, proclamar dos Paços do Concelho a Republica Portuguesa e declarar perpetuamente abolida a dymnastia de Bragança.

«E, pois, cidadãos, neste momento em que o estrangeiro admira certamente a coragem, valentia e heroicidade com que os nossos correligionarios de Lisboa souberam implantar a nova forma de Governo do Paiz; eu estou certo, e comigo todos os meus collegas da Camara, que o mesmo estrangeiro admirará o vosso legendario civismo, na perseverança com que haveis de manter a ordem publica e na linha de generosidade que adoptareis nos vossos actos e no vosso procedimento.»

Em seguida foi hasteada no tampo do edificio a bandeira vermelha e verde.

«Não se descreve, disse textualmente o *Primeiro de Janeiro*, o delirio que então se operou em toda aquella immensa multidão.

«As bandeiras republicanas, os chapéus e os lenços agitando-se; dezenas, — muitas dezenas — de milhares de pessoas gritando vivas á republica, á liberdade e á patria, num entusiasmo intensissimo, phenomenal, louco... ah! que não existem palavras com que se possa descrever o que então se passou!

«Nas salas da camara havia muitos dos republicanos mais graduados do Porto, abraçando-se effusivamente e dando-se muitos parabens.

«Depois, milhares e milhares de pessoas de todas as classes invadiram as salas da camara e foram cumprimentar os vereadores, levando em triumpho alguns sargentos e soldados que se encontravam no meio da multidão. Os vivas clamorosos, intensos e vibrantes á republica ecoaram duma maneira ensurdecedora naquellas salas onde ha os retratos de todos os reis desde D. João VI a D. Maria II.

«Foi uma manifestação grandiosa, imponentissima, unica.»

Estas palavras, escritas ao correr da pena na pressa do trabalho jornalístico, não bastam, certamente, a reproduzir toda a emoção política que a cerimónia dessa tarde despertou nos que, em plena Praça Nova, puderam presenciá-la.

Mas de todas as emoções a que deriva de acontecimentos políticos é talvez a mais electrizante e comunicativa e, por isso mesmo, a mais difficil de descrever.

Na sessão municipal de 13 de outubro foi resolvido dar à Praça de D. Pedro o nome de Praça da República.

No *Diário da Tarde* do dia seguinte o dr. Eduardo de Sousa, antigo republicano, escreveu um artigo em que discordava daquela mudança de nome.

Copio alguns trechos :

«A Praça de D. Pedro, onde se levanta essa verdadeira obra de arte que é a estatua do *Rei Soldado*, foi assim chamada não por um simples acto de cortezania monarchica, mas como homenagem á memoria do historico e memoravel Cerco que a cidade soffreu durante mezes, na defesa da causa liberal. E ninguem pode nem deve esquecer que, quaesquer que fossem os interesses dynasticos de D. Pedro e os seus defeitos pessoaes—que não excluiam, aliás, bellas qualidades— elle, se não foi um grande capitão, foi um heroico soldado, batendo-se nas trincheiras a par dos seus companheiros de lucta, soffrendo dos seus revezes e das suas privações, durante essa epocha memoravel. D. Pedro synthetisa bem, pois que era o chefe, a epopeia liberal que poz termo ao regimen absoluto em o nosso paiz. E, da sua gratidão ao Porto, dá bem

mostra o facto de lhe ter doado o seu coração ao morrer. Esses são factos que, se honram o monarcha, não menos honram o Porto, que tão orgulhoso se mostrou sempre d'essas paginas da sua historia.

«D. Pedro IV synthetisa bem, pelo valor, pela firmeza e pelo espirito de sacrificio, essa lucta de gigantes. No pedestal da sua estatua ha baixos relevos que já não são mesmo uma apothese ao rei, porém alguma coisa mais — bellos, suggestivos quadros historicos da nossa epopeia liberal. Aquella praça era, pois, dedicada, se não propriamente a D. Pedro, á memoria de *todos os bravos do Mindelo* que no Porto entraram e aqui se mantiveram heroicamente entre mil perigos para implantar o regimen liberal de que agora, a Revolução republicana, foi a consequencia logica e derradeira. Não era, pois, o nome que a praça tinha a expressão de uma homenagem partidaria, no sentido mesquinho do termo. Era uma justa e merecida cousagração historica e . . . liberal. Por que mudar-lhe assim o nome da forma por que se fez, só pelo caso fortuito de nas janellas do paço municipal ali se proclamar a Republica?»

Concluía o talentoso jornalista dizendo que o nome que pretendiam impôr à Praça de D. Pedro deveria ser dado ao Campo da Regeneração, pois que ali começou o movimento republicano de 31 de janeiro. E se se não queria que o nome da Praça recordasse o de um rei, que o substituíssem, por exemplo, pelo de Praça dos Bravos do Mindelo, entre os quais, ninguem podia negá-lo, figurava D. Pedro IV.

No mesmo *Diario da Tarde* do dia 15 alguêm, estranho à redacção, lembrou que à Praça de D. Pedro se dêsse o nome de Praça da Liberdade, e aquele jornal propôs então que o Campo da

Regeneração fosse denominado Praça da República.

Na sessão municipal de 27 de outubro foram aceites ambos os alvitres, passando a Praça de D. Pedro a chamar-se, oficialmente, Praça da Liberdade.

Tambem, já depois de proclamada a República, passou esta Praça por uma transformação material, que o desenvolvimento da viação urbana exigia.

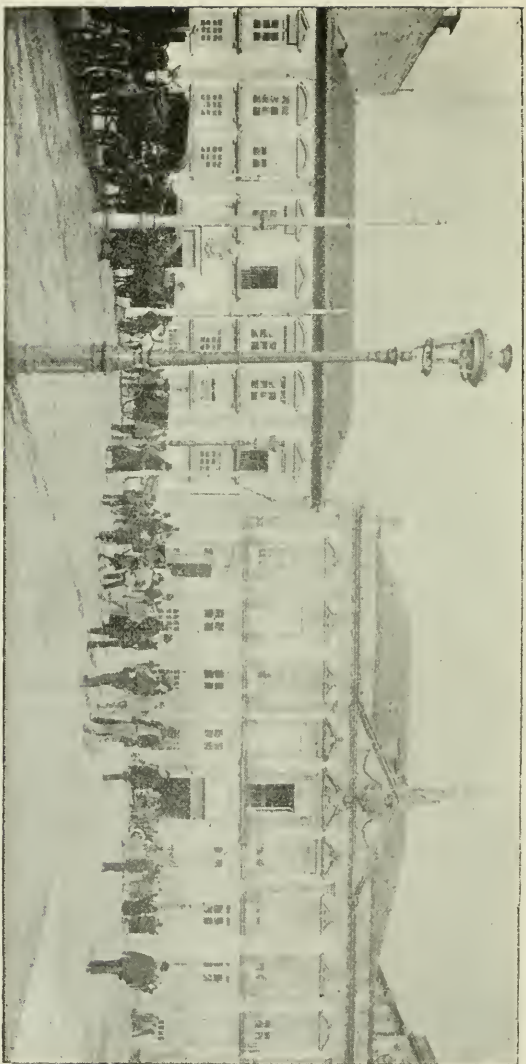
Foram alargadas as ruas laterais, de modo a poderem girar por todas elas os carros electricos, sendo uma faixa da oriental destinada a estação de automóveis e permanecendo noutra faixa da ocidental a estação de trens.

O recinto de menagem à estatua ficou, assim, muito reduzido, mas, como se tratava do bem geral dos «seus queridos portuenses», D. Pedro IV não protestou.

Recapitulando:

Nomes que tem tido a Praça Nova na sucessão de quase dois séculos:

Depois de 1721	Praça Nova das Hortas
Em 1820	Praça da Constituição
Em 1823	Retoma o antigo nome
Em 1833	Praça de D. Pedro
Em 1910 (13 de outubro)	Praça da República
Em 1910 (27 de outubro)	Praça da Liberdade



Um aspecto da Praga Nova em 1915

POST SCRIPTUM

DOMINGO 30 de janeiro de 1916 partiu para o Porto o sr. Presidente da República, dr. Bernardino Machado com o presidente do governo, sr. dr. Afonso Costa, ministros do fomento e da instrução, além de outras personagens em evidência no mundo político.

Quero afastar deste rápido *Post scriptum* todos os assuntos que não digam propriamente respeito à Praça Nova, hoje da Liberdade.

Assim, pois, consignarei apenas que, durante a sua breve estada no Porto, o chefe do estado por não menos de três vezes entrou nos paços do concelho.

Logo nesse mesmo dia 30 de janeiro para fazer honra à cidade cumprimentando a vereação e recebendo, na varanda central, a continência das tropas que desfilaram em frente do edificio;

No dia 31, para saudar, daquela varanda histórica, o cortejo cívico de homenagem aos precursores da República;

No dia 1 de fevereiro para inaugurar as obras da Avenida que há-de ligar a Praça da Liberdade com o Largo da Trindade, segundo uma ideia já antiga ¹, a que o recente projecto, elaborado pelo engenheiro inglês sr. Parker, deu actualidade e por ventura mais brilho.

A inauguração realizou-se com a solenidade e aparato que são próprios do formulário oficial.

Em seguida foi assinado o respectivo auto, cujo texto integralmente transcrevo :

«No primeiro dia do mez de fevereiro de mil novecentos e dezasseis, sexto anno da republica, n'esta cidade do Porto e Praça da Liberdade, ás dezasseis horas, estando presente Sua Excellencia, o Senhor Presidente da Republica, Doutor Bernardino Luiz Machado Guimarães, e os Excellentissimos Senhores Presidente do Governo e ministro das Finanças Doutor Affonso Augusto da Costa, e ministros do Fomento e da Instrucção, Presidente do Senado da Republica, General da Divisão, Governador Civil do Districto do Porto, Presidente da Camara Municipal de Lisboa e Presidente da Commissão Executiva e Vereadores d'esta Camara, auctoridades civis e militares e demais cidadãos que este auto assignam, procedeu-se, perante grande concurso de Povo, á cerimonia da inauguração das obras da «Avenida da Cidade», arreando-se a primeira pedra do cunhal sudoéste do edificio que tem servido de Paços do Concelho, desde mil oitocentos e desassete, fim para que foi adquirido em março de mil oitocentos e desas-

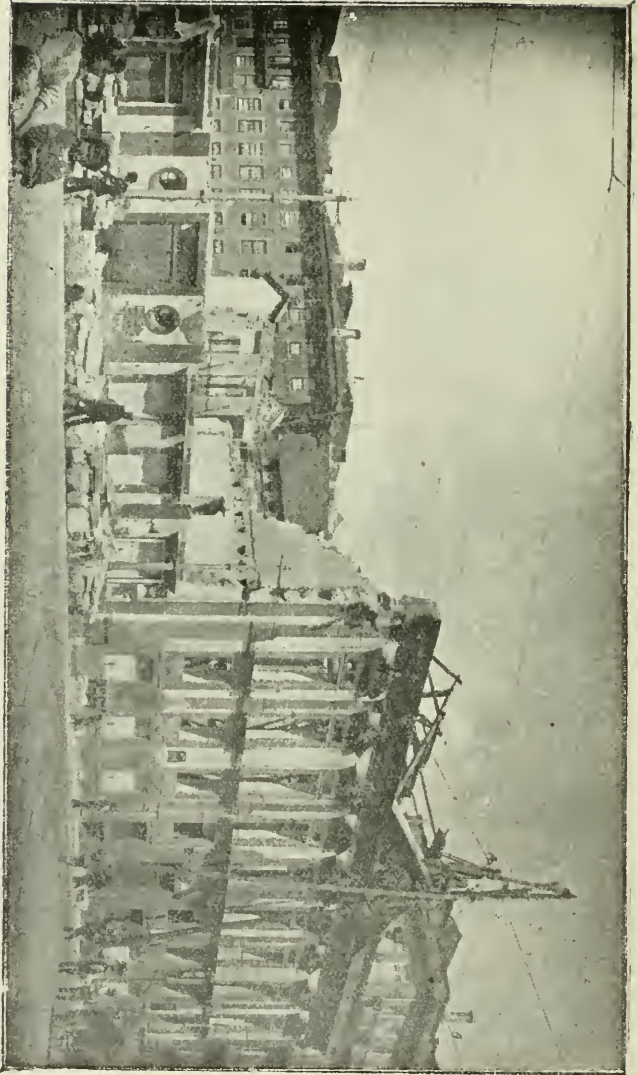
¹ «A ideia de uma avenida ligando a Praça da Liberdade com a Trindade não é recente:— exprime uma aspiração antiga». *Memorias sobre a projectada Avenida da Cidade* pelo engenheiro Barry Parcker. Porto, typography Guedes, 1915.

seis, e onde têm estado installadas as quatro Repartições da Secretaria Municipal, collocando-se duas lapides, uma no cunhal oriental e outra no cunhal occidental da mesma avenida, tendo cada uma a seguinte legenda: «Avenida da Cidade—projecto approved em sessão do Senado Municipal em vinte e nove—onze—mil novecentos e quinze—inaugurada em um—segundo—novecentos e desasseis»—Esta Avenida, que ligará a Praça da Liberdade com a Praça da Trindade, é mandada construir pela excellentissima Camara Municipal do Porto, segundo o projecto approved na referida sessão, sobre proposta do senhor Vice-Presidente da Commissão Executiva e Vereador do Pelouro das Obras, excellentissimo Senhor Elyσιο de Mello. Para constar se lavrou o presente que por todos vae ser assignado e d'elle se tirará uma cópia para ser enviada ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ficando este original no Arquivo do Municipio. Eu, José Marques, chefe da secretaria da Camara Municipal do Porto o subscrevi e tambem assino.»

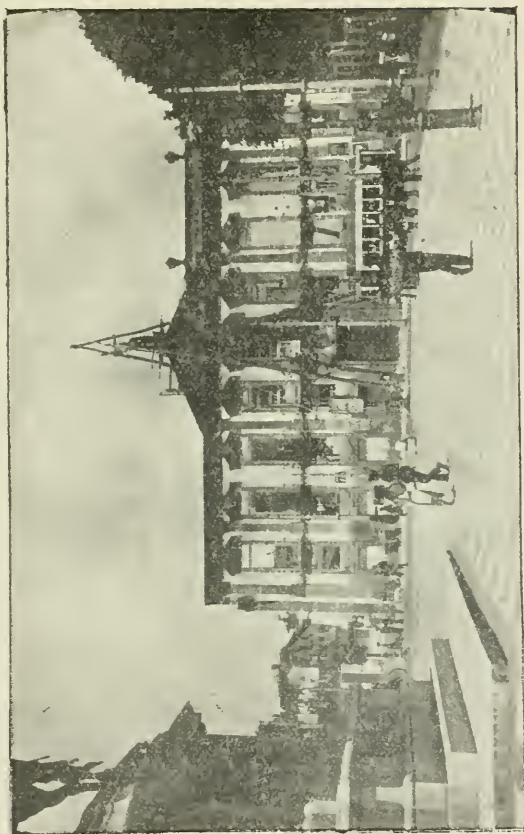
A câmara municipal tinha realizado no dia 27 de janeiro a sua última sessão no edificio que ia ser demolido, e transferiu-se interinamente para o antigo Paço do Bispo, onde celebrou a primeira sessão no dia 10 de fevereiro.

O Congresso da República aprovava, de março a abril, uma proposta de lei concedendo à Câmara Municipal do Porto autorização para contrair um empréstimo de 3:000.000\$, consignado à execução do projecto de novos arruamentos, ao prolongamento, conclusão e alargamento das vias públicas existentes e à construção de um edificio para os Paços do Concelho.

Entretanto, o trabalho das demolições ia continuando com grande actividade, e, na última se-



A demolição da Casa da Câmara



mana de maio, já do edificio da câmara municipal apenas restava de pé a parêde rôta da fachada, sôbre cujo frontão a estátua do Porto parecia ainda mais possante que o alto guindaste que devia apeá-la daquele seu belvedere honorífico.

E como outro guindaste, menos alto, tinha sido hasteado por detrás da fachada, em certos espíritos visionários nasceu a crença de que o « guerreiro da Praça Nova » não se deixaria apeiar com duas razões, nem mesmo com dois guindastes.

No dia 31 de maio, pelo sim pelo não, os operários foram-lhe arrancando a lança, e logo o amarraram pela cinta — a segurar, para o que desse e viesse.

Cêrca do meio dia, chegára, finalmente, o momento que permitiria aos portuenses contemplarem pela última vez a estátua do Porto erecta no tópo do edifício em ruínas.

Ela ainda lá estava, de pé, já despojada de sua lança e estrangida entre as varas dos guindastes, mas altiva e intrépida como sempre.

Nos preparativos do descendimento, uma longa espia é lançada do guindaste pequeno ao guindaste grande e cingida, em fortes rôscas, ao tronco duma árvore da Praça.

Rangem as primeiras voltas do guincho, a estátua estremece para solevantar-se, a espia vai estirando-se, mas o guindaste pequeno, inclinando-se para cima da fachada, desapruma o guindaste grande, do qual uma das varas — a do poente — bate no brasão da cidade lascando-lhe a coroa.

Estilhaços de pedra caem na rua, e um dos operários corre o perigo de morrer lapidado desastrosamente.

Então não resta dúvida de que o descenso será

laborioso, avolumando-se a superstição de que a estátua continuará a resistir.

Nos corações mais ternos dos espectadores — e não eram poucos — passam dulcificantes sentimentos de respeito e simpatia perante a suposta resistência de um homem de pedra que parece ter alma: respeito pelo seu eterno gesto, sempre vigoroso, de burguês equipado, de antigo e teso cidadão portuense; simpatia pelo seu apêgo à Praça Nova, sua nobre topofilia, segundo a frase dum estudante de medicina aliteratado.

E também nesses corações enternecidos começa a penetrar, insinuantemente, uma vaga sensação de saudade por aquella figura de granito para que raras vezes olhávamos, porque um dos fenómenos mais vulgares da saudade é valorizar pela ausência os sítios, as coisas e pessoas a que pouca atenção tínhamos dado antes.

Por um contraste frisante em todos os lances solenes, certo adventicio humorista, percebendo o sentimentalismo romântico de tantos espectadores, causticava-o dizendo que a estátua, depois de lhe tirarem a lança, parecia um soldado de Públio Scipião a dançar um bolero sôbre a muralha de Cartagêna.

E talvez que de qualquer água-furtada das Hortas alguma velhinha celibatária enviasse, num desconsôlo de alma, o extremo adeus de gratidão àquelle homem de pedra, que ela amára castamente e que nunca se lhe mostrou aborrecido.

No fim de contas compreendeu-se que a estátua, originando o incidente do guindaste, tinha menos em mente reagir que o propósito pundonoroso de não descer, vexada, à vista da multidão e de não sair da câmara à luz do sol.

Seus desejos pareceram respeitáveis e foram atendidos.

Lentamente, por detrás da fachada, o «guerreiro» deixou-se escorregar, sendo todo este acto dirigido com algum carinho e pausada consideração.

Já a tarde esmorecia agonizante, e a figura robusta do Porto parecia tão fatigada como os operários.

Resolveu-se atenciosamente permitir-lhe que descansasse durante a noite, e não menos atenciosamente a enrouparam num amplo albornoz de linhagem com que, no mais resguardado «incógnito», devia fazer a jornada.

O que seria essa última noite de Praça Nova para o velho guerreiro simbólico, na avançada idade de 97 anos, digam-no os sábios modernos que tenham estudado a fundo a psicologia das estátuas.

Os alvares da manhã de 1 de junho vinham clareando o céu oriental quando um carro puxado por duas juntas de pachorrentos bois transportou cadenciadamente a estátua para o antigo Paço episcopal, em cujo jardim esforçados homens a descarregaram procedendo com a maior cautela e dignidade.



A estátua do Porto

Ali, sempre discretamente, um guindaste a levantou até à altura do pedestal onde tem de espe-

rar que os fados escrevam o terceiro capítulo de sua biografia.

Agora, que temos a estátua mais ao alcance da vista, poderão ser-lhe notados defeitos, os quais Sousa Reis não viu, não pôde ou não quis vêr.

Além da aproximação fazer sentir o labor rude do cinzel numa estátua que fôra feita para ser colocada no tôpo de um edificio e apreciada a distância no contôrno do seu vulto e na expressão da sua atitude, os anacronismos da indumentária saltam aos olhos flagrantemente.

A clâmide, a lança e o escudo são gregos; o saio de correias e as grevas são romanos; o capacete não é grego nem romano, antes será um elmo de cimeira, datando dos fins da Idade-Média ou principios da Renascença.

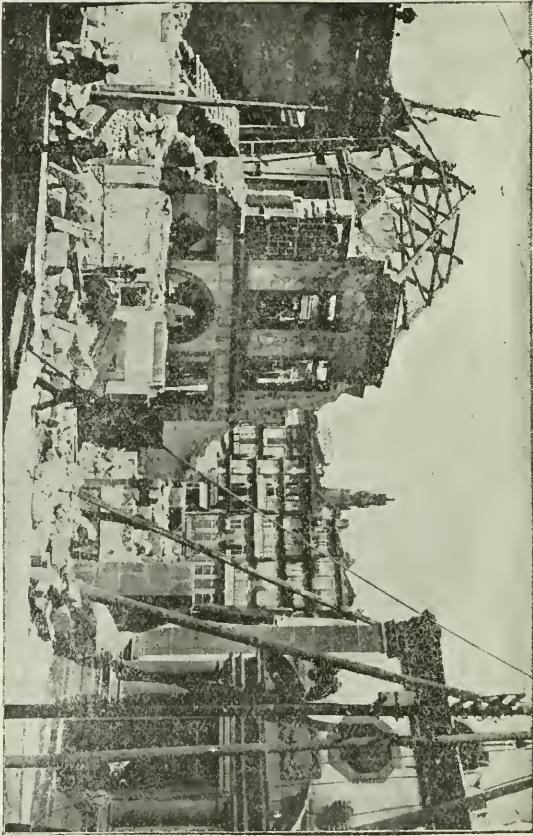
¿Mas o que importa tudo isso perante a consagração unânime que, durante quase um século, reverenciou patrióticamente no Porto da Praça Nova o símbolo altissonante do pensar e querer da cidade?

Ainda hoje, oh! ainda hoje, todos nós, os portuenses que vivemos ausentes da terra natal, sentimos diante da fotografia da estátua uma indulgente desculpa para os seus defeitos e uma doce lembrança melancólica da nossa pasmaceira infantil quando preguntávamos o significado daquela figura e nos diziam: «É o Porto, somos nós todos.»

Eu até me orgulhava de ser criança e ter uma costela heroica por hereditariedade tripeira.



(Dependências dos Paços do Concelho, a descoberto, para o lado do Laranjal e Lavatouros)



(Capela dos Reis Magos, em demolição)

Será interessante para o leitor encontrar neste *Post Scriptum* mais alguns aspectos dos trabalhos que precedem a transformação da zona central da cidade.

Esta mesma estampa nos guia, se formos seguindo a linha setentrional das ruínas, para outra que tornará a mostrar-nos a capela dos Três Reis Magos — mas desta vez já em vésperas de ser demolida.

A dentro dêsse pequeno templo ia a vereação da cidade dando asilo, desde muitos anos, às imagens que, por qualquer motivo, tinham decaído de sua primitiva situação.

Assim foi que para ali veio refugiado o S. Sebastião que esteve na antiga Porta do mesmo nome, imagem coeva de D. João I, com o cabelo cortado à chamorra ¹; para ali veio também, quando se demoliu a igreja da Graça, o general S. Jorge, por não ter, como santo, lugar próprio entre os veteranos de Runá; finalmente, preciso repeti-lo, para ali veio, quando foi arrasada a monumental Fonte da Arca, a imagem de Nossa Senhora da Natividade.

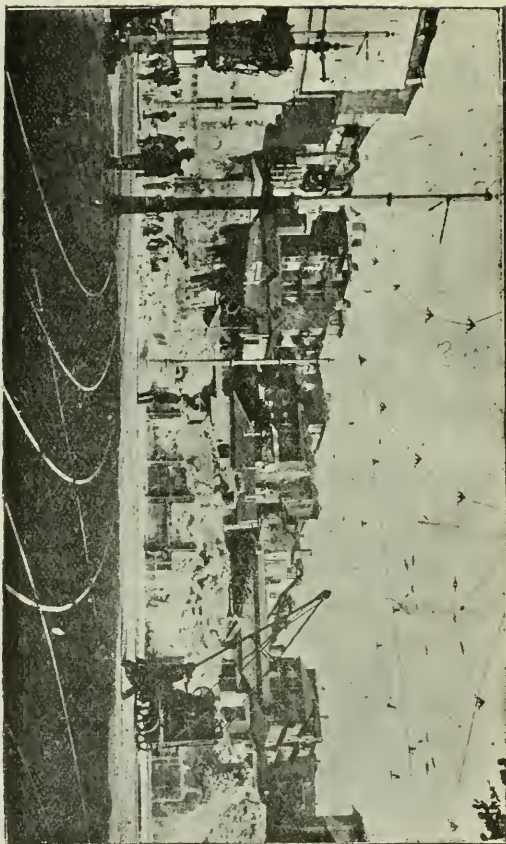
Ora esta imagem, que é a única das três que nos interessa agora, soube eu, por intermédio do meu prestante amigo João Gonçalves de Sousa, que foi levada da capela dos Reis Magos para o museu municipal, onde está recolhida e salva.

Acompanhou a informação aquela fotografia que já ficou a pag. 42.

E para contentar algum iconógrafo, por ventura mais exigente, ainda apensaremos em nota

¹ Interessante comunicação que me forneceu o notável arqueólogo portuense sr. dr. José Júlio Gonçalves Coelho.

Outro aspecto das demolições da Praça



uma descrição pormenorizada do indumento da imagem ¹.

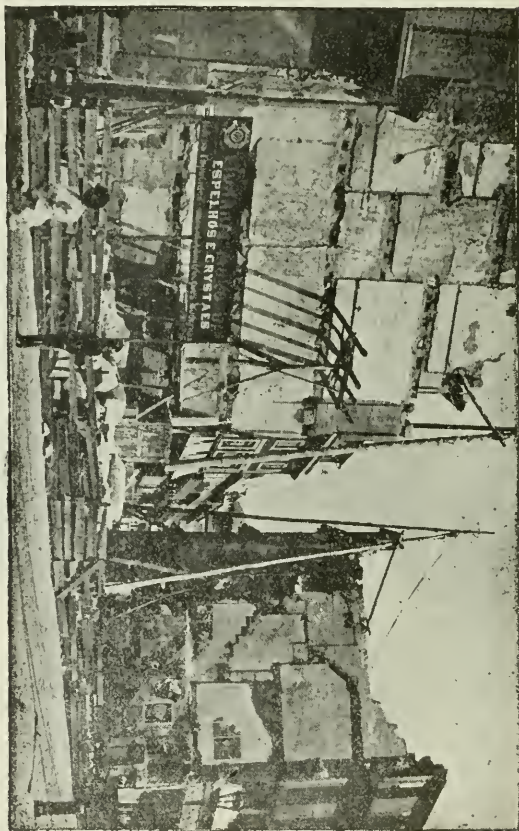
¹ « A escultura mede 1^m,20 desde a base á cabeça da Virgem. Exceptuando o manto ou véu de renda branca, a ima-

De outros melhoramentos materiais que, além da Avenida da Cidade, estão sendo realizados no Porto, não me compete falar aqui. Sómente a um farei referência, porque diz respeito à rua do Bom-jardim, próxima vizinha da Praça Nova, no trecho compreendido entre a esquina da rua de Santo An-



gem, com roupagens, é toda em madeira. O manto é azul com orla dourada e renda e fôrro côr de rosa; o vestido azul celeste também orlado a ouro e renda dourada; nos braços aparecem umas mangas vermelhas, da cabeça desce sobre os ombros e costas uma espécie de mantilha branca orlada com renda dourada; no peito vêm-se as pontas de um lenço dourado com flores brancas. Todas as rendas são de lhama com o dourado primitivo recoberto a purpurina. A pintura é má. Os brincos são de prata com minas novas e a corôa e o resplendor são de fôlha prateada.»

tônio (hoje 31 de Janeiro) e a rua de Sá da Bandeira.



Era estreita, muito afunilada a embocadura do Bomjardim pelo sul e, depois de construída a es-

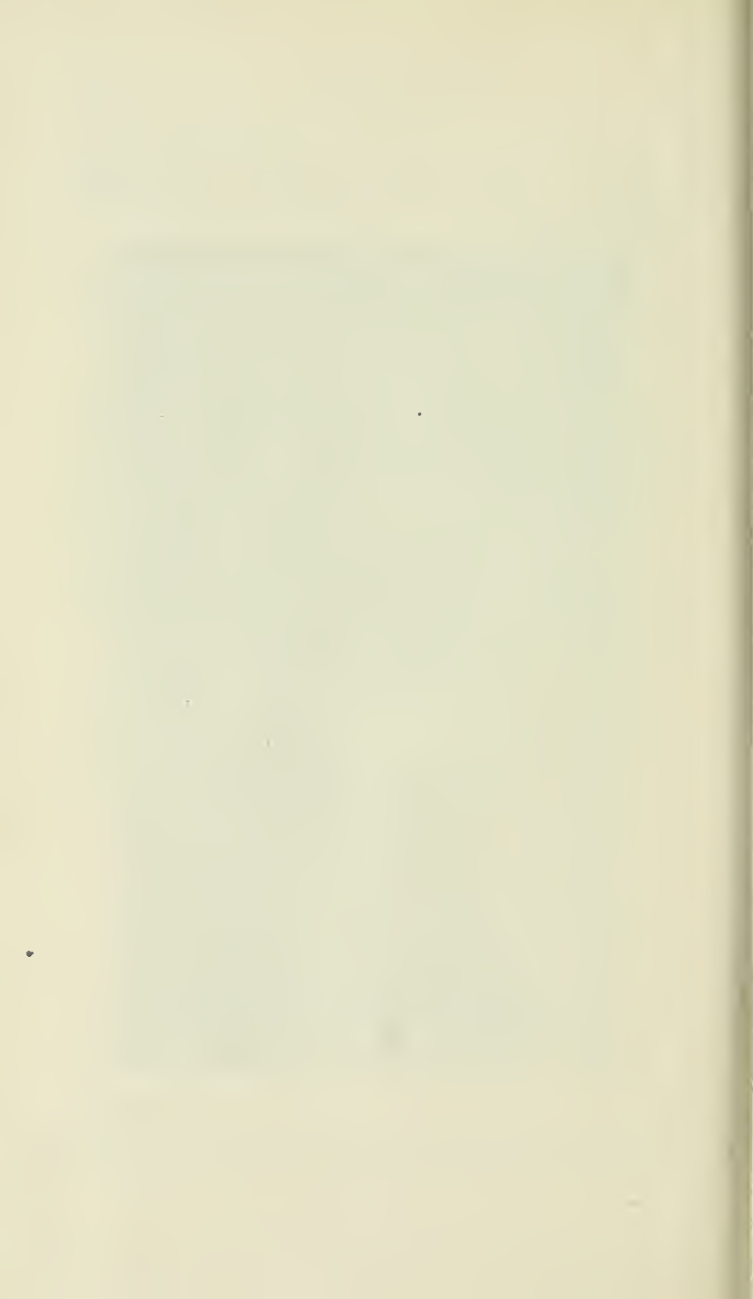
tação central dos caminhos de ferro, tornára-se ainda mais evidênte, pelo contraste, a sua mesquizez primitiva.

Agora, neste ano memorável de 1916, chegou a vez da rua do Bomjardim poder trocar com a estação central um olhar mais luminoso e um sorriso menos encarquilhado. As demolições, que a nossa última estampa patenteia, deixam adivinhar o novo perfil daquela rua, prometendo ao mesmo passo que há-de ser boleada com elegante requiebro uma das mais antigas ilhargas da Praça Nova.

Cidadãos do Porto, patricios meus, aqui—e já não é cedo—se despede de vós este livro, que outro qualquer portuense redigiria com mais talento, com mais alma de tripeiro decerto não.

Lisboa — Julho de 1916.

ALBERTO PIMENTEL.



ERRATAS

Pág. 22, lin. 21, leia-se «Conegos Seculares»

Pág. 35, lin. 12-13, leia-se «acesa no cemitério dos justificados.»

Pág. 54, lin. 26, leia-se «Às mercadorias expostas» etc.

Pág. 55, lin. 9, leia-se «o de Inácio Leite» etc.

Pág. 96, lin. 12-13, leia-se «metendo à Porta dos Carros, seguiu pela rua das Flores» etc.

Pág. 148, lin. 20-21, leia-se «para imitar o ribombo dos tiros.»



ÍNDICE

	Pag.
Prefácio	7

CAPITULO I

O BERÇO DA PRAÇA NOVA

Fases históricas deste local nos séculos XV, XVI e XVII—A primitiva Fonte da Arca, a sua construção modesta em 1608 e a sua reedificação monumental em 1682—Passeios ou avenidas que a contornavam—Como os burgueses de intra-muros estimavam o logradouro desses passeios onde podiam refrescar-se, em noites calmosas, fóra das portas da cidade—Vida burguesa do Porto e aspecto do Campo das Hortas antes da Fundação da Fonte da Arca—Elucidação incidental sôbre uma pergunta do periódico *O Tripeiro*—A rua das Flores, de Santa Cateina e a Porta dos Carros—Mercado volante junto à muralha da cidade, no Campo das Hortas e sua transformação em mercado fixo dentro do mesmo Campo—Despeito dos burgueses por verem obstruido o seu

recreatório nocturno—Ideia de riscar naquelle Campo a Praça Nova das Hortas—Demolição da Fonte da Arca—Atitude dos barraqueiros do mercado fixo, dito da Natividade, que põem os pés à parede e não querem abandonar o local. . . .

CAPITULO II

DA PRIMEIRA Á SEGUNDA ÉPOCA CONSTITUCIONAL

No principio do século XIX arde na Praça Nova das Hortas uma fogueira patriótica—As cinzas misturar-se-iam aos detritos das feiras que então ali se faziam—Poucos anos depois é esta Praça escolhida para séde da vereação portuense e definitivo tablado de manifestações politicas—Passa a denominar-se Praça da Constituição—Dão-se os primeiros passos para honorificá-la com um monumento comemorativo da revolução liberal—O espirito mundano, que principia a romper através dos hábitos patriarcaes, não se deixa atrair à Praça da Constituição talvez por influênciã do conserwantismo politico—Vem 1823 e anula 1820—Vai pela água abaixo o nome de Praça da Constituição e o projecto do monumento—A Praça Nova fica desconstitucionalizada e retoma o seu antigo nome—Luminárias, foguêtes, vivórios pela restauração dos «inauferiveis direitos»—Em março de 1826 quebra dos escudos pela morte de D. João VI—É em julio do mesmo ano grande animação e festança na Praça Nova pelo juramento da Carta Constitucional—Como os congregados e os loios se abstiveram de tomar

Pag.

parte nas manifestações de júbilo — Três anos depois, em 1829, mudam-se os papéis: os frades aplaudem às mãos ambas o espectáculo sinistro das fôrças da Praça Nova — A alçada e os mártires da liberdade — Depois das execuções, os carcosos vão lavar as mãos no tanque da Praça Nova — Em 1832 amanhece de novo a liberdade, a expedição de D. Pedro entra no Porto e as fôrças da Praça Nova são arrasadas	59
--	----

CAPITULO III

DERROTA DOS BARRAQUEIROS E DOS
MIGUELISTAS

D. Pedro, entrando na cidade, dirige-se logo à casa da câmara — A Praça Nova outra vez liberal — Os Congregados e os Loios abandonam os seus conventos — No mercado da Natividade ainda se conservam os pertinazes barraqueiros, mas o Imperador quer afastar esse antigo empecilho para aformenteamento da Praça — Documentação histórica sôbre este assunto — Um bom tiro de guerra à algibeira dos frades — Finalmente as barracas do mercado são demolidas e os seus proprietários recebem como indemnização apólices amortizaveis em 10 0,0 ao ano — Os adêlos e outros vendilhões vão pousar junto ao Postigo do Sol, donde passam, mais tarde, para os Ferros Velhos — Aspecto marcial da Praça Nova em 1833 — História da peça de João Paulo Cordeiro contada por ela mesma — Heroismo e dedicação dos portuenses pela causa liberal — É dado à Praça Nova o nome de Praça de D. Pedro — Um motim popular nesta Praça, ao qual se segue um motim militar . . .	107
--	-----

CAPITULO IV

O «MENTIDERO» PORTUENSE

Principia a estudar-se a psicologia da Praça de D. Pedro—O pasmatório dos Loios e a sua antiga vida politica—Perfil de Zé Passos—Revolta cabralista chamada «da Praça Nova»—Borborinho no pasmatório dos Loios e na Praça quando se sabe que a rainha manda o duque da Terceira ao Porto—Zé Passos em acção—O pasmatório dos Loios fornece o titulo ao noticiário do *Braz-Tizana*—Café Guichard, botequim de literatos e politicões—Três escritores e uma escritora que nasceram no aro da Praça Nova—Um dos três, Soares de Passos, tem mais larga menção—A escritora foi D. Ana Augusta Plácido, que morreu viscondessa de Correia Botelho—Ela e Camilo na boca do lobo—As magnólias da Praça Nova—Numa noite sinistra de 1860 um grande incêndio ilumina trágicamente esta Praça—Jornalistas notáveis e *brasileiros* ricos—O capitulo fecha apimentadamente com uma citação de Camilo

157

CAPITULO V

RECORDAÇÕES DE UM SÁBIO E OUTRAS
PESSOAS ILUSTRES

Aspectos da Praça Nova em 1868—O «Café Portuense» e a mesa dos poetas—História duma poesia de Guilherme Braga—O *atelier de Mesdames Ferin*—A grisette de toda a parte, especialmente a do Porto nessa época—Livraria da Viuva Moré e os seus frequentadores—Fauna so-

	Pag.
cial da Praça Nova — A falsa lenda de Amorim Viana — Camilo em três fases da sua biografia mundana — Cavaleiros e cavalos — O governador civil e outras pessoas conhecidas — Duas anedotas de «Julio Diniz» — A Praça Nova aos domingos — Quando as senhoras ali passavam — De como os namorados de hoje em dia são bem mais felizes — E compensações suaves aos que o não foram tanto, mas envelheceram consolativamente.	199

CAPITULO VI

DE REPÚBLICA A REPÚBLICA

O 31 de janeiro — As tropas revolucionárias a caminho da Praça Nova — Os caudilhos civis hasteiam na varanda da casa da câmara a bandeira vermelha e verde — Combate terrível na rua de Santo António — A artilharia monárquica metralhando a casa da câmara — Depois da revolução — Volta a Praça Nova à sua normalidade funcional — Ligeiras perturbações efémeras — A Praça em 1905 — Os botequins — Boa música por uma chávena de chá — Sebastião e o quiosque — Colarinhos em vez de livros — Destino de uma casa de pasto — A noite do regicídio — D. Manuel II na casa da câmara — Proclamação da República sem uma gota de sangue — Mudança do nome da Praça — Um artigo do «Diario da Tarde» — Nova mudança de nome — Transformação material — Sinopse cronológica e onomástica	239
--	-----

POST SCRIPTUM

A nova Avenida — Demolições	261
---------------------------------------	-----

BIBLIOTECA HISTORICA
DA
RENASCENÇA PORTUGUESA

Volumes publicados:

O CERCO DO PORTO — contado por uma testemunha, o coronel Owen. Prefacio e Notas de Raul Brandão; 352 paginas, perto de 100 gravuras.

A PRAÇA NOVA — por Alberto Pimentel; 288 paginas, perto de 50 gravuras.

Cada vol. — 80 centavos

A publicar:

GOMES FREIRE (2.^a edição) — Raul Brandão.


D. PEDRO — Coelho de Carvalho.

ACABOU DE SE IMPRIMIR
NA TIPOGRAFIA DA « RENASCENÇA PORTUGUESA »,
RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE, 178,
AOS 6 DE NOVEMBRO DE 1916.









Pimentel, Alberto
A Praça Nova

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

DF
E02
C6P5

Pimentel, Alberto
A Praça Nova

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 08 06 14 007 8